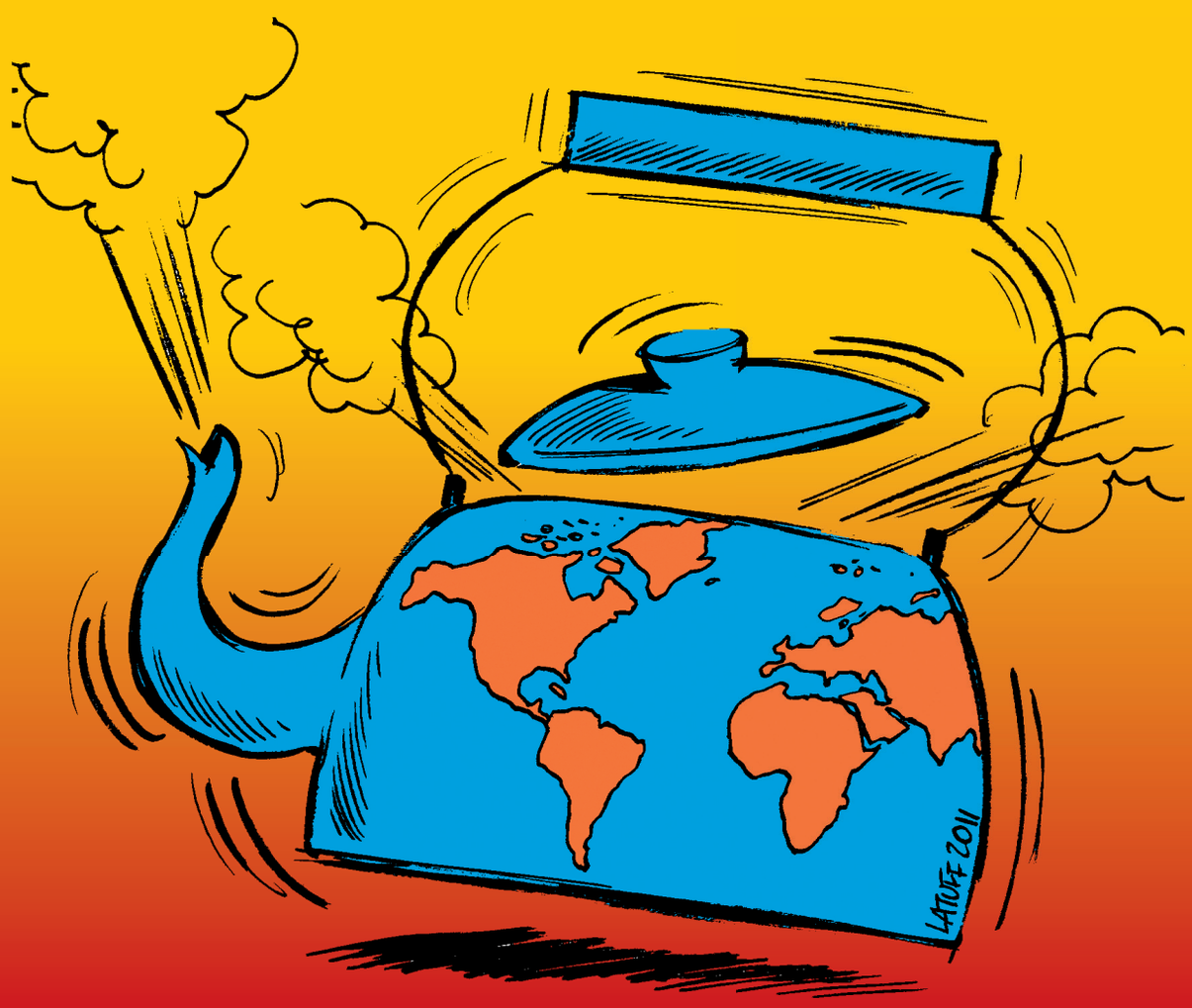
17º CURSO ANUAL DO
NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO

Rio de Janeiro • 16 a 20 de novembro de 2011

Coordenação: Claudia Santiago
Organização da apostila: Marina Schneider



COMUNICAÇÃO E HEGEMONIA NUM MUNDO EM EBULIÇÃO

16 NOVEMBRO QUARTA

CENTRALIDADE DA MÍDIA NA DISPUTA DE MUNDO

➔ Das 14 às 17h

1871-2011: 140 anos da Comuna de Paris

- Adelaide Gonçalves (UFCE)
- Mauro Iasi (UFRJ)
- Virgínia Fontes (EPSJVF – Fiocruz)

➔ Das 17h30 às 21h

Século XXI: mídia e ebulição do mundo latino, árabe e europeu

- Dênis de Moraes (UFF)
- Ignácio Ramonet (Le Monde Diplomatique)
- Pascoal Serrano (Rebelión)

17 NOVEMBRO QUINTA

MÍDIA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

➔ Das 9 às 11h30

Jornais sindicais: problemas e soluções

- Bancários (RS)
- Previdenciários (SC)
- Sindsep (PE)
- Senge (RJ)
- SindCT (S. José dos Campos)

➔ Das 11h30 às 13h30

Comunicação Alternativa

- Raimundo Rodrigues Pereira (Editora Manifesto)
- Mirian Santini (Revista Pobres & Nojentas)
- Nilton Viana (Jornal Brasil de Fato)
- Tatiana Merlino (Revista Caros Amigos)

➔ Das 15 às 19h

Arte e política na batalha da hegemonia
(trechos dos filmes "Bróder" e "O veneno está na mesa")

- Beth Carvalho (artista)
- Edmundo Dias (Unicamp)
- Repper Fiell (Rádio Santa Marta)
- Sérgio de Carvalho (Companhia do Latão)
- Marcelo Yuka (músico)

18 NOVEMBRO SEXTA

MÍDIA DE HOJE PARA OS DIAS DE HOJE

➔ Das 9 às 12h

Do jornal à Internet: hegemonia e lutas de classes

- Altamiro Borges (Centro Barão de Itararé)
- Beto Almeida (Tele Sur)
- Renato Rovai (Revista Fórum)
- Silvio Mieli (PUC-SP)

➔ Das 12 às 14h

Televisão e rádio: práticas e passos possíveis

- Arthur William (Intervozes)
- Laurindo Leal (USP)
- Antonio Jordão (TVT)
- Claudio Salles (Abraço)
- Vito Giannotti (Coordenador do NPC)

➔ Das 15 às 17h

Megaeventos e a mídia dos movimentos sociais

- Claudia Santiago (NPC)
- Romário (Deputado Federal e ex-jogador de futebol)
- Nelma Oliveira (UFRJ)
- Paulo Donizetti (Revista do Brasil)
- Orlando dos Santos Junior (UFRJ e Plataforma Dhesca Brasil)

➔ Das 17 às 20h

A mídia e os temas tabus:
Aborto / Homofobia / Machismo / Racismo / Favela

- Joel Zito Araújo (cineasta)
- Luís Mott (Grupo Gay da Bahia)
- Raquel Moreno (Observatório da Mulher)
- Mano Teko (Apafunk)
- Giovana Xavier (UFRJ)

19 NOVEMBRO SÁBADO

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

➔ Das 9 às 12h

O Plano Nacional dos Direitos Humanos e a reação da direita

- Paulo Vannucchi
  (ex-secretário Nacional de Direitos Humanos)
- Marcello Miranda (Instituto Telecom)
- Maringoni (Cásper Libero)
- Venício Lima (UNB)

➔ Das 14 às 16h (OFICINAS 1, 2 e 4)

OFICINA 1 (Diagramação: Jornal, Revistas e Cartilhas)

- Vito Giannotti (NPC)

OFICINA 2 (Internet: Orkut/Twitter/Facebook/Blog)

- Gustavo Barreto (NPC)

OFICINA 4 (Rádio: a experiência dos Repórteres Populares)

- Joel Almeida (Sintese)

➔ Das 16 às 18h (OFICINAS 3, 5 e 6)

OFICINA 3 (As Muralhas da linguagem)

- Vito Giannotti (NPC)

OFICINA 5 (Rádio Comunitária: um investimento necessário)

- Dioclécio Luz (radiocomunicador)

OFICINA 6 (Comunicação e Educação)

- Gaudêncio Frigotto (Professor-UFF)

20 NOVEMBRO DOMINGO

COMUNICAÇÃO: CINEMA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Projeção e debate do filme Cidadão Boilesen
Papel das empresas na implantação da Ditadura

- Alípio Freire (Jornal Brasil de Fato)
- Chico Otávio (Jornal O Globo)
- Esther Kuperman (UERJ)
- Leopoldo Paulino (Advogado)
- Reginaldo Moraes (Unicamp)

ÍNDICE

16/11/11 - Centralidade da mídia na disputa de mundo

1871-2011: 140 anos da Comuna de Paris

✓ **O hino "A Internacional"**
Por Victor Neves 6

✓ **Hino "A Internacional"**
Letra 8

✓ **A Comuna de Paris: as raízes terrenas da crítica ao céu**
Por Mauro Luis Iasi 9

Século XXI: mídia em ebulição no mundo latino, árabe e europeu

✓ **A mídia e as ditaduras amigas**
Por Ignacio Ramonet 14

✓ **Governos progressistas e a batalha pela democratização da comunicação na América Latina**
Por Dênis de Moraes 17

17/11/11 - Mídia na segunda década do século XXI

Jornais sindicais: problemas e soluções

✓ **As estratégias contra hegemônicas do Sindsep-PE no campo da comunicação**
Por Fabíola Mendonça 26

Comunicação alternativa

✓ **Revista Pobres & Nojentas: caminhos para o jornalismo libertador**
Por Mirian Santini de Abreu 36

✓ **Construindo a comunicação que queremos**
Por Nilton Viana 39

✓ **Tem gente com fome**
Por Solano Trindade 45

18/11/11 - Mídia de hoje para os dias de hoje

Do jornal à internet: hegemonia e lutas de classes

✓ **Entrevista com Silvio Mieli**
Entrevista concedida à jornalista Renata Maffezoli, da ANDES-SN, em setembro de 2011 48

✓ **A blogosfera e a luta pela democracia**
Por Altamiro Borges 52

ÍNDICE

✓ **Jornal velho, jornal novo**
Por Beto Almeida 56

✓ **Novas e velhas mídias**
Por Ruy Castro 61

Televisão e rádio: práticas e passos possíveis

✓ **Lei de meios, o atraso brasileiro**
Por Laurindo Leal Filho 62

✓ **Contatos da Defensoria Pública para combater ações ilegais da Anatel contra rádios comunitárias**
Por Arthur William 65

Megaeventos e a mídia dos movimentos sociais

✓ **Missão Copa do Mundo - Rio de Janeiro**
Por Orlando Santos Junior 68

✓ **Jogos e poder: com se produz uma Cidade Olímpica**
Por Nelma Gusmão de Oliveira 70

19/11/11 - Comunicação e política

O Plano Nacional de Direitos Humanos e reação da direita

✓ **Direito à comunicação no III PNDH: quem ameaça a liberdade de expressão?**
Por Venício A. de Lima 76

✓ **As relações ambíguas do governo com a mídia**
Por Gilberto Maringoni 83

✓ **Hegemonia, linguagem e contra-hegemonia**
Por Vito Giannotti 87

Oficinas

✓ **O que é radiojornalismo comunitário?**
Por Dioclécio Luz 93

✓ **Mídia avança sobre a Voz do Brasil**
Por Vinícius Mansur 103

20/11/11 - Comunicação: cinema, memória e história

Projeção e dabete sobre o filme Cidadão Boilesen e o papel das empresas na implantação da ditadura

✓ **A urbanização do império**
Por Mike Davis (indicação de Reginaldo Moraes) 106

17º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 16

CENTRALIDADE DA MÍDIA NA DISPUTA DE MUNDO

O hino
“A Internacional”

Por Victor Neves

A Internacional veio à luz enquanto poema musicado na segunda quinzena de julho de 1888, tendo por autores os operários Eugène Pottier (1816-1887) e Pierre Degeyter (1848-1932). Ela deve ser compreendida no quadro do cancioneiro revolucionário francês – que aliás é um quadro muito rico –, de onde brota e a partir do qual se espraia para todo o mundo. Este cancioneiro se constituiu, ao longo do século XIX, paralelamente à constituição do proletariado francês enquanto classe.

Seu período de gestação foi de cerca de 17 anos, intervalo transcorrido entre o primeiro esboço do poema, escrito por Pottier em torno de junho de 71, em um esconderijo em Paris durante a sangrenta repressão que sucedeu à derrota da Comuna de Paris, e a conclusão da música, em Lille, por Degeyter. Vale assinalar que os dois, músico e poeta, sequer se conheceram.

O poema

Com a derrota da Comuna pelos versalheses em maio de 1871, Pottier, que era um comunardo, *precisou* sumir. Escondeu-se em Paris durante o primeiro tempo da repressão, durante o qual relatou ter ouvido, sem poder ver, o que estava acontecendo na cidade – ficando particularmente impressionado com gritos populares incitando ao fuzilamento de membros da comuna, que ele afirmou que ouvia "oito horas por dia".

É deste período que ele afirma ser o poema da Internacional – mas isto é posto em dúvida por estudos realizados depois. O mais provável é que date deste tempo, imediatamente posterior à "semana sangrenta", um primeiro esboço, o que justifica o tom extremamente pessimista de certos momentos da primeira versão, como o trecho que, numa tradução mais ou menos ao pé da letra, conta o seguinte: "as engrenagens já nos moem / o Capital é capataz / metralhas em pedaços fazem / nossa mulher, nosso rapaz / a Usura, eufórica em delírios / dança sobre os corpos queimados / amarra à greve dos salários / a greve dos assassinados"...

A Internacional, pois, ao contrário do que se acredita normalmente, começou a ser gestada como *um canto de desesperança*: o autor não suporta mais a espera, a luta é agora, e é a luta final. Nós *temos* que vencer, e a internacional é para amanhã. Boa parte deste espírito *permaneceu* na versão final do poema, e é possível dizer que o hino tem grande parte de sua força – que pôs em ponto de fusão e animou para a luta militantes socialistas e comunistas na maior parte do mundo, ao longo de todo o século XX – retirada justamente desta seiva: a da urgência, da angústia, do desespero, de boa dose de cólera direcionada contra o ordenamento social capitalista e da vontade incendiária de derrubá-lo e àqueles que o sustentam.

Foi, entretanto, só em 1887 – ano da morte do autor, dezesseis anos depois dos primeiros rabiscos do poema – que vieram à luz, finalmente, os *Cantos Revolucionários,* livro em que apareceu pela primeira vez *A Internacional* acabada, com a letra como a conhecemos até hoje.

A música

Pierre Degeyter recebeu, aos 15 dias de julho de 1888, a encomenda para musicar os *Cantos Revolucionários* publicados por Pottier no ano anterior – para serem cantados pelo coral socialista de Lille, *A lira dos trabalhadores*. Entre estes estava *A Internacional*, cantada em público pela primeira vez ainda em julho de 1888, por ocasião do aniversário do sindicato dos jornaleiros.

A música experimentou um sucesso retumbante, sendo rapidamente alçada à condição de *hino* do Partido Operário Francês e, em 1889, *hino* da Internacional Operária recém-fundada por Engels. Entretanto, este sucesso custou muito caro a seu autor, que foi mandado embora de seu emprego e posto na lista negra do patronato de Lille como "subversivo", o que o levou a, não conseguindo mais arrumar emprego em sua área, viver de bicos e trabalhos eventuais. Tendo rompido com os socialistas pela esquerda – tornou-se comunista na cisão – chegou a perder inclusive os direitos de autoria relacionados ao hino, só recuperados com o suicídio de seu irmão, socialista que a havia registrado falsamente em seu nome sob pressão do partido, segundo consta.

Sua autoria foi reconhecida apenas em 1922, ano em que *A Internacional* foi tornada *hino oficial* da União Soviética. A partir de 1927, Degeyter passou a receber uma modesta pensão vitalícia do governo soviético, vivendo os cinco anos restantes de sua vida em condições bastante precárias, num apartamento cedido pela prefeitura de esquerda de Saint-Denis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

Florilège de la chanson revolutionnaire, de Robert Brécy

Eugène Pottier, membre de la commune e chantre de l'Internationale, de Maurice Dommanget

L'Internationale, de Marc Ferro.

A Internacional

De pé ó vítimas da fome
de pé famélicos da terra.
Da idéia a chama já consome
a crosta bruta que a soterra.
Cortai o mal bem pelo fundo,
de pé, de pé, não mais senhores.
Se nada somos em tal mundo,
Sejamos tudo ó produtores.

Bem unidos façamos,
nesta luta final,
uma terra sem amos
a Internacional.

Senhores, patrões, chefes supremos
nada esperamos de nenhum.
Sejamos nós que conquistemos
a terra mãe livre comum.
Para não ter protestos vãos,
para sair deste antro estreito,
façamos nós com nossas mãos
tudo o que a nós nos diz respeito.

Bem unidos...

O crime do rico a lei o cobre,
o estado esmaga o oprimido.
Não há direito para o pobre,
ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos,
somos iguais a todos os seres.
Não mais deveres sem direitos,
não mais direitos sem deveres.

Bem unidos...

Abomináveis na grandeza
os reis da mina e da fornalha
edificaram a riqueza
sobre o suor de quem trabalha.
Todo o produto de quem sua
a corja rica o recolheu.
Querendo que ele o restitua.
O povo quer só o que é seu.

Bem unidos...

Nós fomos de fumo embriagados,
paz entre nós, guerra aos senhores.
Façamos greve de soldados,
somos irmãos trabalhadores.
Se a raça vil cheia de galas
nos quer à força canibais.
logo verá o que nossas balas
são para os nossos generais.

Bem unidos...

Pois somos do povo os ativos
trabalhador forte e fecundo.
Pertence a terra aos produtores
ó parasita deixa o mundo.
Ò parasita que te nutres
do nosso sangue a gotejar,
se nos faltarem os abutres,
não deixa o sol de fulgurar.

Bem unidos...

Versão brasileira de Neno Vasco, 1905

A Comuna de Paris: as raízes terrenas da crítica ao céu[1]

Por Mauro Luis Iasi[2]

[1] Artigo baseado na intervenção no Seminário A Comuna de Paris 140 anos depois, ocorrido entre os dias 10 e 12 de maio de 2011 em Salvador, promovido pela UNEB e pelo CEMARX, e alterado nesta oportunidade para a publicação.

[2] Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM), Núcleo de Educação Popular – NEP 13 de Maio e do CC do PCB.

"A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem à sua luz sinistra sempre que os escravos e trabalhadores forçados desta ordem se levantam contra seus senhores. Então a civilização e a justiça ficam à vista como selvageria indisfarçada e desforra sem lei." (Karl Marx)

A violência com que a burguesia retomou a cidade de Paris tomada pela ousadia proletária em 1871 foi algo sem precedentes. Um jornal da época defendia que:

> Nem um único dos malfeitores em cujas mãos Paris esteve por dois meses será considerado preso político: serão todos tratados como bandidos que são, como os mais espantosos monstros jamais vistos na história da humanidade. Vários jornais falam de reerguer o cadafalso por eles destruído, para não lhes dar nem sequer a honra de ser fuzilados (Moniteur Universel, apud Lissagaray, 1991: 295).

O saldo do massacre foi impressionante: 30 mil mortos na resistência, 45 mil prisioneiros dos quais 13 mil condenados, 270 à morte, 400 a trabalhos forçados e 4 mil deportados. Thiers justificava a ação sangrenta afirmando que "nossos valentes soldados se comportam de modo a inspirar a mais alta estima, a mais elevada consideração ao estrangeiro" (Lissagaray, 1991: 269). Entre os mortos não estão apenas os que resistem nas barricadas em nome da Guarda Nacional, mas os feridos que tem seus crânios destroçados por coronhadas e seus cadáveres revirados em busca de seus pertences, mulheres do povo cujo único crime era vestir-se como pobres e portar uma garrafa ou um balde e que ao serem confundidas com combatentes eram arrastadas até o muro mais próximo e mortas à tiros (idem, ibidem).

"O chão está coalhado de cadáveres", dizia o próprio Thiers em um telegrama. Em outra passagem no jornal *Temps* se via uma descrição fúnebre: "daquelas terras úmidas recentemente reviradas pelas enxadas, saiam, aqui e ali, cabeças, braços, pés e mãos. Perfis de cadáveres afloravam, era horrendo; um cheiro repugnante, vomitivo, despreendia-se daquele jardim" (idem: 296). O massacre foi tão intenso que os próprios jornais conservadores começam a pedir o fim da matança dizendo que "estes miseráveis que nos fizeram tanto mal em vida não podem continuar a fazê-lo após a morte, (...) não matemos mais" (idem: 297).

Qual teria sido o crime destes homens e mulheres para merecer tão duro castigo? O que fizeram estes "malfeitores", estes "bandidos", "prostitutas", esta "gentalha" democrática da internacional? Vejamos mais de perto a natureza de seu crime.

Os trabalhadores de Paris chegaram ao poder no contexto da guerra franco-prussina, exatamente no momento da capitulação das tropas de Thiers, então presidente do Governo Provisório que se formara com a queda de Napoleão III em setembro de 1870. A capitulação do governo que se transferira para cidade vizinha de Versalhes abriria caminho para a ocupação prussiana da capital. Armados para a defesa da cidade os trabalhadores constituídos em Guarda Nacional se recusam a obedecer à rendição de Versalhes e, principalmente, recusam-se a depor armas que eles próprios haviam fabricado para se defender do cerco prussiano. Os soldados de Thiers, no dia 18 de março de 1871, tentam desarmar os trabalhadores que resistem e tomam a cidade. No dia 26 de março os trabalhadores elegem uma Comuna, pela primeira vez eleita com voto universal, cada cabeça um voto, sem distinções de renda ou de sexo e mesmo nacionalidade, dando posse aos estrangeiros eleitos porque, segundo seu manifesto, "a bandeira da Comuna é a República Mundial" (Engels, [1891], 2008: 46). Proclamada no dia 28 de março a Comuna passa a administrar a cidade de Paris e a bandeira vermelha da Internacional tremula sobre o telhado do Hotel de Ville.

Seu primeiro decreto foi o fim do recrutamento militar e o armamento de todos aqueles que podiam empunhar armas em defesa da cidade; isentou os pagamentos das rendas das casas por um tempo; balizou todos os salários, inclusive dos membros da comuna, pelo salário médio de um operário (cerca de 6 mil francos); aboliu todos os pagamentos à Igreja, separando os poderes religiosos do Estado transformando todos os bens eclesiásticos em propriedade nacional e abrindo as escolas tornando a educação acessível à todos. Tornou elegíveis todas as funções públicas, inclusive a de juízes e magistrados que deveriam ser eleitos em seus distritos e, como todos os cargos da comuna, revogáveis a qualquer momento.

A comuna supera o dogma da divisão de poderes, pedra angular de todo o pensamento político mo-

derno, afirmando a indissociabilidade das funções executiva e legislativa. Tudo isso fez com que se efetivasse um "governo barato", eliminando os vultuosos gastos com o parasitismo dos funcionários, do exército e da Igreja.

Colocou a propriedade das oficinas nas mãos dos operários e mais que isso, deu os primeiros passos para o desenvolvimento de uma grande indústria sob controle dos próprios trabalhadores. Segundo a feliz expressão de Marx (2008:413): "a grande medida social da Comuna foi a sua própria existência atuante".

> As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho noturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas à gente que trabalha para eles, sob vários pretextos (...). Outra medida dessa espécie foi a entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivesses fugido, quer tivessem preferido parar o trabalho (Marx, idem: 413).

A Comuna, exclamam os capitalistas, quer acabar com a propriedade, base de toda a civilização! E Marx responde: "Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda esta propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores" (idem: 407)!

Os comunardos não dirigiam seus atos pela intensionalidade consciente na direção de uma sociedade socialista, em grande medida ela era uma revolução de defesa nacional contra o imperialismo alemão e as vacilações de um governo burguês fraco e entreguista. Ocupa um vácuo histórico no qual se os operários não podem governar e a burguesia não mais conseguia fazê-lo A direção política da Comuna era hegemonizada pela grande influência de proudhonistas e blanquistas, isto é, por concepções utópicas tão criticada por Marx e Engels. Apesar disso os dirigentes da Internacional emprestaram imediato apoio político saudando a iniciativa dos trabalhadores e seu heroísmo, sem, contudo, perder o olhar crítico.

Dizia Marx em seu estudo sobre a Comuna:

> A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir por decreto. Sabe que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior para qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá que passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens (Marx, 2008: 408).

Mas, o ato da revolução libera as energias humanas e abre a possibilidade de romper o que está estabelecido, abre a possibilidade de instituir o novo naquilo que Sartre denominou de "espaço livre da práxis" (Sartre, 1979). Em momentos como este, a ação revolucionária de uma classe não altera só aquilo que seus decretos atingem, a forma de composição de esferas de governo, a regulamentação do trabalho, a composição do povo em armas, ou o regime de rendas, mas incide sobre o tecido vivo do cotidiano como fermento vivo, no campo mesmo das relações imediatas subvertendo formas cristalizadas que há pouco pareciam impossíveis de ser alteradas.

Um bom exemplo deste impacto sobre a vida cotidiana pode ser encontrado no papel das mulheres na Paris da Comuna. Émile Zola, consagrado escritor Francês e autor de *Germinal* (1885), manteve uma posição conservadora contrária à Comuna. Em uma carta de 14 de maio, trata com assombro sobre o papel das mulheres na revolução de março, não, segundo seu juízo, porque tivessem alguma importância, mas para dar uma "nota cômica e pitoresca" aos dramáticos acontecimentos:

> As mulheres, em Paris, são bem turbulentas. Em quase todos os lares de trabalhadores, à noite, a mulher fala alto sua opinião política e com freqüência a impõe a se marido. Lê-se o jornal em comum e geralmente as pessoas são muito duras com relação ao poder, seja qual for. Esse espírito guerrilheiro, que faz de Paris uma cidade de oposição em qualquer caso, uma cidade revolucionária por excelência, encarna-se principalmente em algumas mulheres que se transformam, no meio da febre dos acontecimentos, em verdadeiras harpias, megeras cuspindo fogo. Em nenhuma outra cidade eu escutei o sexo frágil dizer tão imperiosamente o que pensa das questões governamentais.

Uma "febre" que faz com que as pessoas de bem, "boas mães e esposas", percam a cabeça e se lancem a uma aventura sangrenta. No início, continua Zola,

as mulheres apareciam apenas como as vivandeiras, levando água e comida aos homens que lutavam, mas aos poucos "apanharam um fuzil de algum morto e se puseram a atirar". Assim concluindo: "agora, em quase todos os batalhões que passam, vê-se estas guerreiras de saias, um fuzil a tiracolo, calçadas com sapatões, que vão bravamente ao fogo" (Zola, 1992: 129).

Haveria, no entanto, ainda segundo o escritor francês, um tipo de mulher ainda mais subversivo.

> Mas há outras, cujo gênero de loucura é mais grave. São as pensantes, as discípulas de religiões sociais, aquelas cuja cabeça está cheia de reivindicações e que exigem a subversão de toda a nossa sociedade para tomar o lugar a que têm direito. Desse gênero de politiqueira, é preciso fugir como da peste (idem, ibidem).

De fato é o fim da civilização, trabalhadores e mulheres imaginando possível tomar o poder, moldar a vida e vivê-la sem patrões, governantes e guias religiosos. Eis o crime dos comunardos: reinventar a vida e dar forma a um governo operário. Era este o verdadeiro segredo da Comuna, revelou Marx (op. cit.: 406), "ela era um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política finalmente descoberta".

Por esta ousadia pagaram com a vida e ao serem levados aos frios muros de *Père-Lachaise* para serem fuzilados gritavam: "estamos aqui pela humanidade". E a humanidade reconhece seus irmãos e os acolhe.

> A Paris operária, conclui Marx, com sua Comuna será sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquias no grande coração da classe operária. E seus exterminadores, já a história os amarrou àquele pelourinho eterno donde todas as orações dos seus padres os não conseguirão redimir (Marx, 2008: 433).

Este produto da luta de classes é o conteúdo real e concreto que assumirá a forma conceitual e teórica da madura teoria de Estado em Marx e Engels que necessita, hoje mais que nunca, ser lembrada. Em algum momento na história de nossa classe a meta de realização plena da democracia se confundiu com o respeito ao Estado burguês, desfazendo nossa ação revolucionária no culto supersticioso do Estado ao qual se referia Engels. Não se realiza a democracia sem a destruição do Estado burguês, a quantidade não se transforma em qualidade sem ruptura.

Os comunardos de 1871 anunciaram a forma do Estado proletário, a ditadura do proletariado, mas não a realizaram plenamente e, certamente, não poderiam fazê-lo nas condições em que se encontravam. Ao final de sua introdução de 1891 Engels ressalta este fato ao dizer do Estado que uma classe encontra no caminho de sua transformação revolucionária e que, nas palavras de Marx (2008: 399) "a classe operária não pode apossar-se simplesmente (dele) e fazê-lo funcionar para seus próprios objetivos", destacando que:

> No melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de cortar, imediatamente, o mais possível, tal como no caso da Comuna, até que uma geração crescida em novas e livres condições sociais se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado (Engels, 2008: 354).

É nesse sentido que a Comuna indicou, pelo que realizou e pelo deixou de realizar, os caminhos pelos quais a classe proletária pode construir sua história no século XX e, temos certeza, continuara a construir nos tempos que hoje se abrem.

Devemos refletir, finalmente, sobre a atualidade dos ensinamentos da Comuna de 1871. Devemos relembra-lá apenas como reverência a um acontecimento histórico importante, ou como dever de revolucionários para fazer valer as poéticas palavras de Marx e continuar acolhendo no generoso coração da classe trabalhadora do presente nossos mártires do passado? Terá a comuna, como outras experiências, sido apenas um acidente, uma casualidade sem conseqüências, fruto da singularidade de um acontecimento preso ao seu tempo histórico?

Não terá a comuna representado um trágico ensinamento, ao contrário do que pensamos, que nos mostra que a ousadia dos trabalhadores em mudar a vida e alcançar a emancipação humana não passou de um momento próprio do início do capitalismo, momento de desorganização do nascente poder burguês que produz um vácuo político aproveitado pelo desespero dos explorados e que o desenvolvimento do moderno Estado da ordem capitalista contemporânea anulou e neutralizou impedindo os novos assaltos aos céus?

Temos a serena convicção que os ensinamentos da Comuna são hoje, por paradoxal que possa

parecer, ainda mais atuais do que nos tempos em que se deram os heróicos acontecimentos de 1871. A consolidação da ordem burguesa madura, mundial, especificamente capitalista, revela, mais que nunca seu caráter de classe e o papel que cabe aos modernos escravos assalariados, nunca como hoje a humanidade carece de uma particularidade que posa representá-la além dos limites toscos da igualdade jurídica e da formalidade democrática que esconde e garante a perpetuação da acumulação privada da riqueza socialmente produzida fundada na exploração brutal dos trabalhadores.

O moderno culto supersticioso do Estado, seu fetiche plenamente desenvolvido, assume formas grotescas de pacto de classes entre os explorados e seus carrascos e a consciência imediata de nossa classe afunda-se no pântano enganoso que a faz crer que a solução de seus problemas está no desenvolvimento da economia capitalista. Parte de nossa classe, e alguns de seus diletos filhos, mudou de mala e cuia para Versalhes e tecem elogios e odes às conquistas da civilização e da justiça sob o terreno inequívoco do massacre diário dos trabalhadores ofertados em sacrifício como ovelhas nos altares do deus capital.

A Comuna e seus mortos continuam nos convidando à rebelião e hoje prefiro a companhia dos cadáveres proletários em um muro esquecido de Paris à dos farsantes trajando ternos caros nos palácios das modernas Versalhes.

A Comuna vive nos motins operários na velha e podre Europa, no furacão popular que varre velharias no mundo árabe, que desperta ruínas democráticas na nova e decrépita Grécia de meus camaradas comunistas. Os estandartes escarlates de Maiakóviski ainda iluminam os céus indicando o rumo da esquerda e a rota dos traidores ainda segue o caminho da direita. A memória da Comuna não pode morrer porque seus filhos não a esqueceram e seus carrascos continuam vivos.

A Comuna vive porque é urgente e inadiável a radicalidade da destruição do Estado burguês como condição incontornável para que iniciemos a transição socialista e as tarefas que nos levarão á superação da sociedade de classes e do Estado e, mais do que nunca, é preciso que os trabalhadores entendam que isso só pode ser feito pelo seu próprio Estado – a ditadura do proletariado.

Hoje como ontem, os filisteus socialdemocratas tremem em salutar terror diante do termo: ditadura do proletariado. E aqui só posso me servir das sabias palavras com as quais Engels termina sua citada introdução de 1891: Bem, que tremam, senhores "quereis saber que rosto tem essa ditadura? Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado".

O jornal *The Times* de 29 de maio de 1871 descreve a seguinte cena:

> Vi uma jovem vestida de guarda nacional caminhar de cabeça erguida entre prisioneiros que estavam com os olhos baixos. Aquela mulher, alta, com longos cabelos louros que lhe caiam nas costas, desafia todos com seu olhar. A multidão a ultrajava, ela não pestanejava e fazia os homens corarem com seu estoicismo (Lissagaray, 1991: 301, nota 3).

Dizem que esta jovem segue caminhando e o ponto em que fixava seu olhar, acima do massacre e da opressão da derrota, está logo ali, ao alcance de sua mão e lá lhe espera de braços abertos, a velha humanidade pronta para superar sua pré-história.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França de Karl Marx (1891), In_ Revolução antes da revolução, v. II, Karl Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Origem da família da propriedade privada e do Estado. In_ Obras escolhidas, v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

KANT. I. Idéia de uma história universal de um ponto de partida cosmopolita. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEFEBVRE. H. Les marxistes et la notion de l'etat. Paris: Les cahier du Centre d'Etudes Socialistes, n. 42-43, maio 1964.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. História da Comuna de 1871. São Paulo: Edit. Ensaio, 1991.

MARX, K. A guerra civil na França. In _ Revolução antes da revolução, v. II, Karl Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Crítica ao Programa de Gotha [1875], In Obras escolhidas, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

SARTRE. J.P. Critica de la razón dialectica. Buenos Aires: Losana, 1979.

ZOLA. E. ett all. Crônicas da Comuna. São Paulo: Ed. Ensaio, 1992.

A mídia e as "ditaduras amigas"

Por Ignacio Ramonet | Tradução Marco Aurélio Weissheimer

Publicado em 05/02/2011,
no site Outras Palavras (www.outraspalavras.net)

Uma ditadura na Tunísia? No Egito, uma ditadura? Vendo os meios de comunicação se esbaldarem com a palavra "ditadura" aplicada a Tunísia de Bem Alí e ao Egito de Moubarak, os franceses devem estar se perguntando se entenderam ou leram bem. Esses mesmos meios de comunicação e esses mesmos jornalistas não insistiram durante décadas que esses dois "países amigos" eram "Estados moderados"? A horrível palavra "ditadura" não estava exclusivamente reservada no mundo árabe muçulmano (depois da destruição da "espantosa tirania" de Saddam Hussein no Iraque) ao regime iraniano? Como? Havia então outras ditaduras na região? E isso foi ocultado pelos meios de comunicação de nossa exemplar democracia? Eis aqui, em todo caso, um primeiro abrir de olhos que devemos ao rebelde povo da Tunísia. Sua prodigiosa vitória liberou os europeus da "retórica hipócrita de ocultamento" em vigor em nossas chancelarias e em nossa mídia. Obrigados a tirar a máscara, simulam descobrir o que sabíamos há algum tempo (1), a saber, que as "ditaduras amigas" não são mais do que isso: regimes de opressão.

Sobre esse assunto, os meios de comunicação não têm feito outra coisa do que seguir a "linha oficial": fechar os olhos ou olhar para o outro lado confirmando a ideia de que a imprensa só é livre em relação aos fracos e aos povos isolados. Por acaso Nicolás Sarkozy não teve a altivez de assegurar que na Tunísia "havia uma desesperança, um sofrimento, um sentimento de angústia que, precisamos reconhecer, não havíamos apreciado em sua justa medida", ao se referir ao sistema mafioso do clã Ben Alí-Trabelsi?

"Não havíamos apreciado em sua justa medida…" Em 23 anos…Apesar de contar, neste país, com serviços diplomáticos mais prolíficos que os de qualquer outro país…Apesar da colaboração em todos os setores da segurança (polícia, inteligência…) (2). Apesar das estâncias regulares de altos responsáveis políticos e midiáticos que estabeleciam ali descomplexadamente seus locais de veraneio… Apesar da existência na França de dirigentes exilados da oposição tunisiana, mantidos marginalizados como pesteados pelas autoridades francesas e com acesso proibido durante décadas aos grandes meios de comunicação… Democracia ruinosa…

Na realidade, esses regimes autoritários foram (e seguem sendo) protegidos de modo complacente pelas democracias europeias, que desprezaram seus próprios valores sob o pretexto de que constituíam baluartes contra o islamismo radical (3). O mesmo argumento cínico usado pelo Ocidente durante a Guerra Fria para apoiar ditaduras militares na Europa (Espanha, Portugal, Grécia e Turquia) e na América Latina, pretendendo impedir a chegada do comunismo ao poder.

Que formidável lição das sociedades árabes revolucionárias aqueles que, na Europa, os descreviam em termos maniqueístas, ou seja, como massas dóceis submetidas a tiranos orientais corruptos ou como multidões histéricas possuídas pelo fanatismo religioso. E agora, de repente, elas surgem nas telas de nossos computadores e televisores (conferir o admirável trabalho da Al-Jazeera), preocupadas com o progresso social, não obcecadas pela questão religiosa, sedentas de liberdade, cansadas da corrupção, detestando as desigualdades e reclamando democracia para todos, sem exclusões.

Longes das caricaturas binárias, esses povos não constituem de modo algum uma espécie de "exceção árabe", mas sim se assemelham em suas aspirações políticas ao resto das ilustradas sociedades urbanas modernas. Um terço dos tunisianos e quase um quarto dos egípcios navegam regularmente pela internet. Como afirma Moulay Hicham El Alaoui: "Os novos movimentos já não estão marcados pelos velhos antagonismos como anti-imperialismo, anticolonialismo ou antisecularismo. As manifestações na Tunísia e no Egito são, até aqui, desprovidas de todo simbolismo religioso. Constituem uma ruptura geracional que refuta a tese do excepcionalismo árabe. Além disso, esses movimentos são animados pelas novas metodologias de comunicação da internet. Eles propõem uma nova versão da sociedade civil, onde o rechaço ao autoritarismo anda de mãos dadas com o rechaço à corrupção" (4).

Especialmente graças às redes sociais digitais, as sociedades da Tunísia e do Egito se mobilizaram com grande rapidez e puderam desestabilizar o poder em tempo recorde. Ainda antes de os movimentos terem a oportunidade de "amadurecer" e favorecer a emergência de novos dirigentes entre eles. É uma das raras ocasiões onde, sem líderes, sem organizações dirigentes e sem programa, a simples dinâmica da exasperação das massas bastou para conseguir o triunfo da revolução. Trata-se de um momento frágil e, sem dúvida, as grandes potências já estão trabalhando, especialmente no Egito, para que "tudo mude sem que nada mude", segundo o velho adágio de O Leopardo. Esses povos que conquistaram sua

liberdade devem lembrar a advertência de Balzac: "Se matará a imprensa assim como se mata um povo, outorgando-lhe a liberdade" (5). Nas "democracias vigiadas" é muito mais fácil domesticar legitimamente um povo do que nas antigas ditaduras. Mas isso não justifica sua manutenção. Nem deve ofuscar o ardor de derrubar uma tirania.

A derrocada da ditadura na Tunísia foi tão veloz que os demais povos magrebinos e árabes chegaram à conclusão de que essas autocracias – as mais velhas do mundo – estavam na verdade profundamente corroídas e não eram, portanto, mais do que "tigres de papel". Esta demonstração está ocorrendo também no Egito.

Daí esse impressionante levante dos povos árabes, que leva a pensar inevitavelmente no grande florescimento das revoluções europeias de 1848, na Jordânia, Iêmen, Argélia, Síria, Arábia Saudita, Sudão e também no Marrocos.

Neste último país, uma monarquia absoluta, na qual o resultado das "eleições" (sempre viciado) é decidido pelo soberano, que designa segundo sua vontade os chamados ministros "da soberania", algumas dezenas de famílias próximas ao trono continuam controlando a maioria das riquezas (6). Os telegramas divulgados por Wikileaks revelaram que a corrupção chega a níveis de indecência descomunal, maiores que os encontrados na Tunísia de Ben Alí, e que as redes mafiosas teriam todas como origem o Palácio. Trata-se de um país onde a prática da tortura está generalizada e o amordaçamento da imprensa é permanente.

No entanto, como na Tunísia de Ben Alí, esta "ditadura amiga" se beneficia da grande indulgência dos meios de comunicação e da maior parte de nossos responsáveis políticos (7), os quais minimizam os sinais do começo de um "contágio" da rebelião. Quatro pessoas se imolaram, incendiando suas próprias vestes. Produziram-se manifestações de solidariedade com os rebeldes da Tunísia e do Egito em Tânger, Fez e Rabat (8). Acossadas pelo medo, as autoridades decidiram subvencionar preventivamente os artigos de primeira necessidade para evitar as "rebeliões do pão". Importantes contingentes de tropas do Saara Ocidental teriam sido deslocados aceleradamente para Rabat e Casablanca. O rei Mohamed VI e alguns colaboradores teriam viajado a França no dia 29 de janeiro para consultar especialistas em ordem pública do Ministério do Interior francês (9).

Ainda que as autoridades desmintam as duas últimas informações, está claro que a sociedade marroquina está seguindo os acontecimentos da Tunísia e do Egito, com excitação. Preparados para unir-se ao impulso de fervor revolucionário e quebrar de uma vez por todas as travas feudais. E para cobrar todos aqueles que, na Europa, foram cúmplices durante décadas dessas "ditaduras amigas".

NOTAS

(1) Ler, por exemplo, de Jacqueline Boucher "La société tunisienne privée de parole" e de Ignacio Ramonet "Main de fer en Tunisie", Le Monde Diplomatique, de fevereiro de 1996 e de julho de 1996, respectivamente.

(2) Quando Mohamed Bouazizi se imolou incendiando-se em 17 de dezembro de 2010, quando a insurreição ganhava todo o país e dezenas de tunisianos rebeldes continuavam caindo sob as balas da repressão, o prefeito de Paris, Bertrand Delanoé, e a ministra de Relações Exteriores, Michèle Alliot-Marie consideravam absolutamente normal ir festejar alegremente em Tunis.

(3) Ao mesmo tempo, Washington e seus aliados europeus, sem aparentemente medir as contradições, apoiam o regime teocrático e tirânico da Arábia Saudita, principal sede do islamismo mais obscurantista e mais expansionista.

(4) http://www.medelu.org/spip.php?article711

(5) Honoré de Balzac, Monographie de la presse parisienne, Paris, 1843.

(6) Ler Ignacio Ramonet, "La poudrière Maroc", Mémoire des luttes, setembro 2008. http://www.medelu.org/spip.php?article111

(7) Desde Nicolas Sarkozy até Ségolène Royal, passando por Dominique Strauss-Kahn, que possui um "ryad" em Marrakesh, os dirigentes políticos franceses não têm o menor escrúpulo em passar suas férias de inverno entre estas "ditaduras amigas".

(8) El País, 30 de janeiro de 2011- http://www.elpais.com/../Manifestaciones/Tanger/Rabat

(9) Ler El País, 30 de janeiro de 2011 http://www.elpais.com/..Mohamed/VI/va/vacaciones y Pierre Haski, "Le discret voyage du roi du Maroc dans son château de l´Oise", Rue89, 29 de janeiro de 2011. http://www.rue89.com/..le-roi-du-maroc-en-voyage-discret…188096http://www.elpais.com/../Manifestaciones/Tanger/Rabat

Governos progressistas e a batalha pela democratização da comunicação na América Latina*

Dênis de Moraes**

Introdução

Nos últimos anos, governos eleitos em países da América Latina com as bandeiras da justiça social e de transformações econômicas, políticas e culturais[1] incluíram a democratização dos sistemas de comunicação em suas agendas de prioridades. Pela primeira vez, políticas e ações públicas tentam reverter o quadro de aguda concentração da mídia nas mãos de um número reduzido de corporações. Com intensidades que variam de país para país, as iniciativas governamentais desenrolam-se em meio a duras batalhas ideológicas pelo controle do imaginário social na região. De um lado, estão as forças sociais e políticas que apoiam governos progressistas[2] empenhados em superar os malefícios provocados por décadas de neoliberalismo, assumindo compromissos com a inclusão das massas no processo de desenvolvimento e com a diversidade informativa e cultural. De outro lado, situam-se as elites políticas e econômicas associadas, por identidade de propósitos de dominação, à chamada grande mídia, formando um bloco privatista que procura manter suas ambições lucrativas e influências ideológicas.

As resistências podem ser avaliadas nas violentas campanhas midiáticas contra uma maior interferência do Estado nas questões comunicacionais, sobretudo nos rumos da radiodifusão, que congrega as joias da coroa, em termos de faturamento e de influência ideológica, das corporações do setor: as concessões de canais de rádio e televisão. Sob alegação de que exerce uma hipotética função social específica (informar a coletividade), a mídia não quer submeter-se a freios de contenção e se

* Este texto baseia-se em questões abordadas em meu livro *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação e outros ensaios* (Pão e Rosas, 2009).

** Professor associado do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do CNPq, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Fundação Ford. Foi contemplado com o Prêmio Cientista do Nosso Estado 2009 pela FAPERJ. Autor e organizador de diversos livros, sendo os mais recentes *A batalha da mídia* (Pão e Rosas, 2009), *Sociedade midiatizada* (Mauad, 2006), *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise* (Record, 2004) e *Por uma outra comunicação* (Record, 2003). Tem três livros publicados no exterior: *Sociedad mediatizada* (Barcelona: Gedisa, 2007), *Cultura mediática y poder mundial* (Buenos Aires: Norma, 2006) e *Por otra comunicación* (Barcelona: Icaria/Intermon, 2005).

põe fora do alcance das leis e da regulação estatal, em defesa de seus históricos privilégios. A opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância aquilo que os meios divulgam. Não somente é uma mistificação, como permite, perigosamente, a absorção de tarefas, funções e papéis tradicionalmente desempenhados por instâncias representativas da sociedade.

Existe consenso entre governos progressistas quanto ao caráter estratégico da comunicação nas disputas pela hegemonia cultural e na consequente formação de consensos sociais. Amplia-se o entendimento de que é essencial a participação do poder público nos sistemas de informação e difusão cultural, através de providências articuladas que resultem na renovação de leis que regulam as concessões das outorgas de rádio e televisão; na descentralização dos canais de veiculação; em apoios e financiamentos públicos a meios alternativos e à produção audiovisual independente; em maior equanimidade nos acessos ao conhecimento e às tecnologias; na geração e distribuição de conteúdos regionais, locais e comunitários sem fins comerciais.

Trata-se, por conseguinte, de construir sistemas de comunicação que salvaguardem a soberania nacional, a integração regional, a cooperação internacional, as aspirações comunitárias, o pluralismo e as identidades culturais em meio a uma época de mercantilização generalizada, inovações incessantes, transnacionalização dos negócios e convergência digital. Está em questão valorizar a produção informativa, as artes e o patrimônio cultural como partes da continuidade identitária que permite a expressão das diferenças e a participação individual e coletiva na vida social.

O cenário de concentração monopólica

Antes de relacionar o quadro de intenções reformistas com as políticas de comunicação e cultura adotadas por governos progressistas, devemos explicitar o intrincado cenário midiático na América Latina. Sem isso, seria difícil compreender por que a interferência estatal se impõe como fator relevante à reorganização dos setores de informação e cultura em moldes mais diversificados e pluralistas.

Um reduzido número de megagrupos controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e da difusão de dados, sons e imagens, exercendo larga influência na conformação do imaginário social. Esses conglomerados ambicionam lucratividade a qualquer preço e pregam a regulação das demandas coletivas pelo mercado, sem levar na devida conta identidades, tradições e anseios dos povos.

O vasto potencial de consumo, o espanhol como segundo idioma da globalização, a carência por tecnologias avançadas e a ausência de legislações antimonopólicas motivaram corporações, principalmente norte-americanas, a incrementar seus negócios na América Latina. A escalada transnacional beneficiou-se das desregulamentações e privatizações nas décadas de 1980 e 1990. *Players* como News Corporation, Viacom, Time Warner, Disney, Bertelsmann e Sony sedimentaram alianças com grupos multimídias regionais pertencentes a dinastias familiares. Entre as famílias que controlam parte expressiva dos meios de comunicação na América Latina estão Marinho, Civita, Frias, Mesquita, Sirotsky, Saad e Sarney (Brasil), Cisneros e Zuloaga (Venezuela), Noble, Saguier, Mitre, Fontevecchia e Vigil (Argentina), Slim e Azcárraga (México), Edwards, Claro e Mosciatti (Chile), Rivero, Monastérios, Daher e Carrasco (Bolívia), Ardila Lulle e Santos (Colômbia).[3] As diretrizes de regionalização traduziram-se em coleções de aquisições, fusões, repartições acionárias e acordos operacionais. Vários ramos culturais foram desnacionalizados. Grupos norte-americanos, espanhóis, britânicos e alemães engoliram editoras e redes livreiras. As *majors* dominam as cadeias de distribuição e exibição cinematográficas, com absoluta supremacia de lançamentos de filmes estrangeiros. Basta dizer que os filmes nacionais retêm somente 10% das bilheterias no Brasil e 9% na Argentina, enquanto as produções norte-americanas respondem, respectivamente, por 79,4% e 82,1%.[4]

Desde a regulamentação da Emenda nº 36/2002 pela Lei nº 10.610, de dezembro de 2002, o capital estrangeiro está autorizado a adquirir até 30% das ações das empresas jornalísticas e de radiodifusão no Brasil. As normas que regem a televisão por assinatura via satélite não estabelecem restrição ao capital estrangeiro. Já a Lei da TV a Cabo permite

o ingresso do capital externo em até 49%.[5] Durante os seis primeiros anos dos dois mandatos do presidente Lula, seis fusões de empresas acentuaram a monopolização e a internacionalização da televisão paga: NET/Telmex, Sky/DirecTV, TVA/Telefónica, NET/Vivax, Oi/Way TV e NET/BigTV. Na última década, Globo e Abril perderam o protagonismo nesse mercado para corporações globais – enquanto a Globo diminuiu sua participação na NET e na Sky, a Abril vendeu suas ações na DirecTV16 e na TVA. Mesmo não estando mais em posição majoritária nas duas maiores empresas de TV por assinatura do país – NET e Sky –, a Globo mantém poder de veto e monopólio do conteúdo brasileiro exibido nas duas operadoras, que juntas detêm 75% do mercado.[6]

As quatro maiores empresas de mídia e entretenimento da América Latina (Globo do Brasil; Televisa do México; Cisneros da Venezuela; Clarín da Argentina) retêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências. Brasil, México e Argentina reúnem mais da metade dos jornais e das emissoras de rádio e televisão e 75% das salas de cinema da região.[7]

Segundo relatório divulgado em agosto de 2007 pela Article 19, organização não-governamental voltada à liberdade de expressão, é aguda a concentração da televisão aberta no Brasil: "Seis empresas de mídia controlam o mercado de TV no Brasil, um mercado que gira mais de US$ 3 bilhões por ano. A Rede Globo detém aproximadamente metade deste mercado, num total de US$ 1,59 bilhão. Estas seis principais empresas de mídia controlam, em conjunto com seus 138 grupos afiliados, um total de 668 veículos midiáticos (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva; a Globo, sozinha, detém 54% da audiência da TV."[8]

O fenômeno repete-se na Argentina, onde sete grupos (Clarín, Admira-Telefónica, América Multimedios, HMT&F, Hadad, Uno-Vila /Manzano e La Nación) controlam ou têm participação acionária em cerca de 200 veículos. Isso foi facilitado pela modificação feita pelo governo Menem que permitiu aos proprietários de jornais adquirirem meios audiovisuais, o que assegurou, por exemplo, ao Clarín se converter em corporação multimídia. No caso da TV aberta, Clarín, Admira-Telefónica e América detêm 60% das concessões de canais.

Se confrontarmos o desempenho sofrível da maioria dos países latinoamericanos no comércio global com o que os gigantes midiáticos arrecadam no continente, concluiremos que o grosso dos lucros é sugado por potências estrangeiras. Os Estados Unidos ficam com 55% das rendas mundiais geradas por bens culturais e comunicacionais; a União Europeia, com 25%; Japão e Ásia, com 15%; e a América Latina, com apenas 5%.[9] Entende-se por que a indústria do entretenimento foi a que mais cresceu nos anos 1990 nos Estados Unidos, representando 6% do PIB. Os produtos audiovisuais já são a sua segunda maior fonte de exportações.[10]

A superioridade dos países desenvolvidos acentua-se em face dos insuficientes investimentos dos governos latino-americanos em tecnologias e produção simbólica, responsáveis pela baixa competitividade externa dos bens e serviços culturais produzidos na região. Em contrapartida, grupos transnacionais ocuparam vorazmente os vácuos, favorecidos por legislações frágeis. O lastro financeiro e a economia de escala lhes conferem vantagens competitivas incomparáveis, já que empresas nacionais de menor porte não têm recursos nem suporte tecnológico para gerir investimentos de vulto.

A expansão das indústrias de mídia e entretenimento vincula-se historicamente a interesses privados e transnacionais, explorando a fragilidade dos mecanismos de regulação e controle dos fluxos audiovisuais e de capital que cruzam fronteiras por satélites e redes infoeletrônicas. No âmbito da Organização Mundial do Comércio, os Estados Unidos tentam sempre impedir protecionismos nas indústrias audiovisuais (na forma de subsídios e fomentos), para favorecer os negócios de suas corporações. O resultado é que 85,5% das importações audiovisuais da América Latina provêm daquele país. Mensalmente, 150 mil horas de filmes, seriados e eventos esportivos norte-americanos são apresentadas nas emissoras de TV latino-americanas. Como imaginar trocas paritárias se Hollywood responde por 77% das programações televisivas da América Latina?[11] As conveniências corporativas sobrepõem-se a tradições e anseios dos povos da região, visto que se fixam em estratégias de maximização de lucros. Entre as distorções mais graves na economia da comunicação, podemos citar as

políticas de preços predatórias destinadas a eliminar ou a restringir severamente a concorrência, e os controles oligopólicos sobre produção, distribuição e difusão dos conteúdos.

Políticas públicas para a diversidade

Em frente a esta moldura de concentração monopólica e transnacionalização da mídia, tornam-se essenciais intervenções do poder público para alterar marcos regulatórios da radiodifusão, estimular a produção cultural não mercantilizada e ampliar os mecanismos democráticos de controle social sobre os meios de comunicação, em especial os concessionários de licenças de rádio e televisão. No bojo de um processo de democratização geral da sociedade, a perspectiva de soberania nacional associa-se à exigência de soluções legais que respondam às peculiaridades de cada sociedade, opondo-se à comercialização lucrativa e a subordinação a gostos internacionais maciços. Implica recusar o monopólio privado da mídia e a concepção neoliberal de cultura como negócio competitivo e rentável.

O fato alentador é a conversão de algumas dessas premissas em fontes inspiradoras de políticas públicas de comunicação. Há, entre governos progressistas da região, uma série de coincidências nos modos de repensar a atuação do Estado. A começar pelo entendimento de que as questões comunicacionais dizem respeito, na maioria das vezes, aos interesses coletivos. Não podem cingir-se a vontades particulares ou corporativas, pois envolvem múltiplos pontos de vista. Cabe ao Estado um papel regulador, ao mesmo tempo harmonizando anseios e zelando pelos direitos à informação e à diversidade cultural. A ação regulatória do Estado precisa zelar pelo equilíbrio entre o que deve ser público e o que pode ser privado, inclusive deixando claro à população que as empresas de rádio e televisão não são proprietárias dos canais, apenas concessionárias de um serviço público com prazo de validade.

Podemos distinguir matrizes e direções tendenciais nas intervenções governamentais no terreno da comunicação latino-americana atual:

a) reorganização da comunicação estatal;

b) novos canais de televisão nos âmbitos estatal ou público;

c) leis que restrinjam a concentração e assegurem maior controle público sobre empresas concessionárias de rádio e televisão;

d) apoios a mídias alternativas e comunitárias;

e) fomento à produção cultural independente;

f) leis que protejam e estimulem a indústria audiovisual nacional; programas regionais de coprodução, codistribuição e reserva de mercado para filmes, documentários e seriados televisivos latino-americanos.

O bloco formado por Venezuela, Equador e Bolívia é o mais ativo na proposição de novas legislações de radiodifusão, na reorientação de investimentos culturais e no fomento à difusão não mercantilizada. Nos demais países, pouco se fez até agora pela revisão de outorgas de rádio e televisão. Mas cabe reconhecer a evolução em outros quesitos – como, por exemplo, as leis de radiodifusão comunitárias no Uruguai, na Bolívia, no Equador, na Venezuela e no Chile, o programa de apoio ao audiovisual no Brasil, os fundos de financiamento à produção independente e à regionalização da mídia no Chile, assim como os inovadores canais estatais de televisão educativa e cultural (Encuentro, na Argentina, e Vive TV, na Venezuela). A cooperação regional vem aumentando graças a modalidades de integração e intercâmbios entre governos, a exemplo do que acontece com o canal multiestatal Telesur (financiado por Venezuela, Cuba, Uruguai, Equador, Argentina, Bolívia e Nicarágua), com os acordos entre agências de notícias e emissoras de televisão estatais, com os financiamentos da Venezuela às Rádios dos Povos Originários na Bolívia e ao canal estatal Ecuador TV e com os mecanismos de coprodução e codistribuição audiovisuais.

Devem ser ressaltados, em particular, avanços em matéria de reconfiguração e regulação dos sistemas de comunicação, quase sempre resultantes de reivindicações e proposições de fóruns e organismos representativos da sociedade civil.

De acordo com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), a Lei de Radiodifusão Comunitária do Uruguai (2007) é uma das mais avançadas do mundo. O texto enquadra as emissoras comunitárias como terceiro setor, complementar às rádios comerciais e estatais. Reserva-lhes um ter-

ço das frequências disponíveis em AM e FM. Uma mesma organização comunitária pode ter canais de rádio e televisão, desde que atenda a uma série de requisitos. Pela primeira vez, incluem-se procedimentos transparentes para a outorga de frequências, através de editais e audiências públicas. Um conselho assessor fiscalizará a lisura nas concessões e renovações das licenças, integrado por representantes de ministérios, meios comunitários, universidades públicas e privadas e entidades de defesa da liberdade de expressão. A lei prevê que em nenhuma hipótese o serviço de radiodifusão comunitária terá cobertura geográfica restrita. As emissoras poderão obter doações, apoios, patrocínios e publicidade, desde que sejam aplicados exclusivamente para a sustentabilidade econômica e a independência editorial. No primeiro ano de vigência da lei (2008), foram apresentados nada menos do que 409 pedidos de habilitação de rádios comunitárias, a maioria localizada no interior do país e há anos operando sem licença.

A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual da Argentina (2009), elaborada com base em consultas públicas a organismos da sociedade civil, constitui-se em referência para a definição de marcos regulatórios antimonopólicos. Engloba uma série de providência para combater a concentração midiática do país, com a criação de órgãos de fiscalização e controle social dos veículos sob concessão pública e proíbe que licenças de rádio e TV sejam dadas a políticos e detentores de cargos públicos. Cada empresa só poderá dispor de, no máximo, dez concessões em televisão aberta ou a cabo (atualmente, esse limite é de 24 outorgas). O prazo das licenças será diminuído de 15 para 10 anos, com exigências mais rígidas para concessão e renovação de outorgas, sendo instituídas, obrigatoriamente, audiências públicas nos locais de prestação de serviço das emissoras para avaliar seus desempenhos. A lei inova também ao definir, em condições equitativas, três tipos de prestadores de serviços de radiodifusão: a gestão estatal (meios públicos), a gestão privada com fins lucrativos e a gestão privada sem fins lucrativos (organizações não governamentais, entidades sociais, universidades, sindicatos, fundações). Para evitar a concentração dos meios locais, um mesmo concessionário não poderá operar mais de uma licença em frequência de rádio AM e mais de duas em FM. O excesso de conteúdos estrangeiros nos veículos será coibido: no rádio, por exemplo, 30% do que for veiculado deve ser de origem argentina. Quando as emissoras funcionarem em cidades com mais de 600 mil habitantes, a produção nacional deve alcançar 60% de toda a programação. A lei impede a propriedade cruzada dos meios: empresas de radiodifusão não poderão operar distribuidoras de TV a cabo em uma mesma localidade e vice-versa. A fiscalização das medidas caberá a um novo órgão de regulação, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual, que terá poderes para aplicar sanções em caso de violação da lei, sob supervisão judicial. A Defensoria do Público será criada para receber denúncias e reclamações, criar espaços de debate sobre os meios de comunicação e representar os interesses do público e da comunidade, isolada ou conjuntamente, em recursos administrativos ou judiciais.

A nova Constituição do Equador (2008) é uma das mais arrojadas no enquadramento da radiodifusão como setor estratégico ao desenvolvimento, já que, "por sua transcendência e magnitude, influi nos aspectos econômico, social, político e ambiental". E por isso a Carta reserva ao Estado o direito de administrar, regular, controlar e gerir a concessão de outorgas de rádio e televisão públicas, privadas e comunitárias, bem como o acesso a bandas livres para a exploração de redes sem fio, assegurando a prevalência do interesse coletivo. O Estado passa a ter a obrigação de impedir a concentração e a vinculação, direta ou indireta, da propriedade dos meios de comunicação e do uso das frequências de rádio e televisão. Acionistas, dirigentes ou representantes legais de empresas, entidades ou grupos financeiros não poderão mais ter participação, controle de capital ou de patrimônio em meios de comunicação. Fixou-se prazo de dois anos para se desligarem dos veículos em que tenham participação. Proibiu-se que funcionários públicos e membros de conselhos e diretorias de órgãos de regulação e concessão de licenças tenham qualquer tipo de interesse, direto ou indireto, no setor de radiodifusão. O controle social da imprensa será feito por ouvidorias públicas. Ao Estado reservou-se a distribuição equitativa das frequências de radiodifusão, além de ter a prerrogativa de estabelecer,

por lei, a criação ou supressão de serviços públicos de telecomunicações. Proíbe-se "publicidade em programas que induzam à violência, discriminação, racismo e comércio sexual".

Uma das legislações mais promissoras no campo do audiovisual é a Lei de Cinematografia Nacional da Venezuela (2005), que aumentou significativamente o número de filmes nacionais exibidos nas salas de cinema. A permanência mínima de uma estreia nacional em cartaz passou a ser de três semanas. As companhias distribuidoras estão obrigadas a comercializar um mínimo de 20% de filmes venezuelanos do total anual. Há três tipos de cotas mínimas para proteção às produções venezuelanas: complexos com mais de cinco salas, 12 semanas de exibição; de duas a cinco salas, seis semanas; de uma sala, três semanas. Se houver insuficiência de obras nacionais, a cota será preenchida por títulos estrangeiros de caráter independente ou alternativo, com certificação de qualidade expedida pelo Centro Nacional Autônomo de Cinematografia (CNAC). A lei restringe os lucros das distribuidoras a percentuais que variam de 30 a 60% do preço do ingresso, conforme o número de semanas em que um filme permanecer em cartaz. As empresas têm de apresentar ao governo balanços contábeis e prestações de contas. Os impostos recolhidos nas salas de cinema formam o fundo de apoio à produção nacional, que serve de lastro financeiro aos editais do CNAC.

Resistências e perspectivas

É precipitado asseverar que o horizonte de mudanças na América Latina levará a alterações definitivas nos sistemas de comunicação e cultura – até porque o destino dos projetos políticos e econômicos no continente ainda é incerto. Mas devemos sublinhar que, pela primeira vez na região, se divisa um elenco de promissoras ações governamentais. As providências indicam ser perfeitamente possíveis avanços numa direção democratizadora e antimonopólica, a partir de interferências decididas do poder público eleito pelo voto popular.

A consolidação das medidas depende da reconstrução do espaço público latino-americano, após décadas de submissão ao neoliberalismo que culminaram em esvaziamento dos poderes do Estado, privatização desenfreada e concentração midiática. Um espaço público que seja inclusivo e participativo, capaz de reunir meios estatais, regionais, educativos, universitários, legislativos, comunitários e independentes. Um espaço público cujos protagonistas no Estado e na esfera da cidadania mobilizem os instrumentos da democracia contra as apropriações simbólicas pelos valores mercantis. Um espaço público no qual as identidades culturais sejam salvaguardadas por legislações permanentes.

As disposições regulatórias devem garantir uma distribuição equitativa entre três instâncias: o Estado (para assegurar um serviço público de qualidade e diversificado), o setor privado (com fins lucrativos e responsabilidades sociais bem definidas) e a sociedade civil (movimentos sociais, comunitários e étnicos, universidades, associações profissionais, produtores independentes etc.). Cabe ao Estado assegurar condições equânimes, em termos de acesso, participação e representatividade, para que haja equilíbrio nas prerrogativas de atuação dos setores envolvidos.

Além de marcos legais que impeçam práticas monopólicas, uma nova feição dos sistemas de comunicação depende de um leque diversificado de intervenções, tais como: tornar mais eficiente os modelos de gestão e financiamento públicos da comunicação; expandir acordos de cooperação e coproduções entre países e blocos regionais; intensificar as redes culturais comunitárias; promover a socialização dos conhecimentos técnicos e tecnológicos; desenvolver recursos, linguagens e redes multimídias; renovar as tecnologias de transmissão para ampliar a penetração social de canais públicos de televisão; valorizar veículos comunitários e alternativos, incluindo reconhecimento legal, financiamento de infraestruturas, capacitação técnica, articulação em redes, participação e representatividade em foros públicos deliberativos; impulsionar a produção audiovisual independente e garantir maior participação aos filmes nacionais nas cadeias de distribuição e exibição.

Devemos reconhecer obstáculos às iniciativas democratizadoras, e um dos mais tenazes é a oposição das elites e da grande mídia. As corporações resistem e resistirão a se submeter a restrições legais que afetem a autonomia conquistada em dé-

cadas de cumplicidade com sucessivos governos. Revidarão toda vez que forem arranhadas sua presunção de refletir a vontade geral e suas conveniências políticas e metas mercadológicas.

Não esqueçamos as turbulências enfrentadas por governos progressistas, no bojo de resistências da mídia, do empresariado, de partidos conservadores e do governo norte-americano, às transformações em curso. As dificuldades atravessadas pelos presidentes Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa demonstram que continua ponderável o poder de articulação das oligarquias na Venezuela, na Bolívia e no Equador, inclusive porque contam com a pujante reverberação de suas posições na mídia. No Brasil, as baterias voltaram-se contra o governo Lula – que pouco fez nos seus dois mandatos para modificar o sistema de comunicação – por conta da criação da estatal EBC, gestora da TV Brasil. Nem a nomeação pelo presidente de um Conselho Curador integrado, entre outros, pelo economista Delfim Netto, três vezes ministro da ditadura militar, e o empresário José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, ex-vice-presidente de operações da Rede Globo, serviu para atenuar as imprecações de boa parte da mídia e da oposição de centro-direita contra a EBC-TV Brasil. Os argumentos recorrentes foram o desperdício de dinheiro público e o risco de aparelhamento político-partidário. A despeito dos problemas de autonomia financeira e política, da cobertura restrita, da baixa audiência, dos entraves burocráticos e da tímida programação da TV Brasil, as objeções têm um alvo claro: desqualificar um canal de televisão desvinculado de regras mercadológicas, da ditadura do *rating* e dos filtros ideológicos da televisão comercial – portanto tendencialmente mais favorável à diversidade ideológico-cultural.

Sabemos que antagonismos e debilidades interferem, em distintas intensidades, em cada realidade histórico-social. Os governos progressistas não são fortalezas inexpugnáveis, e há dificuldades objetivas para adotar modelos econômicos inclusivos e autossustentáveis em meio a economias globalizadas sob o jugo do capital financeiro especulativo. E não apenas isso. Existem embaraços em razão de circunstâncias políticas internas e externas.

Para prosperar, as transformações na América Latina dependerão de vontade política e sustentação popular. É impossível imaginar cenários de diversidade sem universalizar o acesso à informação, apressar legislações antimonopólicas e deter a avassaladora proeminência da mídia. De resto, a diversificação dos sistemas de comunicação insere-se numa moldura mais ampla, de revigoramento da esfera pública e do papel regulador e ativo do Estado na vida social. Esse papel não deve ser confundido com excesso de intervencionismo oficial, ou com dirigismo ideológico-cultural nas escolhas de projetos financiados por fundos públicos, pois implicaria o risco de inibição de manifestações criativas e autônomas, ou mesmo de inflexão nas políticas de diversidade. Nesse sentido, cumpre manter nítidas as fronteiras entre as ações governamentais e os veículos comunitários e alternativos, de modo a harmonizar a sustentabilidade financeira e a proteção legal a tais canais com a independência dos grupos sociais que os operam – por mais que, eventualmente, possa haver afinidade com as plataformas políticas estatais.

As respostas a estas e outras questões análogas dependerão, em particular, da continuidade do apoio político-institucional, de dotações orçamentárias e de iniciativas coerentes e constantes, bem como dos apoios conquistados em áreas da sociedade civil, o que poderá resultar em pressões organizadas para que conveniências governamentais estritas não venham a se sobrepor a propósitos inovadores. Que não tenhamos dúvida: à medida que se acelerar a velocidade das mudanças, não cessarão as imprecações do conservadorismo, e os atritos com conglomerados de mídia tenderão a agudizar-se.

Se devemos ser prudentes para não magnificar as possibilidades dos governos progressistas, cumpre salientar que a defesa por eles assumida da emancipação social, da integração regional em bases cooperativas, da comunicação como direito humano e da diversidade simbólica representa importantíssima evolução de mentalidade – mesmo que os ritmos das transformações possam parecer ainda lentos ou sofrer tropeços em função de fatores internos e externos, como, por exemplo, os efeitos negativos da crise econômica mundial.

As mobilizações populares e a ascensão de governos progressistas realçam a oportunidade de uma América Latina pós-neoliberal, revalorizando o Estado como espaço ético-político voltado à inclusão

social, junto ao qual os movimentos reivindicantes possam manifestar e resguardar suas autonomias criativas. E, num longo e árduo processo de lutas, fazer germinar ações coletivas por um sistema social baseado na justiça, na repartição igualitária das riquezas e da terra, no respeito às tradições culturais, na soberania dos recursos naturais, na defesa dos bens públicos comuns e na recusa à mercantilização. Um sistema que possibilite a democratização dos acessos à informação, ao conhecimento, à tecnologia. Que permita maior controle social sobre a mídia. Que proteja a diversidade em frente à transnacionalização simbólica e favoreça a inclusão de vozes neutralizadas ou simplesmente excluídas dos canais midiáticos. Experiências, enfim, que possam aprofundar a democracia e construir uma cultura de solidariedade entre os povos, na qual o direito humano à comunicação seja exigência insuperável.

NOTAS

1 Refiro-me aos governos de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009).

2 Adotamos o seguinte sentido para a palavra "progressista": uma linha de pensamento que se comprometa explicitamente com tudo o quanto se possa mudar, transformar e humanizar na sociedade. Sentido bem próximo ao proposto por Raymond Williams: "Ainda se pode usá-lo simplesmente como termo oposto a conservador; isto é, para referir-se a alguém que aprova ou defende a mudança". Williams observa que "progressista" tem sido usado tanto para referir-se à esquerda quanto para distinguir partidários de uma mudança "moderada e ordenada". Ver Raymond Williams, *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 328-329.

3 Ver Diego Olivera, "El control de los medios de comunicación por monopólios empresariales". *Rebelión*, Madri, 14 de junho de 2007, em: <http://www.rebelion.org>.

4 *Tela Viva*, 1° de fevereiro de 2008. Sobre o mercado cinematográfico na Argentina, ver *La Nación*, 30 de janeiro de 2007.

5 Porém, nos casos da NET e da TVA, que pertenciam aos grupos Globo e Abril, respectivamente, as corporações transnacionais Telmex e Telefónica de España conseguiram driblar a legislação brasileira para assumir o controle acionário. Consultar Gustavo Gindre, "Multinacionais burlam legislação para entrar na TV paga". *Observatório do Direito à Comunicação*, 15 de novembro de 2007, também disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=28369>.

6 Dênis de Moraes. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009, p. 112.

7 Ver Enrique Sánchez Ruiz. "Industrias culturales, diversidad y pluralismo en América Latina". *Global Media Journal* (em espanhol), Iteso, México, vol. 4, nº 7, 2007.

8 O relatório da Article 19 está disponível em: <http://www.article19.org/pdfs/publications/brazil-mission-statement-port.pdf>. Levantamento feito pelo projeto Donos da Mídia mostra que dos 2.385 veículos ligados a uma das 55 redes nacionais de rádio e TV do país, 39% (934) possuem relação com as cinco maiores redes privadas de televisão – Globo, SBT, Record, Band ou Rede TV. Ver Milton Júnior, "Cinco redes de comunicação reúnem 39% dos veículos", *Contas Abertas*, 18 de dezembro de 2008, disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=322815>.

9 Ver Nestor García Canclini, *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 55.

10 Consultar o documento "Los años 90 y el nuevo escenario post-devaluación", publicado pelo Observatorio de Políticas Culturales de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina, disponível em: <http://www.buenosaires.gov.ar/areas/produccion/industrias/observatorio/publicaciones.php?menu_id=10563#documentos>.

11 Ver Dênis de Moraes. *Cultura mediática y poder mundial*. Buenos Aires: Norma, 2006, p. 46.

versus ACADÊMICA
www.versus.ufrj.br

17º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 17

MÍDIA NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

As estratégias contra hegemônicas do Sindsep-PE no campo da comunicação

Fabíola MENDONÇA[1]

Resumo

Este texto apresenta o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco (Sindsep-PE), suas peças jornalísticas e as estratégias utilizadas para fazer um contraponto à imprensa empresarial. Ao expor tal atuação, o texto busca referencial teórico nas produções de pesquisadores como Venício Lima (2010, José Arbex Jr. (2005), Vito Giannotti (2004) e ainda alguns autores que bebem na fonte *gramsciana*, como Eduardo Granja Coutinho (2005), Valério Brittos (2005) e Emir Sader (2005). Como alternativa, aponta a necessidade de se intensificar a luta pela democratização e pluralidade da comunicação, tendo como mecanismo uma profissionalização dos movimentos sociais no campo da comunicação.

Palavras-chaves: Comunicação alternativa; sindicato; consenso; democratização da comunicação

Introdução

A luta pela democratização da comunicação passa, antes de tudo, pela garantia da comunicação como um direito humano. Partindo deste princípio, os movimentos sociais, sobretudo os sindicatos que contam com um público definido, têm um papel determinante nesse processo, uma vez que estão, cada vez mais, se profissionalizando do ponto de vista técnico, garantindo mais qualidade no setor comunicacional. Ainda que de forma desigual, esses segmentos vêm se contrapondo à mídia empresarial, voltada para atender interesses da elite política e econômica brasileira, omitindo informações e criminalizando as minorias. Essa contra hegemonia[2] dos movimentos sociais contribui para dar voz àqueles que são excluídos da chamada grande imprensa. Em mais: garante a liberdade de expressão, tolhida pelas corporações da comunicação.

No livro *Liberdade de Expressão X Liberdade de Imprensa*, Venício Lima (2010) coloca em relevo a liberdade de expressão, um direito secular e individual, e afirma que os grupos de mídia tentam confundir a opinião pública, repassando a falácia de que o cidadão já está representado pelos veículos de comunicação. Para o autor, a liberdade de imprensa está restrita à mídia, que não representa a pluralidade da sociedade brasileira. O autor mostra um resgate histórico e jurídico dos dois termos, afirmando que liberdade de expressão "se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão", enquanto liberdade de imprensa é a "liberdade da

---

1

2 Com base no conceito gramsciano, Emir Sade (2005) afirma que o pensador italiano "formulou o conceito de hegemonia, que combina a força e o convencimento, com peso maior de cada um desses aspectos existentes. Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder" (SADER, 2005, p. 8).

sociedade e/ou empresas comerciais – a imprensa ou a mídia – de tornar público o conteúdo que consideram 'informações jornalísticas' e entretenimento" (LIMA, 2010, p. 21).

Ele diz ainda que a liberdade de expressão está relacionada à pessoa, ao indivíduo, enquanto a liberdade de imprensa "aparece como 'condição' para a liberdade da 'sociedade' equacionada com a imprensa e /ou os meios de comunicação" (LIMA, 2010, p. 24). Logo no prefácio do livro de Venício Lima, o jurista Fábio Konder Comparato, numa crítica à centralidade dos conglomerados da comunicação, afirma não existir oposição entre liberdade pública e liberdade privada, mas sim complementaridade.

> Se numa sociedade de massas, as opiniões, ideias, protestos ou pospostas só podem ser manifestados publicamente através dos meios institucionais da comunicação social, é evidente que esse espaço, por natureza público, não pode ser apropriado por particulares, atuando em ambiente não regulamentado (…). A liberdade de expressão, como direito fundamental, não pode ser objeto de propriedade de ninguém, pois ela é um atributo essencial da pessoa humana, um direito comum a todos. Ora, se a liberdade de expressão se exerce atualmente pela mediação necessária dos meios de comunicação de massa, estes últimos não podem, em estrita lógica, ser objeto de propriedade empresarial de interesse privado (COMPARATO, in LIMA, 2010, p. 10-11).

No livro, Venício Lima faz referência a leis internacionais que tratam tanto da liberdade de expressão quanto da liberdade de imprensa e cita o professor da University of Tampere, Kaarle Nordenstreng, para se referir ao artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

> "...o sujeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais não é uma instituição chamada a imprensa ou a mídia, mas um ser humano individual. (...) a frase liberdade de imprensa é enganosa na medida em que ela inclui uma ideia ilusória de que privilégio dos direitos humanos é estendido à mídia, seus proprietários e seus gerentes ao invés de ao povo para expressar sua voz através da mídia. (...) nada no artigo 19 sugere que a instituição da imprensa tem qualquer direito de propriedade sobre essa liberdade" (NORDENSTRENG, in LIMA, 2010, p. 25).

A concentração dos grandes conglomerados de mídia também é destacada por José Arbex Jr (2004), no artigo *Uma outra comunicação é possível (e necessária).* O autor lembra que essa centralidade tem consequências políticas, sociais e econômicas, impedindo a pluralidade do pensamento e omitindo informações. Para ele, tal característica "torna invisível – quando não 'demoniza' – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades" (ARBEX JR., in MORAES, 2004, p. 385). Na mesma linha de raciocínio de Arbex Jr, Venício lima (2010) afirma que a falta de pluralidade na comunicação impede que haja uma democratização da comunicação e, com isso, o direito humano à comunicação é negado, comprometendo a liberdade de expressão.

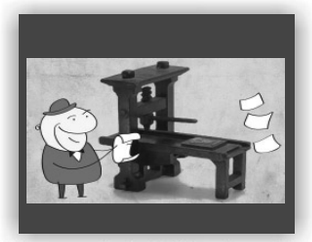
> O direito à comunicação significa hoje, além do direito à informação, garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual. Essa garantia tem de ser buscada tanto 'externamente – através da regulação do mercado (sem propriedade cruzada e sem oligopólios; priorizando a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal) – quanto 'internamente' à mídia – através do cumprimento dos Manuais de Redação que prometem (mas não praticam) a imparcialidade e a objetividade jornalística. E tem também de ser buscada na garantia do direito de resposta como interesse difuso, no direito de antena e no acesso universal à internet, explicando suas imensas possibilidades de quebra da unidirecionalidade da mídia tradicional pela interatividade da comunicação dialógica (LIMA, 2010, p. 37).

Como forma de se contrapor à lógica dos conglomerados, Venício Lima (2010) propõe o controle social da comunicação, um mecanismo democrático de gestão que funciona normalmente no Estado de Direito. Nesse caso, a regulação seria uma alternativa, com a participação da sociedade organizada nesse processo. Ao contrário da rotulação de que regulação é sinônimo de censura, quem pratica a censura é a mídia, já que a grande maioria da sociedade não tem voz nos veículos de comunicação. Apesar de se autodenominar como representantes da população, os poucos grupos empresariais que controlam a comunicação nada mais fazem do que se utilizar da chamada liberdade de empresa, defendendo seus interesses econômicos, políticos, cultuais e sociais.

O enfrentamento

Como alternativa à concentração midiática, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco (Sindsep-PE) vem realizando um trabalho no campo da comunicação que converge com as ideias de Venício Lima e Arbex Jr. Participou, em 2009, de todas as etapas para preparação das conferências estadual e nacional de comunicação, tendo entre os delegados das duas instâncias o diretor de Imprensa da entidade, Fernando Lima, também diretor da CUT-PE.

Ainda como forma de ampliar o debate sobre a democratização da comunicação, o Sindsep-PE produziu, no final de 2010, uma revista temática sobre o assunto, apresentando entrevistas com renomados pesquisadores do campo da comunicação. Paralelamente, a entidade ainda editou o calendário 2011 sobre o mesmo tema, produziu uma série de reportagem para rádio mostrando como os direitos humanos são desrespeitados pela mídia – uma parceria com os alunos do curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, sob a coordenação da professora Ana Veloso -, além de ter apoiado a edição especial da revista *Vamos á Luta,* sobre o direito humano à comunicação e produzida por um grupo de estudo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coroando o debate, em março de 2011, o Sindsep-PE promoveu um grande debate sobre a democratização da comunicação, tendo como palestrantes Venício Lima e Marco Mondaini, este último coordenador do grupo de pesquisa da UFPE sobre comunicação e direito humano.



A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direito do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei. **- Artigo 11º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789)**

SINDSEP/PE

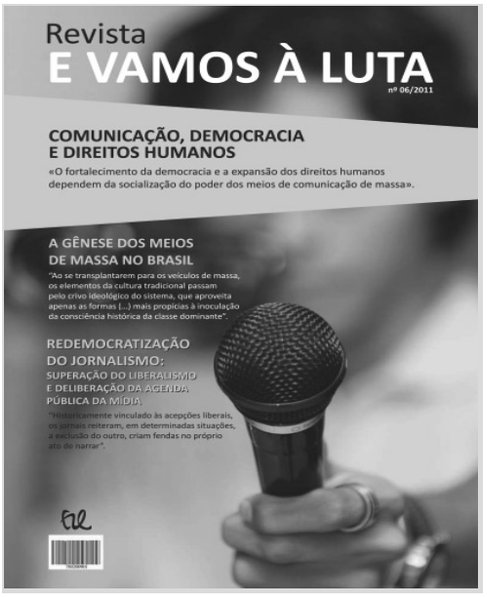
JANEIRO 2011

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1 - Confraternizar o Universal
24 - Dia dos Aposentados

Calendário 2011

Revista produzida pelo Sindsep-PE em dezembro de 2010



Revista de grupo de pesquisa da UFPE, produzida com o apoio do Sindsep-PE

Para além das peças excepcionais citadas, a Secretaria de Comunicação do Sindsep-PE tem uma produção fixa, com um jornal mensal, uma coluna semanal veiculada em dois jornais pernambucanos (Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco) e um informativo diário, que traz as informações mais atuais de assuntos ligados diretamente aos servidores federais. Todas as peças fixas do Sindsep-PE recebem o título GARRA. Além disso, a secretaria é responsável por boletins esporádicos, como convocatórias, pela página do sindicato na internet e pelo Twitter. Como desafio, tem pretensão de ampliar esse plantel investindo mais nas redes sociais e promovendo um prêmio jornalístico para produções de reportagens sobre o serviço público, destinado aos jornalistas das empresas de comunicação autores dos textos.

O Garra Mensal é um jornal de oito páginas – dependendo da necessidade pode chegar a dez ou doze páginas -, que traz um apanhado do mês com informações de interesse dos servidores federais, incluindo notícias da Confederação dos Servidores Federais (Condsef) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mas a produção não se limita a assuntos ligados à categoria, abrindo espaço para matérias de cultura, entrevistas sobre assuntos polêmicos do momento e ainda conta com três colunas fixas, com informações que geralmente não constam no noticiário da imprensa empresarial. As colunas são divididas em *Gira Mundo*, duas ou três notas sobre acontecimentos de ordem global; *Brasil Brasis*, geralmente com denúncias e projetos omitidos pela mídia; e *Essa Luta é Nossa*, notícias que têm o apoio do Sindsep-PE.

Edições do Garra Mensal

Sempre pautado pelo profissionalismo, o Garra Mensal conta ainda com charge e editorial/artigo, espaços fixos na página 2. A diagramação também preza pela qualidade, sendo realizada por uma profissional de designer, que atua, inclusive, em um dos grandes jornais de Pernambuco. A linguagem é outra prioridade dos profissionais que atuam no sindicato. Longe de fazer crítica aos sindicatos que se utilizam dos chamados "discursos inflamados" ou do "sindicalês", os textos produzidos no Sindsep-PE seguem a técnica jornalística universal.

Buscam-se textos com aberturas bem redigidas, fugindo do factual, com o objetivo de conquistar o leitor. O texto deve ser conciso e as pautas são organizadas a partir de nexos entre elas e estabelecendo parâmetros para o leitor sobre o que é relevante ou necessário ao seu conhecimento e ao seu cotidiano. Significa selecionar assuntos, editar a partir do que é mais relevante. Finalizadas as etapas da pauta e da reportagem, inicia-se o processo de edição. Nesse caso, as pautas mais importantes ocupam o topo da hierarquia, sendo editadas nas páginas ímpares e nas centrais.

Necessário se faz uma disposição planejada e criativa dos assuntos, feita com cuidado e acabamento visual, para conquistar a atenção do leitor e fazê-lo interessar-se pelo assunto tratado. A edição deve ser capaz de hierarquizar a leitura em cada página e na sequência delas, de maneira clara e em ordem progressiva de interesse, a fim de não confundir o leitor. Uma boa edição nasce da capacidade de estabelecer nexos coerentes e contextualizações firmes e compreensíveis para o leitor.

Ainda que se busque o profissionalismo, as peças não trazem textos rebuscados de difícil entendimento do público, que no caso do Sindsep-PE é formado desde pessoas com nível escolar fundamental até pós-doutor, dependendo da função e do órgão federal que estão lotadas. Esse cuidado é colocado em relevo no livro *Muralhas da linguagem*, de Vito Giannotti (2004).

> Para poder convencer, é necessário mostrar os fatos, suas ligações, suas implicações. Enfim, dialogar com as pessoas. Ouvir, pensar junto, apresentar ideias. Troar ideias. Todos estes momentos de um processo pedagógico exigem um requisito básico: falar e ser entendido. Ou melhor, falar para ser entendido. Para isso, a condição primeira e absoluta é usar uma linguagem que permita, aos que ouvem, ou lêem, entender (GIANNOTTI, 2004, p. 146).

Todas essas características do Garra Mensal se repetem no Garra Diário e na coluna Garra Semanal. A coluna é veiculada no Jornal do Commercio aos domingos e na Folha de Pernambuco toda segunda-feira, colorida e em formato três colunas por quinze centímetros. Resume informações da semana que interessam aos servidores federais. Já o Garra Diário, é produzido de segunda a sexta, com os assuntos mais importantes do dia, os quais alimentam também o site. O informativo é ainda repassado por fax para as sete delegacias sindicais que o Sindsep-PE mantém no interior do Estado.

Ano X Nº 671 - Recife, 30 de outubro de 2011

GARRA

Filiado a CUT e a CONDSEF

SINDSEP-PE

Assembleias para escolha de delegados

O SINDSEP-PE realiza esta semana quatro assembleias para eleição de delegados que vão participar dos encontros nacionais promovidos pela Condsef, em Brasília, quando serão avaliadas a atual conjuntura e debatidas as reivindicações de cada setor.

Amanhã, a primeira assembleia será com os servidores do Ministério da Defesa, no auditório do Sindsep às 18h, em 1ª convocação e 18h30, em 2ª convocação.

Já na terça-feira, dia 1º de novembro, às 9h30, será a vez dos servidores da Agricultura participarem da assembleia, na Sala dos Aposentados.

Também no mesmo horário, se reúnem os funcionários do IF de Belo Jardim, no próprio órgão. Às 14h30, os servidores do IF de Pesqueira participam da assembleia no Hotel Cruzeiro. Portanto, participe, escolha seus representantes e fique por dentro das novidades do seu setor.

Sábado é dia de final do futebol

Devido à transferência do feriado em comemoração ao Dia do Servidor Público, que passou para o dia 14 de novembro, a grande final do Mini Campeonato de Futebol do Sindsep foi adiada para o Sábado, dia 05. A partida Sudene x Associação do Ministério da Defesa será às 9h, na sede da Associação da Sudene, no Engenho do Meio.

Junte seus amigos e familiares para torcer pelo seu time. E que vença a melhor equipe!

www.sindsep-pe.com.br e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista. Recife-PE Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839

Garra Coluna Semanal

GARRA Diário

SINDSEP-PE

Recife - Terça-feira, 26 de julho de 2011 • Ano X • Nº 2939

Depois de dois anos, exames periódicos começam a ser realizados no serviço público

Sindsep convoca servidores aposentados para entrar com mais uma ação judicial

Hoje tem assembleia da campanha salarial na Funasa Caruaru, às 9h. Compareça!

Garra Diário

Embora o carro chefe da Secretaria de Imprensa do Sindsep-PE seja o jornalismo impresso, há trabalhos de parceria com algumas rádios no Estado. Diariamente, na Rádio Universitária FM, é veiculado o *Giro Sindical*, coordenado pelo jornalista Roberto Souza, com breves entrevistas com diretores do sindicato sobre o assunto do momento. Há ainda uma parceria com a rádio Jovem Cap AM, em que frequentemente o jornalista Valdir Bezerra abre espaço para entrevistas com membros da direção da entidade. Este trabalho está sendo estendido para municípios do interior do Estado. Já está em fase de implantação um projeto que vai levar informações do Sindsep-PE para cidades pólos do interior através de parcerias com rádios locais.

Considerações finais

Toda essa atuação do Sindsep-PE no campo da comunicação tem como objetivo fazer a contra hegemonia à imprensa empresarial. Como um dos setores dos movimentos sociais e, portanto, na maioria das vezes criminalizado pela mídia, a entidade esbarra em uma certa dificuldade para emplacar assuntos de seu interesse nos jornais pernambucanos. Com raras exceções, essas empresas de comunicação só abrem espaço para o Sindsep-PE durante greves dos órgãos federais, período que os serviços oferecidos à população são comprometidos.

Além do mais, por se tratar de um sindicato de trabalhadores da esfera federal, muito do noticiário sobre esta categoria é oriundo de Brasília, já que as decisões acontecem por lá. Portanto, são as agências de notícia que geralmente disponibilizam as informações para os veículos que não

têm sucursal na Capital Federal, o caso dos jornais pernambucanos. Mesmo assim, a Secretaria de Imprensa do Sindsep-PE, sempre que o assunto rende, procura fazer a ponte com os jornais, mas dificilmente há cobertura por parte dessas empresas.

Exemplo recente foi uma palestra de Antônio Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que o sindicato promoveu no final de setembro. Queiroz falou sobre o projeto 1992/07, que trata da previdência complementar do servidor federal, assunto que, em tese, deveria interessar a qualquer jornal, já que boa parte do público é servidor e teria interesse no assunto. A sugestão de pauta foi enviada para todos os jornais, redes de televisão e rádios, mas apenas a Folha de Pernambuco fez a cobertura.

Essa característica da imprensa empresarial converge com o conceito de hegemonia, definido pelo pensador italiano, Antônio Gramsci, e citado por Eduardo Granja Coutinho (2008), no texto *Gramsci: a comunicação como política.* Para o autor, "a mídia é, seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. (…) Ela garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital" (COUTINHO, 2008, p. 47). E vai mais além, ao afirmar que, "pela comunicação, formam-se e transformam-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história. (...) Historicamente, o poder exercido pelos grupos dominantes conjurou força e persuasão ou, em termos gramscianos, *coerção* e *consenso"* (COUTINHO, 2008, p. 44-45).

E é por representar apenas os interesses de uma classe social – a dominante – que as empresas de comunicação excluem e criminalizam os movimentos sociais, as minorias, a classe trabalhadora. Por defender o oposto dessa concentração, o Sindsep-PE investe na sua comunicação contra hegemônica, o que coincide com o pensamento do pesquisar Murilo Ramos:

> (...) cremos em uma sociedade da informação e da comunicação como a nova forma de organização hegemônica do capitalismo, em oposição a uma sociedade industrial em declínio. Entendemos que torna-se imperativo retomar o debate sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental. Um direito social de "quarta geração", aquele, quem sabe, mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação, nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da democracia da igualdade em todo o mundo. Além disso, transformaram um direito humano em um bem que pode ser comercializado, ignorando que tal prática vai de encontro à produção e ampla circulação de conteúdo pela população e o controle público sobre o que é veiculado (RAMOS, 2005, p.247).

Emir Sader (2005), ao introduzir o livro *Gramsci: poder, política e partido,* coloca em relevo a consequência do controle da hegemonia pela classe dominante e afirma que a classe trabalhadora "deve construir – ao lado da sua força econômica, social e política – o seu poder ideológico, para poder se construir como articuladora de uma força hegemônica alternativa"

(SADER, 2005, p. 8). Na mesma linha GIANNOTTI (2004) ressalta a importância da comunicação alternativa.

> O sentido da comunicação popular, sindical, de esquerda, enfim, é disputar a hegemonia. Disputar uma nova visão de mundo contrária àquela do sistema dominante. Combater o sistema que só existe para permitir a reprodução, eternamente, desta sociedade de classes, baseada na injustiça. Comunicar, numa visão de esquerda, é disputar um outro projeto político, contraposto à visão conservadora. Esta é a função da imprensa comunitária, se quiser estar do lado do povo, do lado dos trabalhadores. Esta é a função da imprensa dos sindicatos, pelo menos dos que estão no campo da Central Única dos Trabalhadores. Esta é a função do que chamamos imprensa alternativa (GIANNOTTI, 2004, p. 147).

Esse caminho proposto por Emir Sader e Vito Giannotti é um percurso contínuo do Sindsep-PE na busca de uma comunicação mais democrática.

Referências

ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível e necessária. In: MORAES (org.). **Por uma outra Comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2004.

BRITTOS, Valério Cruz. Globo, transnacional e capitalismo. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César (orgs.). **Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paulus, 2005.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: **Mídia e poder – ideologia, discurso e subjetividade**. COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (orgs). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FOLHA de São Paulo. **Manual da redação: Folha de São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2008

GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da Linguagem**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SADER, Emir (org). **Gramsci – poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Revista Pobres & Nojentas: caminhos para o jornalismo libertador

Por Mirian Santini de Abreu

Palavras podem encantar e brutalizar. Podem tornar banal o sentimento mais arrebatador; podem cobrir de enlevo o fato mais casual. A revista Pobres & Nojentas, criada em maio de 2006, nasceu com a pretensão de arrebatar, de ser bem mais do que um mero produto do empreendedorismo alternativo. Ela é também uma proposta teórica e está ancorada em três pilares epistemológicos.

O primeiro deles é a teoria marxista do jornalismo, cujo idealizador foi Adelmo Genro Filho. Ele acreditava que, mesmo no sistema capitalista, o jornalismo poderia ter uma função transformadora, desde que aproveitássemos as brechas que ele apresenta. Para isso, deveríamos construir a notícia a partir de uma nova fórmula, não mais a velha lógica do lead. Sua proposta era de partir da singularidade para, passando pela particularidade, expressar o universal. Para Adelmo, só a notícia que pudesse fazer isso, evocar o universal, seria capaz de transformar. Nós seguimos à risca essa proposta.

A teoria de Adelmo se fez na década de 80 e ele morreu logo depois, impedindo aí novos olhares sob as luzes dos novos tempos. Mas nós seguimos pensando o jornalismo e acrescentamos uma nova idéia à teoria adelmiana. Partindo da proposta filosófica de Enrique Dussel, criador da filosofia de libertação, somamos este pressuposto epistemológico à já consagrada forma da pirâmide normal de Adelmo: o do jornalismo libertador. Nela, integramos uma idéia de classe um pouco mais abrangente do que a apresentada por Adelmo. No jornalismo libertador, conceito explicitado no livro "Jornalismo das Margens" (Elaine Tavares, 2004), o foco do jornalismo está voltado para a comunidade das vítimas do sistema, tal qual ensina Dussel. Ou seja, a narrativa deve ser cristalizada no singular, evocando o universal, mas priorizando dar visibilidade à vida do oprimido, saindo assim de um jeito de praticar jornalismo que se alimenta apenas de fontes oficiais, se explicitando apenas como porta-voz. Nossa proposta é fazer um jornalismo como tem de ser, analítico, narrativo, transformador.

O terceiro elemento é a idéia de *croniportagem,* uma vereda entre a crônica e a reportagem. Ou seja, apresenta a necessidade de visualizar temas cotidianos, tal qual a crônica, mas com a profundidade da reportagem, com a presença do contexto e da informação. Essa necessidade se dá pela própria evolução da prática do jornalismo, cada dia mais prisioneira do tempo.

Como em quase todos os veículos, o que aparece em primeiro plano é sempre o tempo, seja o do leitor, que não teria tempo para ler longos textos, seja o do repórter, que precisa cobrir várias pautas num mesmo dia. Decidimos assim fazer alguns exercícios de escritura em que o texto pudesse ser curto, mas sem perder a profundidade.

O jornalismo praticado na Pobres & Nojentas se nutre destes desafios. Sabemos que a crítica diletante, como bem dizia Adelmo, é apenas desculpa para a inércia, então não gastamos nosso tempo a jogar pedras nos "dogmas" da contemporaneidade. Preferimos encarar de frente essa provocação. Se os editores dos jornais dizem a verdade sobre o tempo, nossa proposta é vencê-lo (o tempo) com um texto de qualidade. Ou seja, a desculpa de que os textos precisam ser mais curtos só no leva a um desafio maior: produzi-los curtos, mas sem perder a qualidade narrativa, de contexto e de possibilidades de transformação. Daí a idéia da croniportagem.

Mas isso não significa que abrimos mão da reportagem, muito pelo contrário. Tudo é uma espécie de variação sobre o mesmo tema. Nosso entendimento é de que existe um único jeito de fazer jornalismo, que é investigativo, profundo, contextualizador. E, nele, nada mais se presta a isso do que a reportagem. Ele é sempre o nosso sul. Não importa o tamanho que o texto possa ter, e sim se ele traz essas características. Por isso seguimos remando contra a maré. Fazer jornalismo fora do eixo Rio-São Paulo não é tarefa fácil e manter uma publicação tão fora da ordem tampouco o é.

Para terminar, é preciso dizer que a P&N, além dos pilares epistemológicos, tem ainda uma função política muito clara. Somos anti-sistêmicas, anticapitalistas e anticolonialistas. Procuramos oferecer um conteúdo que leve à crítica desta sociedade e à transformação. Está também visceralmente vinculada à nossa proposta editorial a idéia de que a palavra rebelde, criadora, subversiva precisa de espaço para se expressar. Por isso a revista se faz de um jeito aparentemente errático. Não é que a linha editorial seja confusa ou amadora. É porque faz parte do conceito editorial ser um espaço livre das palavras de quem não tem ainda onde clamar.

Dentro da discussão sobre Jornalismo Sindical, sobre a qual estamos teorizando, pensamos que poderia ser muito criador que os jornalistas que atuam na área sindical pudessem refletir sobre esses pressupostos teóricos e políticos que apresentamos. Porque acreditamos firmemente na idéia de que não

há jornalismo sindical ou alternativo. O que tem de haver é o jornalismo mesmo, em toda a sua beleza, acompanhado de uma visão política de libertação. Se assim fosse não teríamos esses jornais insossos dos sindicatos, fechados na sua dimensão laboral.

Um sindicato verdadeiramente empenhado numa proposta libertadora de comunicação deve sair do gueto da vida do trabalho e buscar a dimensão universal da vida dos seus filiados. E, nesse desafio, além de boletins de informação corporativa, deve investir num jornal que saia do lugar comum e que se permita criar uma outra linguagem, que não essa, importada de França ou dos Estados Unidos. Muitos são os jornais de esquerda que pensam que apenas mudando os temas podem transformar o mundo ou criar consciência. Não basta isso. E preciso que ofereçamos jornalismo de verdade às gentes. Jornalismo apenas. E ponto final.

Além disso, como o jornalismo sozinho não é estandarte de nenhuma revolução, é preciso que os sindicatos façam lutas reais que expressem concretamente as idéias que se expõem no papel jornal.

Eni Orlandi, em seus livros, costuma dizer que somos condenados, desde que nascemos, a interpretar. Precisamos dar um sentido ao mundo, dar um sentido às coisas que acontecem nele.

Assim, pode-se dizer que o jornalista é uma espécie de interpretador profissional, porque seu trabalho é produzir discursos sobre o mundo e fazê-los circular em diferentes meios.

Todos os dias, lemos textos e ouvimos jornalistas que nos trazem notícias de fatos próximos e distantes, e essas notícias são interpretações. Por isso é impossível falar em jornalismo isento.

Ficar isento é renunciar à interpretação. Isso é uma impossibilidade para o ser humano, porque parar de interpretar significa deixar de perceber o mundo, significa morrer.

Quando falamos de um jornalismo feito a partir do Brasil, da América Latina, renunciar à interpretação, ser isento, significa não só a morte individual, mas também a morte coletiva. E por quê?

Porque há, disponíveis, milhões de discursos sobre o mundo, mas poucos são capazes de ajudar a maioria das pessoas a compreendê-lo. E como mudar algo se não o compreendermos?

A questão é que abandonar a idéia da isenção também nos faz sair de uma certa zona de conforto, porque somos obrigados, diante dos fatos, diante da realidade, a fazer escolhas, como seres humanos e como jornalistas. “Ouça sempre o outro lado”, nos dizem. Mas há vários outros lados, há múltiplas versões. Qual levar em conta? A partir da qual, das quais, interpretar?

Essa pergunta transpira em cada pauta, em cada reportagem. E a resposta define o caminho jornalístico de cada um, e por isso a importância da leitura, da análise, da observação das coisas e das pessoas.

Nada disso impede as dúvidas, as inquietações terríveis, a sensação de desamparo. Também, para esses momentos, é preciso buscar respostas.

A nossa é a certeza de saber que escolhemos uma profissão privilegiada. Todos os dias, saímos de casa para interpretar o mundo, por força de ser humano e de ser jornalista. E todos os dias saímos de casa sabendo disso, mas sabendo de um pouco mais: como dizia Paulo Freire, tudo na História é possibilidade, nada está determinado. Então, ser jornalista é sair de casa sabendo que o nosso trabalho tem um propósito: é mostrar essas possibilidades que nascem, que se constroem dia a dia em todos os lugares nesse tempo que nos é dado viver.

E do que nos serviria falar sobre essas possibilidades de construção da História? Bem, mais uma vez só podemos dar a nossa resposta, e para ela usamos uma frase de Dom Hélder Câmara, que costumava dizer: “Deus deu ao ser humano o poder e a responsabilidade de não se conformar com o sofrimento e com a dor do inocente, mas de combater o mal e a injustiça. Esta é a tarefa de todos nós”.

Construindo a comunicação que queremos

Por Nilton Viana[1]

[1] Nilton Viana é jornalista e editor-chefe do jornal Brasil de Fato

Pequena radiografia da mídia burguesa no Brasil

Nunca antes na história deste país – aproveitando a expressão favorita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - a mídia brasileira foi tão poderosa. Os avanços tecnológicos e o intenso processo de concentração e monopolização do setor nas últimas décadas, associada a uma criminosa falta de controle público, coloca a mídia no Brasil como uma perigosa ameaça à democracia.

Isto se dá porque a chamada grande mídia brasileira se comporta como verdadeiro partido das elites em defesa de seus interesses neoliberais. Ou como dizia Antonio Gramsci, ainda no século passado, a mídia se comporta como verdadeiro partido do capital. Ou seja, é a mídia que assume papeis que normalmente são dos partidos políticos, como por exemplo, a construção da agenda pública, geração e transmissão de informações políticas, fiscalização das ações de governo, exercício da crítica das políticas públicas e canalização das demandas da população.

Só para se ter ideia do latifúndio midiático no Brasil, na década passada nove grupos familiares controlavam o grosso da mídia nativa: a família Marinho (Rede Globo – maior do país), o grupo Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (grupo Abril), Mesquita (Estadão), Frias (Folha), Levy (Gazeta), Nascimento e Silva (Jornal do Brasil).

Isso, na década passada. Hoje, são apenas cinco. Por outro lado, surgiram alguns grupos regionais, como a RBS, que atua no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. E, além dessa concentração, a mídia brasileira passa por um perigoso processo de internacionalização. No final do governo FHC, em 2002, o capital estrangeiro foi autorizado a adquirir até 30% das ações das empresas jornalísticas. E isso tem sido outro agravante. Quando se trata das relações mídia e política, o que está em jogo é a democracia.

Poder da mídia no mundo

E esse cenário não é privilégio brasileiro. Em várias partes do mundo aumentam os questionamentos ao enorme poder manipulador da mídia, como por exemplo, nas mentiras da CNN e Fox para justificar a invasão dos EUA no Iraque, ou na ação golpista na Venezuela e na cobertura tendenciosa nos processos eleitorais em vários países.

Só para ilustrar como o monopólio da mídia é assustador e sem precedentes na história da humanidade, segundo estudos de Robert McChesney, o mercado global é dominado por uma primeira camada de cerca de dez imensos conglomerados.

E existe uma segunda camada onde estão cerca de quarenta empresas de mídia. A maioria provém da Europa Ocidental ou da América do Norte, mas algumas da Ásia e da América Latina. Esses monopólios, que têm receitas que variam entre 8 bilhões de dólares e 40 bilhões de dólares, defendem, de forma escancarada ou enrustida, os interesses das classes dominantes, das corporações capitalistas e das potências imperialistas.

Segundo um relatório de uma Comissão Especial da ONU, 85% das notícias que circulam no mundo são geradas pelos Estados Unidos. Somente a CNN distribui, por satélites e cabos, a partir de sua matriz em Atlanta, notícias 24 horas por dia para 240 milhões de lares em 200 países e mais 86 milhões nos EUA, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados. Portanto, a CNN não apenas criou e universalizou uma linguagem e um formato para a informação, como às vezes se alinha sua orientação editorial com os interesses estratégicos estadunidenses, conforme nos alerta o professor Denis de Moraes.

Luta pela democratização

No Brasil, a mídia impõe o pensamento uniformizado, reprodutor das ideias dominantes e disseminadas a partir dos centros do capitalismo global. Ela impõe à sociedade o individualismo, o consumismo e enfraquece o papel do Estado, tornando-se matrizes ideológicas.

A atual conjuntura política, econômica, social e cultural em nosso país tem colocado para nós uma profunda reflexão sobre a relação direta da comunicação com a luta pela democracia real.

Fortalecer a liberdade de expressão dos movimentos sociais e populares, defender os direitos humanos, o acesso às novas tecnologias e o controle dos meios de comunicação, são bandeiras que nos são colocadas hoje como prioridade.

Todos sabemos que os oligopólios dos meios de comunicação são nefastos para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Também sabemos que os meios de comunicação empresariais defendem os interesses das classes dominantes e distorcem sistematicamente a realidade brasileira. E mais. Sabemos que a mídia dominante criminaliza os movimentos sociais e desqualifica as manifestações

e as lutas do povo. Portanto, frente a esse cenário, a organização e a comunicação alternativa e popular são vitais para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores pela real transformação.

Esse cenário coloca, cada vez mais, para os movimentos sociais e partidos de esquerda, que devemos travar num novo patamar a luta pela democratização da mídia e pelo fortalecimento de meios alternativos, contra-hegemônicos, de comunicação. Ou seja, sem enfrentarmos a ditadura midiática não haverá avanços na democracia, nas lutas dos trabalhadores por uma vida mais digna e pela superação da barbárie capitalista.

Brasil de Fato – uma conquista da classe trabalhadora

Os oito anos de existência – e resistência – do jornal Brasil de Fato, completados no dia 25 de janeiro de 2011, são uma grande conquista da classe trabalhadora. Pois, foi com a concepção de que na luta por uma sociedade justa e igualitária a democratização dos meios de comunicação é fundamental, é que os movimentos sociais, impulsionados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em consonância com outros movimentos populares, como a Via Campesina, a organização Consulta Popular e as pastorais sociais, entre outras, criaram o Brasil de Fato para ser um instrumento de formação e informação da classe trabalhadora.

Um jornal político, de circulação nacional, para contribuir no debate das ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Nesse sentido, o Brasil de Fato é o resultado das aspirações de milhares de lutadores e lutadoras dos movimentos populares, intelectuais de esquerda, sindicalistas, jornalistas e artistas e estudantes, que uniram esforços para formar uma ampla rede nacional e internacional de colaboradores desse projeto. E, foi com esse espírito que, em janeiro de 2003, foi lançado o jornal Brasil de Fato, durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS). Um grande ato, com a participação de quase 8 mil pessoas, marcou o surgimento desse instrumento de comunicação da classe trabalhadora.

Nossos desafios

Num país onde poucas famílias detêm o monopólio da mídia, fazer um jornal alternativo, popular e independente, é um enorme desafio. Iludam-se aqueles que pensam que no neoliberalismo exite democracia. Hoje, no Brasil, vivemos uma pseudo democracia. Vivemos numa ditadura do capital, que nos impõe também a ditadura midiática. E, como nos alerta dom Pedro Casaldáliga, "hoje, o capitalismo neoliberal, prepotente e excludente, tem-se apoderado, quase totalmente, da comunicação. Quem tem o capital tem a comunicação e a manipula e distorce".

Um exemplo desse poderio da mídia burguesa pôde ser constatado nas eleições de 2010 em nosso país. Como dissemos em editorial do Brasil de Fato, todos sabemos que, dificilmente a candidatura de José Serra teria o êxito de disputar o segundo turno eleitoral se não fosse o desavergonhado e imoral suporte que recebeu dos grandes grupos de comunicação. Estes tornaram-se o grande partido político de oposição ao governo Lula. Aproveitaram-se do período eleitoral para fazer uma verdadeira luta de classes em defesa de suas bandeiras políticas mais conservadoras e direitistas. Não hesitaram em adotar candidaturas que se dispunham a fazer coro aos ataques ao governo e à sua candidata, em troca de alguns minutos de exposição nos noticiários.

Esse cenário demonstrou que já não é mais possível pensar no fortalecimento da democracia sem mexer no oligopólio das comunicações em nosso país. Por isso é bem-vindo o Plano Nacional de Banda Larga, um serviço público que democratizará a informação através da internet. E, felizmente, alguns Estados já estão discutindo uma legislação própria que assegure um controle social sobre os meios de comunicação, como estabelece a Constituição Federal de 1988. Mas é preciso enfrentar os grupos empresariais do setor, cinco famílias, que monopolizam a produção e a divulgação das informações.

Não se trata de censurar a imprensa. Mas, sim, de assegurar ao povo brasileiro o direito de se informar e se comunicar. Direito que está acima dos interesses particulares dos proprietários dos meios de comunicação. Esse poderio, não enfrentado pelo governo Lula, precisa ser confrontado com as vozes vindas da Conferência Nacional de Comunicação e com uma legislação apropriada e atualizada, que atenda aos interesses da sociedade brasileira.

Enfrentar esses desafios exigirá da presidenta Dilma clareza política e muita força de vontade. O respaldo vindo das urnas, infelizmente, será insuficiente para se contrapor aos interesses do capital, à elite entreguista e às forças direitistas. A base parlamentar, na sua maioria, é mais suscetível aos interesses particulares do que ao programa vitorioso nas eleições.

Alguns membros do próprio partido da presidenta e próximos a ela dão a impressão de que

estariam mais à vontade nas fileiras tucanas do que defendendo suas propostas governamentais em defesa dos mais pobres.

Nesse sentido, entendemos que, assim como foi determinante no segundo turno das eleições, os movimentos sociais, sindicais e estudantis, as pastorais sociais, os comunicadores progressistas que ocuparam um importante espaço na internet precisam ir às ruas durante estes próximos quatro anos. Somente a mobilização popular, preservando sua autonomia frente ao governo, será capaz de assegurar novas conquistas e frear as forças direitistas que afloraram do último processo eleitoral.

O preço de se fazer um jornal de esquerda

Quando lançamos o Brasil de Fato, com tiragem de 100 mil exemplares e um custo mensal em torno de 100 mil dólares não imaginávamos que, além da questão financeira, enfrentaríamos problemas ideológicos com os chamados grande meios de comunicação.

Logo nas primeiras semanas nos deparamos com os primeiros obstáculos. Fomos boicotados pelas empresas que fazem a distribuição de jornais e revistas em todo o país.

Primeiro, essas empresas, que são duas ou três, criaram vários obstáculos para aceitar fazer a distribuição do nosso jornal. Mas conseguimos firmar contrato e assim distribuir para todo o país o nosso Brasil de Fato. Porém, após três semanas, começaram os boicotes. E funcionava assim: nas cidades onde o jornal tinha maior vendagem, a empresa distribuidora simplesmente não mandava novos exemplares. E assim se sucedeu em todas as regiões. Logo, percebemos que se tratava de boicote ao nosso jornal e caracterizava disputa ideológica. Ou seja, a burguesia não queria que um jornal de esquerda, da classe trabalhadora, ganhasse amplitude e disputasse nas bancas a opinião da classe trabalhadora.

Como sabemos, o Brasil é um país de dimensão continental. Para se ter ideia, um exemplar enviado por correio demora de 3 a 7 dias úteis para chegar às regiões Norte e Nordeste do país. Então, para agilizarmos a entrega é que se faz necessário procurar os serviços dessas empresas especializadas em distribuição. O problema é que são todas empresas dos grandes meios de comunicação. Ou seja, um verdadeiro cartel encarregado desse tipo de atividade.

Então, para resolver essa pendenga, foi necessário articular politicamente um "amigo", que tinha trâmite com um empresário de uma dessas empresas, e que não era vinculado diretamente a nenhum grupo midiático. Assim, a empresa Fernando Chinaglia assumiu a distribuição do Brasil de Fato para as bancas do país. Mas o problemas da entrega aos assinantes persistia. E a alternativa foi fazer essa entrega via Correios. Porém, o nosso leitor, dependendo da região do país, recebi o jornal com quase 15 dias de atraso. Esse é o preço que pagamos! Mas pelo menos, mesmo com vários dias de atraso, o jornal chega a todos os seus assinantes.

Em outubro de 2007, editoria Abril – que edita a revista *Veja* – comprou Fernando Chinaglia e monopolizou a entrega nas bancas. Ou seja, uma única empresa passou a controlar a distribuição de informação em pontos de venda de todo o país. Essa notícia preocupou as publicações de outras editoras e movimentos pela democratização da comunicação.

Ainda hoje mantemos a distribuição do Brasil de Fato com a Chinaglia. Até porque quando a empresa foi negociada, já tínhamos o contrato. Porém, os atuais administradores nos impuseram uma série de exigências, tais como percentual de venda de cada edição.

Nosso balanço

No ano passado, fizemos uma reunião de balanço anual de nossos instrumentos de comunicação da rede Brasil de Fato (agência de noticias na internet, agência de rádio – radioagênciaNP, boletim eletrônico, jornal impresso e programa projeto popular, veiculado pela TV Educativa do Paraná.

Nesse sentido, tiramos alguns orientações políticas e os desafios centrais, que enfrentar para melhor potencializar os nossos meios de comunicação populares.

Desafios políticos centrais

A) O próximo período será de intensa luta ideológica na luta de classes brasileira. Por isso devemos priorizar e manter a luta permanente contra a direita brasileira, nas suas várias formas de expressão do capital internacional, nacional, Poder Judiciário, parlamentar e partidário.

B) Contribuir para debater na sociedade um programa para o Brasil, que seja anti-imperialista e anti-neoliberal.

C) Há um cenário de descenso do movimento

de massas, de despolitização das massas, de polarização partidária (entre tucanos e PT) e as forças de esquerda não atuaram unidas nas eleições. Diante disso, o Brasil de Fato segue apostando na unidade de todas as forças populares em torno de um programa que altere a estrutura de poder em nosso país.

D) Acompanhar e apoiar todas as iniciativas relacionadas com o desenvolvimento do projeto da Alba (como nosso projeto antiimperialista e anti-neoliberal, para a Américas.

E) Ampliar as matérias e reportagens sobre a vida e realidade de nosso povo.

F) A situação de dificuldades do Brasil de Fato reflete o momento histórico desse ciclo de dificuldades das esquerdas e dos movimentos sociais brasileiros. Portanto, as nossas soluções estão umbilicalmente vinculadas a situação da luta social. E por isso devemos também, sempre, estimular o reascenso do movimento de massas e a reconstrução da esquerda.

Desafios organizativos centrais de nossos meios de comunicação

1. Realizar um esforço para ampliar os espaços de difusão das notícias do jornal impresso, agência na internet e dos nosso programas para rádio. O rádio é um importante instrumento de comunicação com as massas, sobretudo com os trabalhadores.

2. Organizar a distribuição, difusão de programas televisivos e vídeos educativos produzidos pelos movimentos sociais, para todas as mais de 100 televisões comunitárias e públicas do Brasil. Assim como ampliar nossas relações em nível continental com a Vive TV e a Telesul.)

3. Estimular e debater todas as formas possíveis para criar o hábito de leitura entre a militância social, em especial a juventude do país.

4. Os movimentos sociais devem assumir mais o Brasil de Fato, seja na sua linha editorial, dar sugestões de pauta, ajudar a organização de correspondentes e sucursais, bem como na sua distribuição e utilização política. Levar esse debate de forma permanente a todos os movimentos, identificados com o programa antiimperialista e anti-neoliberal.

5. Ampliar as campanhas de assinaturas, sobretudo entre a militância dos movimentos sociais, entidades. Também devemos seguir com a política de jornais especiais massivos, sobre temas relevantes para debater na conjuntura.

6. Diminuir o peso da publicidade nas nossas receitas. Nossa autonomia e futuro dependem da ampliação das assinaturas.

7. Melhorar a integração das pautas e matérias entre todos os meios de comunicação que estão articulados, como rádio, boletim na internet, jornal impresso e o programa da TV Educativa do Paraná.

8. Seguir organizando os cursos de formação com temas candentes, que sirvam de formação da militância e de ampliação das assinaturas. Em cada cidade, nossos apoiadores devem ser motivados a organizar os cursos.

9. Organizar seminários (de um turno) nas cidades, para debater a conjuntura trazendo convidados especiais, como promoção do Brasil de Fato.

10. Todos estão sendo convocados a que enviem sugestões de pautas e nome de entrevistados para o **Programa semanal** de televisão (Projeto Popular), que é veiculado na TV Educativa do Parana (envie para a editora Lizely Borges: lizely_borges@yahoo.com.br

11. Organizar um método de trabalho especial para essa conjuntura de enfrentamento ideológico, que permita o acompanhamento mais sistemático dos conselheiros e dirigentes de movimentos sociais, na sugestão de pautas semanais. Por isso, os que moram em São Paulo deveriam fazer um esforço de participar mais das reuniões de pautas, realizadas sempre nas quartas-feiras na sede do jornal e os demais enviar por correio eletrônico.

12. Orientações do conselho

    A) Em cada cidade, onde já temos companheiros/as envolvidas como: Fortaleza, Recife, Vitória, Belo Horizonte, Rio de janeiro, Curitiba, Porto Alegre, devemos estimular

a formação de um espaço, **para reuniões mensais** com colaboradores, que pudessem recolher sugestões de pauta e de melhor utilização política e difusão do jornal.

B) Essa reunião mensal continuaria sendo feita também com os companheiros conselheiros de São Paulo e comitê de redação, em São Paulo, todo primeiro sábado do mês.

C) E, a cada dois meses, seria então a reunião do conselho editorial, com a presença de conselheiros e representantes de sucursais das outras cidades. (assim não sobrecarregamos os companheiros/as que moram fora de São Paulo).

D) E de todas as formas, todos estão sendo motivados a participar ativamente de todos meios de comunicação do Brasil de Fato, enviando sugestões de pauta (para radio, jornal, programa de teve) e também motivando a que os jornalistas comprometidos, enviem seus artigos e matérias para o jornal, através do correio eletrônico: nilton@brasildefato.com.br

Diante desse cenário, sabemos que nossa luta é pela construção de um projeto popular para o Brasil. Por isso, o Brasil de Fato seguirá numa luta prolongada, apostando na unidade de todas as forças populares em torno de um programa que altere a estrutura de poder em nosso país. Viveremos junto com o povo esse processo e não tememos a cooptação. Acreditamos no povo brasileiro e enfrentaremos mais essa batalha, confiantes em derrotar nossos inimigos.

Como o Brasil de Fato tem como um de seus objetivos contribuir para a batalha das ideias, na luta contra-hegemônica e no fortalecimento da comunicação popular, novas tecnologias devem ser potencializadas para ampliar o acesso do povo a informações do seu interesse, assim como para contestar as versões dos grandes fatos políticos passados pelos grandes meios de comunicação. Nesse sentido, apoiamos todo e qualquer intento do governo federal e governos estaduais no sentido de estabelecer verdadeiros mecanismos sociais e públicos de controle dos meios de comunicação.

Por fim, reafirmamos nosso querido companheiro do Pedro Casaldáliga: "Cremos, até pela mais entranha necessidade, que outro mundo é possível. Queremos ser a Humanidade una, mas de outro modo, na liberdade e na igualdade, na convivência pacífica e na pluralidade complementar. Somos, queremos, vamos fazendo, outra Humanidade."

Tem Gente com Fome

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Piiiiii

Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Vigário Geral, Lucas, Cordovil,
Brás de Pina, Penha Circular, Estação
da Penha, Olaria, Ramos, Bom Sucesso,
Carlos Chagas,Triagem, Mauá
trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dzier
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar
Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Só nas estações
quando vai parando
lentamente começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuuu

Solano Trindade

Solano Trindade

Cantor da alma coletiva

Na década de 1930, temas como o preconceito e a exclusão social do negro foram divulgados em forma de poesia. O responsável por usar a arte para denunciar as condições de vida dessa população e incentivar formas de resistência foi o poeta negro Solano Trindade.

Solano nasceu em Recife, em 24 de julho de 1908. Fez o curso propedêutico da Academia de Comércio de Recife, foi operário e funcionário público federal, no início de sua carreira. Participou do I e II Congresso Afro-Brasileiro, no Recife e Salvador. Em 1936 fundou a Frente Negra Pernambucana e o Centro de Cultura Afro-brasileiro, que tinha o objetivo de divulgar os intelectuais e artistas negros. Em 1944, editou o livro "Poemas de uma vida simples", onde se encontra o seu declamadíssimo "Trem sujo da Leopoldina", que reproduzimos nesta apostila. O poema também foi publicado na Antologia da Nova Poesia Brasileira (Rio de Janeiro: Editora Vecchi 1948).

Em 1945 funda o Comitê Democrático Afrobrasileirom, com Raimundo Souza Dantas, Aladir Custódio e Corsino de Brito. Em 1954, em São Paulo, criando na cidade de Embu, um pólo de cultura e tradições afro-americanas. Em São Paulo também funda o Teatro Popular Brasileiro – TPB, onde desenvolveu uma intensa atividade cultural voltada para o folclore e para a denúncia do racismo. Em 1955 viaja para a Europa, com o TPB, onde dá espetáculos de canto e dança. Em 1958 edita "Seis tempos de poesia"; em 1961, "Cantares ao meu povo" (com uma reunião de poemas anteriores).

Em uma bela letra que homenageou Solano Trindade, o poeta do samba Luiz Carlos da Vila afirmou:

> *"(...) gênio do pensamento afro-brasileiro / filho dileto de Oxalá / que fez soar / o tambor dos oprimidos / esses valores esquecidos / negritude, liberdade / poeta negro, em todas negras aquarelas / cantor de páginas tão belas / a benção Solano Trindade (...)"*

Solano Trindade faleceu no Rio de janeiro, em 19 de fevereiro de 1974. Sua obra, não! Continuará eternamente viva.

FONTES:

www.secrel.com.br/poesia/1solano.html
www.antoniomiranda.com.br
www.quilombhoje.com.br/solano/solanotrindade.htm

17º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 18

MÍDIA DE HOJE PARA OS DIAS DE HOJE

Do jornal à internet: hegemonia e lutas de classes

Por Silvio Mieli

Entrevista concedida à jornalista Renata Maffezoli, da ANDES-SN, em setembro de 2011

1) Gostaria que você fizesse uma análise da relação homem e tecnologia digital e dentro do contexto da interação através das redes sociais.
A questão é ampla, mas poderia resumir dizendo que a cada descoberta tecnológica descobrimos um novo nível de realidade. Não foi diferente com a informática. É como se descobríssemos a senha para um mundo virtual digital. Só que a qualidade da nossa relação com esse novo mundo depende do tipo de relação entre essa esfera virtual e a vida atual. Acho que se esses dois níveis não se relacionarem direito a experiência se empobrece. Assim, toda e qualquer experiência na internet deve, necessariamente, estar relacionada com o núcleo duro da realidade, este aqui no qual estamos pisando, comendo, bebendo, respirando. É o corpo social que deve se relacionar com as redes virtuais, caso contrário nos mudaremos de mala e cuia para o mundo virtual só que não levaremos o mais importantes da vida: nosso corpo, a nossa sociedade e a relação com o meio ambiente.

2) Qual a necessidade de estarmos conectados a essa realidade? Existe uma demanda real ou a necessidade é criada pela sociedade de consumo, como forma de manipulação e controle?
Acho que há uma demanda real na medida em que a nossa cultura está jogando todas as fichas na relação com o computador. Escolhemos a máquina digital como mediadora da nossa relação com o mundo, inclusive nos definimos como Sociedade da Informação. Portanto nessa altura do campeonato não existe mais retorno para uma vida sem a presença da tecnologia. Só que a cultura tecnológica que prevaleceu em relação à máquina é profundamente tecnocrática, autoritária, consumista e desigual. Ou a máquina está acima de nós ou tratamos a técnica como um conjunto de escravos (não é a toa que esmurramos ou socamos aparelhos que não funcionam como gostaríamos!!!!). Somos incapazes de percebermos o gesto humano fixado e cristalizado numa máquina, o que nos ajudaria muito a dialogarmos com ela. Agora é importante destacar que descobrimos o mundo digital, mas rapidamente ele foi colonizado pelos mesmos valores do capitalismo real. Além disso, transformou-se no instrumento por excelência do controle.

3) Qual a influência dessa nova relação na forma como as pessoas recebem e processam informação?
A informação passou a ser o denominador de tudo. Ou seja, tudo virou informação. Na medida em que tudo (esteja no estado animal, mineral ou vegetal) passa a ser digitalizado e transformado num pacote de informação, é claro que posso transformar, alterar, reduzir, coisificar à vontade. O pesadelo de Marx finalmente se concretizou. A economia enlouqueceu de vez e a vida se coisificou. Os nossos próprios genes viraram pacotes de informações genéticas. É claro que nessa mudança, quando tudo vira uma sequência de zeros e uns, fica fácil colocar um preço e vender no que eu costumo chamar de "mercado de impressões digitais". Assim sendo não somos mais seres humanos expostos a qualidades e valores éticos mas "processadores de informações", espécies de máquinas leitoras de códigos de barras. Chegou a hora de redimensionarmos a nossa relação com a vida a partir de uma nova definição do próprio conceito de informação. Informação não é um dado, um número, mas um valor, uma qualidade, uma possibilidade de transformação social e política.

4) Qual o impacto nas relações interpessoais? Como essa relação homem x novas tecnologias (redes sociais) tem subvertido as relações humanas?
Quando a experiência nas redes sociais nos ajuda a redesenharmos algum tipo de sociabilidade, inventando e criando novas formas de vida em comunidade acho fundamental. Aspectos dessa situação ocorreram na Primavera Árabe, Na Espanha, Grécia, Itália e agora na ocupação em Wall Street. Redes como Facebook e Twiter , que existem basicamente para alargar o espectro do consumo, foram subvertidas para um outro uso, principalmente aquele de reunir virtualmente pessoas que acabaram se encontrando depois nas ruas e praças. Mas, além disso, quando a qualidade da informação trocada nessas redes subverte o fluxo da mídia corporativa, revelando outros significados e sentidos para os fatos, é claro que começamos a perceber que até o Google pode se transformar numa zona liberada do capitalismo e transformada num outro projeto de relação homem/técnica.

5) Quais os reflexos na academia? Frente às relações interpessoais (docente x aluno) e em relação à produção acadêmica?
A academia tem referendado todo e qualquer discurso que coloca em primeiro lugar a tecnologia como sucessora da religião ou, se quisermos, do próprio Deus. Em segundo lugar, salvo raras e honrosas exceções, não procura questionar, criticar e analisar os aspectos negativos dos impactos e dos projetos tecnológicos. Quem ousa criticar a Monsanto num curso de agronomia? O mesmo acontece em relação à internet e às próprias Redes Sociais. Ora, se estamos mergulhando totalmente nessa esfera virtual e já vivemos mais para lá do que para cá (tem gente que inclusive almoça diante d eum computador) não seria o caso de estabelecer novos parâmetros de análise? E esse é o papel da universidade, principalmente da

área de humanas, que sempre procurou dar dignificados e sentidos para a existência humana.

6) Em seu texto, você aponta a necessidade de politizar a questão da relação com a tecnologia. Como isso deve ser feito? Você acha que é papel da academia fazê-lo?
Não há outro papel para a academia do que aquele de colocar a tecnologia sobre a mesa e estudá-la. A filosofia e a sociologia da técnica podem nos ajudar muito. É tarefa difícil mas absolutamente necessária. O termo "politizar" não se refere aqui à partidarização ou qualquer forma de institucionalização, mas principalmente da relação entre tecnologia e movimentos sociais. Qual é o projeto dos movimentos em relação à tecnologia???? Será que não seria o caso de nos perguntarmos? Caso contrário seremos usados pela técnica ao invés de usarmos a tecnologia a nosso favor até para potencializarmos as nossas ações.

7) Você faz uma denúncia referente à mercantilização da ciência, processo agravado com a fusão entre ciência e tecnologia. Você pode explicar melhor essa ideia? Seria papel das disciplinas das Ciências Sociais fazer essa denúncia?
Isso está relacionado com a visão instrumental da ciência, potencializada com a própria evolução tecnológica. Existe uma visão hegemônica na tecnociência (desde o filósofo Bacon) que o mundo é um grande celeiro que está à disposição do cientista. Tudo está franqueado, tudo está à disposição dos biotecnólogos, biólogos moleculares e cientistas em geral. Das sementes transgênicas às terapias genéticas. Tudo em nome dos avanços da ciência, da segurança alimentar, da cura do câncer, etc. Será que não cabe à sociedade exercer o seu controle social sobre estas realidades? Considerando-se que a ciência está totalmente controlada pelo grande capital, se deixarmos que a própria ciência exerça esse controle o que acontecerá? É isso que desejamos enquanto sociedade?????

8) Você acredita que com a transferência das relações para o mundo virtual ocorre também uma transferência das práticas sociais?
Sim, tudo muda. Mesmo numa comunidade que não tem acesso à internet a cabeça das pessoas já sofreu um impacto das mudanças. Pela própria velocidade do fluxo de informações, pela vertigem das imagens, pela aceleração da própria vida. Ora, é exatamente isso que devemos começar a estudar, avaliar e debater socialmente. O que está mudando e até onde queremos chegar. E aqui não se trata de decidir que voltaremos à Idade da Pedra e recusaremos toda e qualquer tecnologia. Ao contrário, debateremos como, onde e por que incluir determinadas tecnologias no nosso cotidiano.

9) Você aponta também a colonização da internet pelos valores capitalistas. Gostaria que você aprofundasse a questão.
Ocorreu com a internet o mesmo que acometeu com o nosso continente quando da chegada de espanhóis, portugueses, ingleses e franceses. Removeram os índios e começaram a exploração. Por sorte no início da história da internet havia a troca de informações entre universidades, o que garantiu uma espécie de Mata Atlântica qualitativa, fundamental para a preservação de uma biodiversidade experimental na rede. Mas logo o espaço virtual da internet passou a ser usado como espaço de troca, mais valia e controle. Um exemplo importante foi o grande provedor AOL ter comprado a gigante da mídia Time Warner em 2001, só para citar um exemplo. Foi a senha para os valores éticos e estéticos da televisão dominarem os grandes portais que surgiam. Em pouco tempo a internet foi transformada num grande shopping center virtual, mas também num lugar onde as pessoas passaram a entregar gratuitamente todas as suas informações para bancos de dados como Orkut, Facebook, Myspace...

10) Qual a mais valia de que se apropria o capital no mundo virtual? Como exerce o controle?
Quem visita a sede da Google vê pouquíssimas pessoas trabalhando. Quem está trabalhando para o Google? Nós. Existem inteiros setores da indústria do entretenimento que já estão em condições de reduzirem a zero os custos de marketing ou de desenvolvimento e pesquisa porque são alimentados graciosamente pelos "consumidores-produtores" da própria rede. Na esfera da comunicação, Youtube, Myspace ou Facebook operam dentro da mesma lógica. Sem contar que, nesses casos, o objetivo é manter o consumidor enclausurado nessas redes o maior tempo possível. Na verdade em nome da interação e de práticas "colaborativas" estamos sendo explorados e entregamos gratuitamente a nossa força de trabalho para o capitalismo digital. Ë preciso atentar para isso com cuidado.

11) Você menciona a vigilância consentida e desejada, acontecendo de dentro pra fora. Seria essa forma de controle 'autorizado' uma postura consciente?
Foucault falava em Sociedades de Soberania, depois nas Sociedades Disciplinares e agora estamos na Sociedade do Controle. Lentamente o poder foi interiorizado. Nas Sociedades de Soberania o poder estava centralizado no corpo do rei, do monarca. Nas Sociedades Disciplinares havia o Grande Irmão. Agora não precisamos mais nem de soberanos, nem

de ditadores. Nós mesmos abrimos mão da nossa liberdade, das nossas garantias e direitos de cidadania, e infestamos as nossas ruas com câmeras de vigilância, isso quando não colocamos uma câmera 24 hs dentro das nossas casas e transmitimos tudo ao vivo. Descrevemos detalhadamente as nossas atividades cotidianas no Facebook. Acho que a nossa sociedade contemporânea pode ser definida por um misto de neodarwinismo social (graças às práticas neoliberais) com uma hipersociedade do espetáculo. E isso vai sendo transmitido pedagogicamente desde a mais tenra idade, sem nenhum tipo de questionamento ou análise. Dar-se a ver, ou, se preferirmos, aparecer a qualquer custo, passa a ser um valor. Nesse sentido não só é consciente, mas passa a ser uma prática positiva na nossa sociedade. Não é por acaso que os reality shows passam a ser os modelos de sociabilidade mais aplicados.

12) Como pode ser dar a luta contrahegemonica nesse contexto? Não seria necessário, primeiro, uma maior conscientização das ferramentas e formas de controle?

Sugiro que desde o ensino fundamental os alunos estudem a Mídia e as relações com a Tecnologia, ao invés de ficarem perdendo tempo em laboratórios de informática com exercícios inúteis do ponto de vista didático-pedagógico. Num segundo estágio é preciso tomar posse da internet para projetos ousados de retomada dos meios de comunicação, já que o espaço virtual é tudo o que nos resta (ou será que alguém vai conseguir abrir uma rádio na sua cidade natal???). Paralelamente a tudo isso é preciso acabar com o preconceito e colocar os temas ligados à tecnologia nas nossas pautas de discussões sociais. No fundo o nosso objetivo estratégico é tentar aumentar os pontos de "Mata Atlântica" do mapa da grande rede.

13) No que as práticas de controle social do capital atual diferem das anteriores? Como as redes sociais reforçam ou dificultam essas práticas?

O capital agora quer controlar a esfera virtual, porque assim sedo controla tudo o que pode se atualizar, tudo o que pode virar projeto concreto no mundo atual. Isso se dá seja no sistema financeiro seja no mundo da arte, da cultura, das ideias ou até mesmo do futebol. Na rede a coisa começa com um pequeno projeto gratuito onde as pessoas se cadastram. Lentamente as pessoas se inscrevem, fornecem todos os seus dados e passam a ser fornecedores de informações (músicas, fotos, textos). Num segundo momento, esses sites, aparentemente despretensiosos, depois de montarem um gigantesco banco de dados, passam a vender parte dos seus serviços, que agora já são fartamente patrocinados. Todo grande projeto na rede começou assim.

14) Muito se tem falado das revoluções e revoltas que tiveram origem nas redes sociais e da contribuição da internet para esta transformação social. Gostaria que você fizesse uma análise deste novo contexto.

Acho um pouco complicado olharmos para um país como o Egito, de cultura milenar, e acharmos que a sublevação foi provocada pelo Facebook. É até um desrespeito ao povo egípcio. Seria uma ofensa para os faraós e seus escribas!!!! Repito o que disse anteriormente. Forças importantes da sociedade (no Cairo, Barcelona, Londres...) encontraram novas formas de utilização da rede. É desse choque que está surgindo um novo desenho de sociabilidade. A grande mídia gosta de dizer que todas essas sublevações foram "criadas" na rede, até para naturalizarem esses processos que me parecem bem mais complicados do ponto de vista da engenharia e do design social. Mas é evidente que os jovens integrados às novas tecnologias da informação estão subvertendo antigas formas de comunicação e experimentando linguagens imediatas, rápidas e certeiras de organizar pessoas, cobrir eventos e, assim sendo, furando o bloqueio da velha mídia corporativa. É sempre bom lembrar que um dos marcos desse processo ocorreu em 1999 na chamada Batalha de Seattle, quando do encontro da OMC (Organização Mundial do Comércio) e que deu origem à experiência dos Centros de Mídia Independentes (os CMIs).

15) Como a construção de um projeto contrahegemônico deve se pautar dentro deste contexto? Quais as alternativas de transformação e construção política, o virtual como espaço de interação e atuação?

O virtual é um lugar de ação, inclusive política. Vide Wall Street. É um lugar fisicamente determinado, histórico (a cidade de NY nasceu ali) e com uma simbologia ligada ao grande capital financeiro, metáfora do capitalismo internacional, além de ser a sede da maior Bolsa de Valores do Mundo. Este espaço está sendo ocupado, esquadrinhado, retomado, virtual e atualmente por todos os tipos de experiências alternativas. Suponhamos que daqui há umas três ou quatro semanas o lugar seja desocupado. Espero que isso não aconteça, mas, caso ocorra, a experiência já terá deixado no corpo social da cidade e do mundo uma nova forma de subjetividade política, um novo modo de vida. É um bom exemplo de modelo de luta contra-hegemônica, que hoje não pode prescindir do aparato tecnológico, de preferência usado como instrumento de tuta anticapitalista.

A blogosfera e a luta pela democracia

Por Altamiro Borges

Artigo publicado originalmente na revista Princípios

No final de junho, em Brasília, 369 ativistas digitais de 21 estados se reuniram no II Encontro Nacional dos Blogueiros Progressistas – movimento também já batizado de BlogProg. O eixo central do evento foi a luta pela democratização da comunicação, que se expressa em três grandes bandeiras: por um novo marco regulatório para o setor; pela implantação e aperfeiçoamento do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL); e contra qualquer tipo de censura à rede. Com isso, a blogosfera progressista se somou a outros setores da sociedade na luta pela ampliação da democracia no país, que passa obrigatoriamente pelo fim da ditadura midiática.

O BlogProg teve início em meados de 2010 como contraponto às manipulações da mídia demotucana nas eleições presidenciais. A idéia de reunir os blogueiros num primeiro encontro nacional surgiu em 14 de maio, durante a assembléia de fundação do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Em curto espaço de tempo, a proposta ganhou aderência e, em agosto passado, cerca 300 ativistas participaram do I BlogProg, em São Paulo. De lá para cá, o movimento da blogosfera progressista cresceu em influência na luta de idéias e ganhou maior organicidade – sempre respeitando a sua rica diversidade e pluralidade.

Os avanços do II BlogProg

Entre outros méritos do segundo encontro nacional, vale destacar quatro. O movimento, iniciado por alguns dos blogueiros mais influentes do país – como Paulo Henrique Amorim, Luis Nassif, Rodrigo Vianna, Luiz Carlos Azenha, Conceição Oliveira, Eduardo Guimarães e Renato Rovai –, adquiriu maior representatividade e enraizamento. No processo de preparação do II BlogProg foram realizados 14 encontros estaduais e dois regionais, que reuniram 2.180 ativistas digitais. A presença de jovens, que encontram na internet uma nova forma de militância e não têm vida orgânica em partidos ou sindicatos, foi uma das marcas destes encontros.

O segundo aspecto positivo é que o movimento adquiriu maior legitimidade, cacifando-se como um ator relevante na luta política e de idéias na sociedade. O ex-presidente Lula participou da abertura do evento, fazendo duras críticas à partidarização da mídia hegemônica e efusivos elogios à blogosfera por seu papel na democratização da informação. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, demonstrou uma postura aberta ao enfrentar as críticas dos blogueiros às limitações do PNBL e à ausência do projeto de regulação da mídia. O governador do Distrito Federal, parlamentares de diversos partidos e inúmeras lideranças de expressão – como José Dirceu, Renato Rabelo, Brizola Neto e Luiza Erundina – também prestigiaram o evento.

O terceiro mérito que é que II BlogProg conseguiu manter a unidade na diversidade deste movimento tão amplo e plural. O ponto de convergência do primeiro encontro foi a denúncia das manipulações da mídia demotucana e golpista na batalha sucessória. A reação à ditadura midiática conseguiu unir jornalistas de renome e ativistas sociais da internet, militantes de diversos partidos e lutadores inorgânicos. Havia risco das divergências se avolumarem, inviabilizando a continuidade do movimento. Mas, com total respeito à horizontalidade e à pluralidade da rede, foi possível encontrar mais pontos de convergência do que de cisão. Para isso foi fundamental manter uma estrutura sem hierarquias verticalizadas, sem donos ou aparatos.

Por último, vale destacar que o II BlogProg avançou na sua organicidade. A sua comissão nacional organizadora foi ampliada, com a presença de representantes das cinco regiões do país. Ela não tem qualquer papel de "direção" do movimento, de centralização na rede, mas apenas de estimular a realização de encontros, multiplicar o número de ativistas digitais e melhorar a qualidade dos blogs. O III BlogProg já está marcado para maio, na Bahia. Antes disto, no final de outubro, ocorrerá o primeiro encontro mundial de blogueiros, em Foz do Iguaçu. Vários estados também já organizam eventos regionais para enraizar ainda mais o movimento. Com espírito amplo, plural e democrático, é possível alavancar em muito a força da blogosfera progressista no Brasil.

A força crescente da blogosfera

A tendência é que a blogs e as redes sociais ocupem um papel cada vez mais relevante na luta de idéias na sociedade brasileira. A batalha presidencial do ano passado já confirmou o enorme potencial desta nova forma de militância social. Os ativistas digitais ajudaram a desmascarar várias tramóias da mídia demotucana. Esta se comportou como autêntico "partido do capital", como já havia ensinado o comunista italiano Antonio Gramsci. No auge da campanha eleitoral, a velha mídia se tornou a principal força da oposição de direita, como confessou Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e executiva do Grupo Folha.

Jornalões, revistonas, rádios e emissoras de te-

levisão se transformaram em comitês eleitorais do candidato tucano José Serra. No desespero diante da iminente derrota, estes veículos das elites dominantes partiram para a manipulação mais grosseira. Os blogs e as redes sociais, com sua agilidade e irreverência, serviram como contraponto à velha mídia. Eles ridicularizaram a famosa bolinha de papel que atingiu a careca de Serra e que foi transformada num petardo mortífero pela TV Globo. Eles também denunciaram a falsa ficha policial contra Dilma Rousseff estampada na capa do jornal FSP (Folha Serra Presidente).

Através de uma mensagem no facebook, uma ex-aluna de Mônica Serra, mulher do presidenciável tucano, revelou que a cínica já havia feito aborto, desnudando a abjeta campanha moralista e preconceituosa da direita fundamentalista. Num outro episódio marcante, a blogosfera conseguiu implodir um clipe de aniversário da TV Globo. Ele trazia o mesmo slogan da campanha tucana, o mesmo número da legenda do PSDB e a mesma cor azul da legenda. Em menos de 24 horas, a famiglia Marinho teve que retirar a peça de propaganda sub-reptícia. Estas e outras ações da "guerrilha informativa" incomodaram a direita e os barões da mídia.

Na sua guinada fascistóide, Serra passou a criticar os blogueiros progressistas, acusando-os de "blogs sujos". Num discurso para os oficiais do Clube Militar, saudosos da ditadura, ele afirmou que a blogosfera e a "república sindicalista" eram as culpadas pela crise da sua campanha. Na mesma linha acusatória, alguns "calunistas" da velha mídia tentaram desqualificar os ativistas digitais, talvez temendo a queda de tiragem e de audiência de seus veículos. No extremo oposto, o presidente Lula estrelou um vídeo para estimular a blogosfera. Sob violento cerco da mídia demotucana, ele percebeu a importância da multiplicação das vozes críticas.

Passadas as eleições, Lula voltou a quebrar os paradigmas ao conceder, "pela primeira vez na história deste país", uma entrevista exclusiva aos blogueiros. A coletiva, em pleno Palácio do Planalto, irritou os barões da mídia, que se achavam com mandato divino para as coletivas. O fato confirmou o novo protagonismo da blogosfera. Na sequência, ministros e governadores também abriram as suas agendas para entrevistas com blogueiros. Esta explosão de um novo tipo de jornalismo, como descreve em seu novo livro o escritor Ignácio Ramonet, revela que está um curso uma profunda mudança nas comunicações com o advento da internet.

As origens da "revolução" na internet

A internet é um fenômeno novo que está "revolucionando" o mundo contemporâneo. No dia 6 de agosto de 1991, o inglês Tim Berners-Lee criou a primeira página no Word Wide Web, o famoso WWW, que tornou a rede de computadores disponível para milhões de usuários. O primeiro sítio abordava as enormes possibilidades abertas com esta invenção e explicava o que as pessoas poderiam criar e encontrar na rede online. "O Word Wide Web (W3) é uma iniciativa de catalogação de informação hipermídia que deseja fornecer acesso universal a uma grande quantidade de documentos", afirmava o primeiro sítio da internet.

Como descreve Manuel Castells no livro "A galáxia da internet", esta "revolução" decorreu de três movimentos simultâneos. "As origens da internet podem ser encontradas na Arpanet, uma rede de computadores montada pela Advanced Research Projects Agency (Arpa) em setembro de 1979. A Arpa foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar a superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957".

Tendo nascida por razões militares, a internet logo chegaria às universidades nos anos 1980. "A Guerra Fria forneceu um contexto em que havia forte apoio popular e governamental para o investimento em ciência e tecnologia de ponta, particularmente depois que o desafio do programa espacial soviético tornou-se uma ameaça à segurança dos EUA... Em suma, todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos que levaram à internet tiveram lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centros de pesquisa. A internet não teve origem no mundo dos negócios. Era uma tecnologia ousada demais, um projeto caro demais, e uma iniciativa arriscada demais para ser assumida por organizações voltadas para o lucro".

Por último, como fator decisivo para seu desenvolvimento, a internet contou com a genialidade dos hackers. "Sem a contribuição cultural e tecnológica das redes pioneiras, de bases comunitárias, a internet teria tido aparência muito diferente, e provavelmente não teria abarcado o mundo inteiro. Pelo menos, não tão depressa. Afinal, a abordagem de Tim Berners-Lee da tecnologia não estava muito distante dos programas de revolucionários culturais... A rápida difusão dos protocolos de comunicação entre os computadores não teria ocorrido sem a distribuição

aberta, gratuita, de software e o uso cooperativo de recursos que se tornou o código de conduta dos primeiros hackers... Essa cultura estudantil adotou a interconexão de computadores como um instrumento da livre comunicação e, no caso de suas manifestações mais políticas, como um instrumento de libertação".

A explosão do novo jornalismo

Com o desenvolvimento acelerado da internet, novas ferramentas foram surgindo – quase sempre pela iniciativa "libertária" dos hackers, que furaram os bloqueios das empresas privadas na sua ânsia por mercantilizar o serviço e obter altos lucros. Os blogs só aparecem no final do século passado. No Brasil, o jornalista Luiz Carlos Azenha inaugurou o seu blog, Viomundo, em 2003; Luis Nassif lança seu portal em 2005. Já o twitter tem apenas cinco anos de vida; e o facebook é mais recente ainda, de três anos para cá. Essa rápida disseminação fez surgir um novo tipo de jornalismo e de ativismo político, que democratiza e torna mais plural a informação, que dá voz a quem nunca teve voz, que desafia o pensamento único neoliberal da ditadura midiática.

É evidente que esta nova forma de comunicação, que radicaliza a liberdade de expressão (que não se confunde com a liberdade dos monopólios), preocupa os governos e as corporações empresariais, que tomam iniciativas para cercear a liberdade na rede. Nos EUA, na França e na Itália, entre outros países, já existem várias iniciativas legislativas para censurar a internet, para abortar a neutralidade na rede. No Brasil, o senador tucano Eduardo Azeredo, na sua mentalidade colonizada, propõe o AI-5 Digital para "vigiar" os internautas. Até agora, porém, estas iniciativas não conseguiram conter a força desta nova forma de comunicação.

A blogosfera e as redes sociais jogam papel cada vez mais ativo e agudo na luta de idéias. Elas fazem o contraponto à velha mídia, denunciando os interesses políticos e econômicos das corporações empresariais por detrás das notícias, do entretenimento e da cultura. Elas ajudam a desmascarar os monopólios midiáticos, que manipulam a informação e deformam o comportamento. Com a agilidade de um mundo conectado online, os ativistas digitais inclusive passam a pautar a própria mídia privada. As redes sociais permitem o florescimento de milhares, milhões, de novos comunicadores que compartilham fatos e análises, imagens e sons. Eles não são mais receptores passivos das notícias difundidas pelos conglomerados midiáticos; eles são produtores de informação.

Além do contraponto na luta de idéias, a blogosfera e as redes sociais têm se mostrado um potente instrumento de mobilização. Elas não fazem a revolução, como alguns idealizam, mas ajudam a mobilizar as pessoas de carne e osso na luta por seus direitos. Elas foram decisivas nas revoltas do mundo árabe, deflagrando os gigantescos protestos das ruas, furando o cerco das ditaduras e denunciando o agravamento da crise econômica e social. Elas também tiveram um papel destacado na chamada "revolução dos indignados" na Espanha. Na explosão da revolta espontânea em Londres, a agilidade da internet atormentou o governo britânico. Como brincou o veterano jornalista Mauro Santayana, o que seria do mundo capitalista se Marx tivesse vivido na era da internet!

No Brasil, essa capacidade da mobilização instantânea também já se manifesta – e só tende a crescer. Foram as redes sociais que mobilizaram, em menos de 48 horas, mais de 4 mil pessoas no irreverente "churrascão da gente diferenciada", no bairro nobre de Higienópolis, em São Paulo. Elas também tiveram papel de relevo nas mobilizações contra a prefeita-demo de Natal (RN), no movimento "Fora Micarla", ou nas "marchas das vadias", em diversas capitais, contra o machismo. Os tuitaços de protesto, como o que ocorreu contra os retrocessos no Plano Nacional de Banda Larga, transformam-se numa arma de denúncia e agitação.

Os participantes do II BlogProg sabem do enorme potencial desta ferramenta na luta de idéias e na mobilização social. Sabem que precisam se apropriar rapidamente desta brecha tecnológica para avançar nas suas demandas imediatas e futuras. Sabem que as classes dominantes farão de tudo para castrar seu uso, ao mesmo tempo em que tentam mercantilizar a internet para auferir mais lucros. A batalha de ocupação da rede está em aberto. É preciso que floresçam mil flores, que se multiplique o número de ativistas digitais, e que se qualifique o uso desta poderosa ferramenta. As ameaças existem, mas os desafios são apaixonantes.

Jornal velho, jornal novo

Por Beto Almeida[1]

[1] Diretor da Telesur e Correspondente da Rádio de Las Madres Plaza de Mayo no Brasil

A recente divulgação manipulada de dados de IDH da ONU, quando os jornalões brasileiros estamparam dados de 2005 como se fossem atuais, levando até mesmo o Presidente Lula - mesmo estando em meio a silêncio por recomendação médica - a telefonar indignado ao Ministro Gilberto Carvalho reagindo à manipulação, é apenas mais uma prova escancarada da falta crucial que faz um jornal popular, de massas e nacional no Brasil. Divulgaram jornal velho, como se fosse notícia nova. De fato, a oligarquia da mídia não tem limites em sua falta de escrúpulos. Não surpreende, Já passou para a história do antijornalismo um editorial do Estadão, que nada data em que Getúlio Vargas assinava decreto criando a Petrobrás, afirmava ser um absurdo que se formasse uma empresa estatal de petróleo num país sabidamente sem petróleo, conforme afirmavam técnicos dos EUA. O jornalismo colonizado.

Há algumas áreas da política no Brasil de hoje, que, diferentemente de outras em que o Governo Lula deu início a significativas modificações, registram travamento, paralisia. A política financeira, a reforma agrária e a democratização da comunicação.

Este travamento suscita muitas perguntas. Primeiramente, por que será que um partido que consegue eleger por três vezes seguidas o presidente da república não consegue, não se anima a organizar um jornal popular e de massas, mesmo tendo sido esta tese já aprovada em alguns congressos e conferências do PT?

Será que um partido que demonstra o prestígio que tem entre as mais variadas camadas sociais, com capacidade de liderar uma composição de partidos, de articular-se com as centrais sindicais, os movimentos sociais, os segmentos progressistas das igrejas, a receber apoio expressivo entre os militares nacionalistas e democráticos, na intelectualidade, no movimento estudantil e na juventude, como também em setores do empresariado, realmente teria dificuldades organizativas, materiais e financeiras para montar uma imprensa a favor do povo e do Brasil?

Gramsci , fundador do jornal L'Unitá

Provavelmente, um importante óbice impedindo que o Brasil volte a ter um jornal nacionalista, popular, progressista, de ampla circulação, como foi o Jornal Última Hora, seja um bloqueio político, talvez uma falsa interpretação da teoria de Gramsci sobre a tese da hegemonia. Vale lembrar, inicialmente, que foi o próprio revolucionário italiano o fundador do Jornal L'Unitá. Segundo esta adaptação da teoria da hegemonia para os tempos atuais, não teria mais sentido a organização de mídias próprias, sejam partidárias ou de segmentos políticos organizados, sendo mais correta a disputa no interior da mídia convencional considerada como uma instituição que formaria parte de uma suposta democracia representativa. Apesar disso, muitos dos dirigentes petistas, sustentando elaboração de inúmeros teóricos da comunicação, acusam a atual indústria midiática de ser partidária, facciosa, embora alegue neutralidade. Partidária não apenas das teses mais caras ao grande capital, apoiando escandalosamente, por exemplo, os indecentes privilégios da oligarquia financeira, das diversas oligarquias que concentram nas mãos a propriedade da terra, mas, também, partidária, como vimos, ao assumir as candidaturas mais conservadoras, representantes destas teses. Ou seja, a crítica dos dirigentes petistas, baseada em argumentação coerente e em fatos objetivos, aponta a mídia brasileira atual de atuar como um verdadeiro partido político oposicionista, o que, por si só, anularia aquela possibilidade de que houvesse disputa democrática da hegemonia num universo midiático que comportasse o contraditório, a pluralidade, a diversidade. Realmente, isto não existe na mídia comercial brasileira, razão pela qual deva ser feita uma escolha: ou a acusação dos petistas ao partidarismo da mídia é fato, o que a realidade vem confirmando, e, assim, a renúncia a construir uma mídia própria por supor que existem condições para uma disputa democrática no seio desta mídia atual mídia, considerada teoricamente um espaço democrático, deveria ser uma política descartada. Toda vez que o PT rejeita colocar em prática decisões de congresso para a construção de um jornal de massas, o que prevalece, de fato, é a política que reconhece credibilidade a esta mídia comercial como uma instituição democrática.

Mídia e golpismo

O campo conservador tem sua mídia, e esta mídia atua não apenas como um partido contra todas as teses e políticas sustentadas pelo PT e pelos governos Lula e Dilma, mas também em defesa das teses mais caras ao grande capital internacional, seja em relação, por exemplo, à criminosa agressão contra a Líbia, à ocupação do Iraque e do Afeganistão, os preparativos de agressão contra o Iran, ações guerreiras que combinam-se com as políticas financeira que rapinam a economia popular nos países centrais do capitalismo. Diante disso, cabe então perguntar: o campo progressista, que esforça – se por imprimir mudanças sócio-econômicas civilizatórias, humanistas, democráticas, enfrentando os poderes e interes-

ses que sustentam aquela velha mídia, tem ou não a tarefa, o direito e até o dever de oferecer à sociedade uma opção de jornalismo que promova pluralidade diversidade informativas e a democratização do debate político nacional e internacional?

A outro obstáculo, eventualmente mencionado, seria a dificuldade para a organização dos recursos financeiros necessários para a estruturação de um jornal popular. Talvez a resposta para esta dúvida eventual esteja na própria montanha de publicações que o conjunto das forças progressistas produz hoje. Trata-se de um volume tão espantosamente grande que, se todos os esforços, recursos e estruturas usados para esta produção e sua distribuição fossem postos a serviço de uma grande publicação popular, racionalizando-se e concentrando-se toda esta dispersão de iniciativas, com efeitos certamente relativamente precários, certamente haveria a capacidade de resolver o problema do grande déficit informativo do campo democrático-transformador hoje. Neste caso, o principal obstáculo continua sendo político.

Outro argumento que se lança, este mais recentemente, contra a idéia da produção de um jornal popular é o da chegada da internet, que a imprensa é uma comunicação do passado, da revolução industrial, enquanto que já estaríamos na condição de pensar numa comunicação pós-industrial. Certamente, os que argumentam em favor de um jornal popular não o colocam em antagonismo a qualquer nova forma de comunicação que venha a ser desenvolvida a partir de uma radical democratização da internet. De fato, não se trata de modalidades excludentes. Além do mais, Congresso Mundial de Jornais recentemente realizado, apontou uma superioridade de 20 por cento da leitura de jornais impressos, sobre a leitura da internet.

O papel do jornal "Última Hora"

Da mesma forma que já podemos perceber no caso brasileiro um certo travamento da agenda da democratização da mídia aprovada na Confecom - com seus desdobramentos evidentes também quando se percebe que a nova lei da TV paga, por exemplo, chancela e viabiliza a desnacionalização e a oligopolização deste setor comunicativo - constatamos, em contrapartida, que a democratização do jornalismo impresso, é algo que pode ser implantado imediatamente. Ou seja, as forças progressistas não dependem, hoje, de mudança na Constituição ou nas leis para que se forme um grande jornal nacional, popular, de massas, acessível a todos, como, em outra época, para mais uma vez dar o exemplo, já foi o Última Hora. Dependem de sua própria iniciativa, as condições políticas foram conquistadas. Só para dar uma idéia do papel cumprido por este jornal e do papel que poderia ser cumprido agora por um jornal popular, vale lembrar que em 1954, quando Vargas determinou um aumento de 100 por cento no valor do salário mínino, a jornalhada da direita fez o maior escândalo, até mesmo manifesto de coronéis repelindo o novo valor salarial se fez. Pois bem, neste dia, em letras garrafais, a manchete do Última Hora, de circulação nacional, estampava em todas as bancas a frase de Getúlio Vargas: "Não há salários altos. Há lucros excessivos!" . Manchete inimaginável em qualquer dos jornalões atuais.

Pode ser que este travamento da Agenda da Confecom continue por mais algum tempo pois, como sabemos, há temas que dependem de outra relações de forças, entre as quais o enfrentamento com os indecentes privilégios dos banqueiros e a paralisação da reforma agrária estratégicamente posicionados no Congresso. Dependem da constituição de novas maiorias, de mais presença popular no Congresso Nacional, para o que, a tática utilizada por certos segmentos de esquerda nas últimas eleições gerais - abstenção ou neutralidade em determinado momento - revelou-se, evidentemente, como um erro e deve ser revisada. Tivesse a esquerda mais peso parlamentar agora seria outra a votação, por exemplo, do Código Popular, da contribuição para a saúde etc.

O travamento da agenda da Confecom

E a continuar este travamento da democratização da comunicação e, por desdobramento, da expansão de uma Banda Larga para Todos, mediante imposição os dos oligopólios das teles que aprisionam certas áreas do governo, o projeto do jornal popular será o que mais rápida e eficazmente pode ser implementado. Ante o argumento de que não se deveria investir numa comunicação do passado (imprensa), mas sim numa do futuro (internet), lembramos que estes investimentos já foram feitos. Existe hoje uma moderna capacidade gráfica instalada. Mais que isso, existe uma capacidade ociosa da indústria gráfica que beira os 50 por cento, é crônica, em razão das cada vez mais baixas tiragens dos jornais, como também de livros, cuja tiragem padrão no Brasil é de apenas 3 mil exemplares. Em Cuba já houve tiragens de "Grande Sertão, Veredas"de Guimarães Rosa, de 150 mil exemplares. Na Venezuela, recentemente, houve uma edição do livro "Contos", de Machado de Assis, de 300 mil exemplares, distribuídos gratuitamente, assim como uma tiragem de 1 milhão de exemplares de "Dom Quixote"de Cervantes, também distribuídos gratuitamente.

Popularização da produção e da leitura de jornais

Ou seja, a capacidade ociosa da indústria gráfica brasileira, juntamente com as raquíticas taxas de leitura, conforma um campo apto que permite combinar os fatores para a implantação de um projeto público de popularização da produção e da leitura de jornais no Brasil. Aqui temos gráficas meio paradas, povo impedido de ler e talentosos jornalistas e escritores sem postos de trabalho. Portanto, não se trata de investir mais na indústria gráfica, há uma capacidade instalada já. Trata-se de colocar capacidade existente e que está paralisada para funcionar, gerando emprego e, fundamentalmente, baseada num programa de jornalismo público e popular, democratizando a informação, sem necessidade de reforma constitucional ou novo marco regulatório da comunicação. Isto é para já. Afinal, este país já teve uma Última Hora!

O governo paga para apanhar

Quando se argumenta, em contraposição ao projeto de um jornal popular, que os recursos seriam muito difíceis de levantar, podemos não apenas recorrer novamente à história para lembrar do exemplo do empréstimo que o Banco do Brasil concedeu ao jornalista Samuel Wainer para fundar o Última Hora, empréstimo rigorosamente pago pela editora do diário. Aliás, sabemos que pagar empréstimos não é o forte para muitos dos grandes empresários ou usineiros de hoje, que certamente fariam o maior escândalo se os recursos públicos fossem legitimamente utilizados para sustentar o projeto de criação de um jornal popular. Mas, eles não fazem qualquer objeção ao fato de os recursos públicos serem hoje uma das principais fontes de sustentação da mídia comercial, sobretudo quando uma única edição da Veja recebe 14 páginas de anúncio da Petrobrás. O governo continua pagando para apanhar!

Ainda refletindo sobre meios e maneiras de superar o ceticismo sobre como organizar recursos financeiros para montar um projeto de jornal popular, quando sabemos que muitos dos fundos públicos de empresas estatais aplicam boa parte de seus recursos em operações financeiras tradicionais, ficamos a imaginar os efeitos que teriam boa parte destes mesmos recursos, hoje imobilizados no financismo, se injetados, por exemplo, na constituição de uma Fundação para o Jornalismo Público. Entre outras funções, esta Fundação poderia ter o papel de pensar, prever e elaborar teorias e práticas para o jornalismo do futuro, enriquecidos com as novas tecnologias de comunicação. Montar uma instituição de ensino para as peculiaridades do jornalismo exclusivamente público - o ensino conceitual para o jornalismo privado já existe - além de dirigir projetos para a popularização da produção e leitura de jornal no Brasil, cujas estatísticas indicam estar abaixo da taxa de leitura da Bolívia, uma economia de muito menor porte que a brasileira.

Um novo jornalismo nasce na América Latina

Sob o lema "A imprensa é a artilharia do pensamento", cunhada por Simon Bolívar, renasceu na Venezuela, há pouco mais de 1 ano, o jornal "Correio do Orenoco", com o mesmo nome do jornal do movimento libertador liderado por Bolívar no século 19, cujo redator era o brasileiro Abreu e Lima, que havia fugido da repressão que se abatera sobre os revolucionários de Pernambuco então. Hoje, este jornal, com o preço módico de 1 Bolívar, já é diário, é distribuído nacionalmente e possui uma tiragem de 300 mil exemplares. Enquanto isso, o principal jornal da direita venezuelana , "El Nacional", teve sua circulação reduzida, em 10 anos, de 400 mil para apenas 40 mil exemplares diários, fundamentalmente em razão do desprestígio recebido por adotar uma posição contra revolucionária, chegando mesmo a insinuar aprovação a um eventual atentado contra a vida do Presidente Hugo Chávez, eleito e reeleito pelo voto popular, além de aprovado diversas vezes em plebiscito e referendos, também pelo voto soberano do povo bolivariano.

Na Bolívia, cansado de ser identificado pela imprensa comercial e conservadora como "Narcopresidente", Evo Morales decidiu estimular a criação de um jornal público, chamado "Cambio", que em pouco tempo de criação, 2 anos, já vende tanto quanto o mais antigo jornal do país, o "La Razon" , com 70 anos de história. O Cambio, com circulação nacional impressa, custa um quarto do preço do jornal conservador e também possui uma versão online. Constata-se uma alteração positiva na relação de forças da batalha comunicativa no país andino, que, ademais, tem uma TV pública, possui também uma rede nacional de rádios indígenas e camponesas, e, tem o sinal aberto de Telesur ao alcance de todos, emissora da qual a Bolívia é sócia.

No Paraguai , o presidente Fernando Lugo também decidiu enfrentar o desequilíbrio informativo em favor das oligarquias e criou a Agência Publica de Notícias, que além de abastecer todo o sistema informativo nacional, irá publicar um jornal para distribuição gratuita ao povo.

No Equador existe o jornal público "El Telégra-

fo", agora reforçado, modernizado e preparado para fazer uma disputa cerrada que se verifica entre as oligarquias e o governo de Rafael Correa, que, alvo de várias manobras de sabotagem e até de uma tentativa de golpe de estado em outubro de 2010, decidiu democratizar a legislação de meios de comunicação, além de levar autores de injúrias, calúnias e ofensas às barras dos tribunais. Aí também se verifica um jornalismo novo surgindo, embora o jornalismo velho, oligárquico, golpista, insista na defesa dos antigos privilégios das classes dominantes e do capital estrangeiro.

Talvez seja na Argentina a experiência mais decidida e com alguma semelhança às possibilidades - atualmente travadas - de democratização dos meios que, em tese, poderia ocorrer no Brasil, por uma algumas similaridades em porte econômico e modelo. O governo Kirchner impulsionou consultas regionais a todos os setores sociais, a partir do que elaborou um projeto de lei, aprovado no Congresso, que, em resumo, redistribui o setor comunicativo em três segmentos, tal como está inscrito na Constituição Brasileira, embora não regulamentado. Lá, um terço do setor é para o empresariado, um terço para o setor público e estatal e o outro terço para as entidades sociais, entre elas universidades e centrais sindicais, que, a partir da nova legislação, também já podem controlar meios de comunicação eletrônicos. Fora isto, há também o jornal El Argentino, distribuído gratuitamente , com ampla circulação, e o jornal Tiempo Argentino, que também faz o enfrentamento democrático e legítimo com a linha editorial oligárquica e imperial dos dois diários do jornalismo velho, El Clarin e La Nacion.

A experiência comunicativa da Era Alvarado

Aguardemos o que poderá nos trazer agora o Peru de Umalla Hollanta, pois este país andino já viveu uma experiência transformadora em democratização quando, em 1968, o governo do General Alvarado, além de estatizar o petróleo, iniciar a reforma agrária e de várias mudanças sociais relevantes, nacionalizou os jornais e os colocou sob administração das centrais sindicais. Sem saber o que fazer com aquilo, por incompreensão do momento político vivido pelo país - chegavam a chamar o general Alvarado de "Gorila" - as centrais sindicais não deixaram marca positiva de uma experiência relevante em matéria de jornalismo, perdendo preciosa oportunidade histórica.

Mesmo sob uma agressiva onda de ataques do velho jornalismo aos projetos de mudanças em curso nestes países da América do Sul, ataques sintonizados com a agenda dos EUA para a região, o voto popular tem proporcionado as condições políticas para o surgimento do novo jornalismo, de caráter público, democrático e popular. São experiências que deveriam ser bem mais vivenciadas pelos brasileiros. Neste sentido, mesmo reconhecendo na EBC uma conquista relevante, ainda não consolidada, somos obrigados a reconhecer, também, que a TV Brasil acumula uma enorme dívida para com a sociedade brasileira já que nada informa sobre estes importantes fenômenos de um novo jornalismo bem perto de nós, preferindo insistir numa linha editorial que acompanha e repete, na maioria das vezes, o preconceito do jornalismo velho contra este processo de mudanças em curso. Aliás, a linha editorial internacional da EBC ainda está predominantemente em sintonia com o velho jornalismo, o Itamaraty tem estado politicamente à esquerda da EBC.

Este processo de mudanças democráticas, lastreado nas forças progressistas e que tem como pano de fundo, por um lado a crise global do capitalismo neoliberal e de outro a integração sul-americana baseada na cooperação e na soberania dos povos é um fato jornalístico notável de mereceria uma corajosa revisão editorial da EBC. Devemos nos preparar para dele participar, não apenas encorajando mudanças na EBC, trabalhando para a implementação de convênio de cooperação com a Telesur e para a liberação do seu sinal no Brasil, mas, também, desengavetando a agenda da Confecom, que sequer atravessou a Esplanada, do Minicom para chegar ao Congresso Nacional. Mas, lá chegando, a relação de forças continuará sendo extremamente adversa para a democratização da mídia. O que exigirá unidade do campo popular, em aliança com o Governo Dilma, como na Argentina, como na Venezuela, para remover os entulhos autoritários e neoliberais que seguem incrustados no Congresso.

Já a implantação de um jornal popular, não depende de nada disso.

Novas e velhas mídias...

Em FSP - p.2 por Ruy Castro

Fiasco

RIO DE JANEIRO - Nove entre dez mesas de debates na recente Bienal do Livro discutiram, em certo momento, a questão: o e-book —ou o livro digital, ou "as novas mídias"— vai acabar com o livro impresso? Nem a velha pergunta "Quem somos, de onde viemos, para onde vamos?", nem a formulação de Freud "Afinal, o que querem as mulheres?", nem o terceiro segredo de Fátima interessou tanto nos últimos cem anos. Parece que não chegaremos a 2012 se alguém não der uma resposta a isto.

Dito assim, tem-se a impressão de que as massas estão se organizando em batalhões e comprando mais e-books do que a indústria editorial está sendo capaz de produzir. Que, nos aviões, ônibus, metrôs, praias e cabeceiras, não se veem mais livros de papel na mão das pessoas, só tablets. E que os e-books estão disparando nas listas de livros mais vendidos.

Na verdade, não é assim —não no Brasil. As maiores editoras brasileiras, levadas pelo que parecia ser uma tendência incontornável, fizeram enormes investimentos e, de um ano para cá, "disponibilizaram" centenas de títulos nesse formato. E como vão de vendas? Uma supereditora já vendeu 70 exemplares dessas centenas. Não 70 exemplares de cada título, mas 70 no total. E há outras no mesmo caso. Donde inúmeros títulos estão há meses à míngua de um único leitor. Todo mundo fala e quer saber, mas ninguém compra.

Mas, nos EUA, todo mundo está aderindo ao e-book —dirá você. Sim, é o que afirma a Amazon, pai e mãe do brinquedo e principal interessada em que o mundo arrase em e-books. Só faltou combinar com o resto do planeta. Os números que a Amazon apregoa não batem com os dos livreiros brasileiros, que se sentem mais próximos dos números de venda de e-books na Europa —que também falam de um fiasco.

O e-book é um sucesso. Só não tem leitores, nem compradores.

FSP – 16/9/2011

Lei de meios, o atraso brasileiro

Por Laurindo Leal Filho[1]

[1] Laurindo Lalo Leal Filho, sociólogo e jornalista, professor da USP e apresentador do programa VerTV, das TVs Câmara e Brasil. E-mail:laloleal@usp.br Twitter:@lalolealfilho

Há privilégios arraigados no Brasil difíceis de serem combatidos. Um deles, até hoje intocado, é o da radiodifusão. Famílias e outros grupos empresariais ocuparam espaços vazios existentes no espectro eletromagnético, instalaram lá emissoras de rádio e depois de televisão, julgando-se donos do pedaço. Nunca deram bola para as leis – poucas e frágeis – criadas para regular o uso desse espaço. Montaram verdadeiros latifúndios eletrônicos.

Com isso, o Brasil vai se tornando uma exceção não só entre as grandes democracias do mundo, mas também aqui mesmo na América Latina. Em muitos países consagrou-se a ideia de que rádio e televisão são serviços públicos, operados diretamente pelo Estado ou através de concessionários, para informar, educar e entreter a população.

Por ocuparem um espaço público e por prestarem um serviço especial, destinado a atender às necessidades imateriais da população, as emissoras devem ser reguladas de perto pela sociedade. Para tanto é preciso haver uma legislação moderna que dê conta das rápidas transformações tecnológicas e sócio-culturais da atualidade, cujo impacto nos meios de comunicação é forte e imediato.

Não é possível convivermos hoje, no mundo digital, com uma legislação de quase 50 anos, criada quando a TV era em preto e branco e o vídeo-tape uma novidade. Também é inconcebível pensarmos que, do ponto de vista cultural, a lei em vigor tenha sido formulada para um país ainda predominantemente rural, com hábitos, valores e costumes agora ultrapassados ou reformulados.

Ainda assim, mesmo essa lei, com todas esses anacronismos não é cumprida. Basta citar o caso do espaço destinado à publicidade na programação das emissoras. O limite legal de 25% é violado de forma escancarada. Há canais de TV em que a publicidade ocupa 100% da programação. Em outros, se somarmos os intervalos comerciais com os minutos de vendas e merchandising veiculados no meio dos programas, os 25% ficam longe. Não conheço sanção alguma para esses casos.

Uma nova lei de radiodifusão é necessária e urgente. Mas só ela não basta. É preciso um grande investimento do Estado para monitorar as emissoras em todo o país acompanhando não só o cumprimento da lei, mas também a qualidade do serviço prestado. E ai entra em pauta aquilo que em muitos países é chamado de "caderno de encargos", ou seja a relação de compromissos assumidos pela emissora com o Estado no ato de concessão da outorga. Dele devem constar, de forma detalhada, o tipo de programação a ser veiculado, em que horários e para qual tipo de público é dirigido, entre outras cláusulas.

O "caderno" nada mais é que um contrato de prestação de serviços. Seu cumprimento pode ser cobrado a qualquer momento durante o período de vigência da concessão, no Brasil de exagerados 15 anos para a TV e de 10 para o rádio. Caso a emissora deixe de cumprir qualquer dos itens acordados será punida com sanções que vão de advertências à cassação da concessão. Sem qualquer tipo de autoritarismo ou violência. E muito menos de censura já que a punição será sempre feita após a veiculação do programa.

Para nós, acostumados desde o início do século passado a uma radiodifusão privatizada e imune a qualquer controle tudo isso pode soar, a primeira vista, estranho. Mas são práticas consagradas na Europa, nos Estados Unidos (lá o órgão regulador é de 1934) e que chegam agora à América Latina.

Com a vitória eleitoral, em alguns países do subcontinente, de governos conscientes da importância da comunicação para o aprofundamento do processo democrático, começaram a ser elaboradas novas e modernas políticas para o setor. Parte delas já transformadas em lei, apesar de toda a carga contrária vinda daqueles que, como no Brasil, sentiam-se intocáveis em seus privilégios.

A Venezuela é precursora na implantação dessas políticas com a promulgação da lei Resorte (Lei de Responsabilidade do Rádio e da TV) em 2004. É, sem dúvida, a legislação mais avançada em vigor na região no que diz respeito à regulação de conteúdos. Ela busca reduzir ao mínimo possível qualquer tipo de subjetivismo na análise e classificação de cenas de sexo e violência e também quanto a linguagem utilizada nos programas. Por exemplo, o texto apresenta gradações de cenas de sexo que vão do explícito à orientações médicas. Nada é proibido, mas as emissoras devem veicular esses programas de acordo com horários estabelecidos por lei.

Na Argentina, o Congresso aprovou a nova lei de meios de comunicação, com 166 artigos. Um dos pontos centrais é a quebra dos monopólios e oligopólios ao determinar, por exemplo, que "nenhum operador terá permissão para fornecer serviços a mais de 35 por cento da população do pais" e que

uma empresa concessionária de um canal aberto de TV não poderá ter um canal a cabo na mesma localidade. O bombardeio da mídia tradicional foi intenso, inclusive da brasileira, temerosa do contágio. Mas duas características da "ley de médios" garantem sua legitimidade: o forte respaldo popular, atestado por pesquisas e manifestações de rua e a consistência do projeto, baseado em ampla pesquisa internacional que levou em conta a experiência de legislações semelhantes, muito bem sucedidas em várias partes do mundo.

Comentando a lei, a professora Suzana Sel, organizadora do livro "La Comunicacion Mediatizada", diz tratar-se de um "forte golpe" nos grupos que concentram a comunicação abrindo espaço para que novos atores entrem na cena midiática. Isso porque a lei busca "reverter as políticas neoliberais" fixando limites à "concentração que se expressam tanto na distribuição de um espectro eletromagnético reconhecendo novos sujeitos, como na fixação de níveis de produção nacional".

O Equador, por sua vez, integrou o direito à comunicação à nova Constituição e reviu a legalidade das concessões de rádio e TV em vigência. Diz o presidente Rafael Correa: "Há meios que supostamente cumprem a função de informar, mas quando dependem de grupos econômicos poderosos, o que fazem é dirigir a cidadania em função dos seus interesses. No Equador, das sete emissoras de televisão, cinco são propriedades de banqueiros. É preciso respeitar a liberdade de imprensa, mas não se pode permitir o abuso da informação por parte de meios mentirosos, corruptos e incompetentes". Dai a importância da nova legislação.

E o Uruguai segue o mesmo caminho. O projeto da nova lei de radiodifusão tem uma peculiaridade: a criação do ouvidor público, encarregado de mediar a relação entre a sociedade e os meios de comunicação.

Tudo isso é novo na América Latina e se constrói à duras penas. No entanto, na Europa e mesmo nos Estados Unidos trata-se de questão superada e incontroversa. Não se discute a existência órgãos reguladores e sim as suas formas de ação, seus graus de eficiência e, principalmente, os níveis de participação da sociedade nas decisões.

O caso britânico é referencia constante. Lá a radiodifusão e as telecomunicações são serviços públicos regulados pelo mesmo órgão, o Ofcom. Aqui o governo FHC separou os dois serviços para privatizar as teles sem mexer nos latifúndios ocupados pelo rádio e pela TV. O Ofcom dirige, por exemplo, os processos de outorgas de concessões de rádio e TV, tendo como critério de escolha não apenas o lance financeiro dado pelo aluguel do canal, como também a proposta de programação apresentada. Às vezes a oferta financeira maior é derrotada pelo projeto de programação, entendido pelo Ofcom como mais necessário, naquele momento, para atender às demandas do público.

Em Portugal, a Alta Autoridade para Comunicação Social incumbe-se de garantir o pluralismo nas emissoras, a observância do direito de resposta e do uso direito de antena, dispositivo que permite o acesso ao rádio e a TV de organizações da sociedade civil. Fiscaliza o cumprimento da Lei da Televisão no que diz respeito ao exercício do serviço público, à proibição de programas que violem os direitos, liberdades e garantias fundamentais, atentem contra a dignidade humana ou incitem à prática de crimes. E também controlam programas que possam influir de modo negativo na formação da personalidade de crianças e adolescentes ou de afetar outros públicos mais vulneráveis, como de idosos em situação de isolamento.

Na França, a radiodifusão opera sob controle de três atores centrais: o governo, o Parlamento e o Conselho Superior do Audiovisual (CSA). Cabe ao Conselho conceder as outorgas de concessão de canais, indicar os dirigentes das emissoras públicas e supervisionar as programações levadas ao ar. O CSA é formado por nove membros, indicados em igual número pelos presidentes da República, do Senado e da Assembléia Nacional.

Na Alemanha, os órgãos reguladores cuidam separadamente dos setores público e privado. Constituem-se em assembléias, que estabelecem as linhas gerais da política para o setor. Entre suas atribuições estão o controle para garantir a diversidade da mídia e evitar qualquer tipo de concentração, supervisionar os conteúdos da programação, emitir e revogar licenças de funcionamento das emissoras e o apoiar a produção audiovisual realizada por entidades sem fins lucrativos.

É preciso dizer mais. Tudo simples, claro e objetivo. Mas por aqui, os grupos privilegiados fazem de tudo para tornar o processo difícil, estreito e opaco. Qualquer dos exemplos citados é taxado de censura, forma melíflua de interditar o debate. Até quando?

Contatos da Defensoria Pública para combater ações ilegais da Anatel contra rádios comunitárias

Por Arthur William

Na página da Amarc Brasil

A Amarc Brasil (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) orienta que os radialistas comunitários chamem o defensor público de sua localidade para impedir que a Anatel leve ilegalmente os equipamentos da emissora. Isso porque há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 1668) contra o artigo 19 da lei 9.472/97. Este artigo da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) diz que:

> *Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente: XV – realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência;*

Como este trecho está sendo considerado inconstitucional, segundo o entendimento do presidente da Câmara de Coordenação de DHTC da Defensoria Pública da União, André da Silva Ordacgy, a Anatel está impedida de fazer busca de transmissores em rádios livres e comunitárias.

Acompanhe o andamento da ADI 1668 no Supremo Tribunal Federal (STF).

Contudo, a lei 10.871/2004 que trata das agências reguladoras, com redação dada pela lei 11.292/2006 diz que:

> *Parágrafo único. No exercício das atribuições de natureza fiscal ou decorrentes do poder de polícia, são asseguradas aos ocupantes dos cargos referidos nos incisos I a XVI, XIX e XX do art. 1o desta Lei as prerrogativas de promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos, assim como a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário, o auxílio de força policial federal ou estadual, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções."*

Ou seja, a Anatel pode fazer "apreensão", mas não "busca". Mas, no entendimento da Defensoria Pública da União, os agentes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) não podem entrar em uma rádio para levar um transmissor.

Mantenham estes contatos em lugar visível dentro de suas rádios. Se a Anatel chegar, chamem os defensores públicos!

Lute pelo seu direito. O Brasil é signatário do Pacto de São José, que fala no artigo 13, sobre liberdade de pensamento e de expressão:

> *3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões*

Este pacto foi ratificado pelo governo brasileiro em 1992, através do decreto 678.

TELEFONES DO DEFENSORES PÚBLICOS DO OFÍCIO DE DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA (DHCT):

☑ **Sudeste**

Espírito Santo – Vitória
(0xx27) 3145-5600 / 3145-5607 / 3145-5604 / 3145-5616
3145-5610 - Dra. Karina Rocha Mitleg Bayerl
Minas Gerais – Belo Horizonte
(31) 3069-6300 / -3069-6363
Dra. Giêdra Cristina Pinto Moreira
Minas Gerais – Juiz de Fora
(32) 2102-8500 / 2102-8523 / 2102-8519
Dra. Otávia Cunha Mautone
Minas Gerais – Governador Valadares
(31) 3069-6300 / 3069-6363 -
Dr. Márcio Melo Franco Júnior
Minas Gerais – Uberlândia
(34) 2101-3890 -Dr. Luciano Silva
Rio de Janeiro – Capital
(21) 2460-5000
André da Silva Ordacgy e Daniel de Macedo Alves Pereira
Rio de Janeiro – Baixada Fluminense
(21) 2460-5000 - Dra. Carolina de Oliveira Martins
Rio de Janeiro – Niterói, São Gonçalo e Itaboraí
(21) 2460-5000 - Dra. Alessandra Fonseca de Carvalho
Rio de Janeiro – Volta Redonda
(21) 2460-5000 - Dr. José Roberto Fani Tambasco
São Paulo – Capital
(11) 3627-3400 - Dr. Marcus Vinícius Rodrigues Lima
São Paulo – Campinas
(19) 3722 – 8300 - Dra. Luciana Ferreira Gama Pinto
São Paulo – Guarulhos
(11) 2928-7800 - Dra. Maria do Carmo Goulart Martins
São Paulo – Santos
(13) 3325-4900 - Dr. Emerson Lemes Franco
São Paulo – ABC Paulista
(11) 3627-3400 - Dr.Marcelo Lelis de Aguiar
São Paulo – Ribeirão Preto
(16) 9156-7498 - Dr. Ricardo Kifer Amorim
São Paulo – São José dos Campos
(11) 3627-3400 - Dr. André Gustavo Bevilacqua Piccolo
São Paulo – Sorocaba
(11) 3627-3400 - Dra. Luciana Moraes Rosa Grecchi

☑ **Norte**

Acre – Rio Branco
(0XX68) 2106-7800 / 2106-7803 - Dra. Arlinda Magela Dias
Amapá – Macapá
(96) 3198-1000 / 3198-1005 - Dra. Juliana Feitosa
Amazonas – Manaus
(92) 3133 – 1600 - Dr. João Thomas Luchsinger
Pará – Belém
(91) 3224-4068 / 3224-3565 - Anginaldo Oliveira Vieira
Pará – Santarém
(91) 3224-4068 / 3224-3565
Roraima – Boa Vista
(0xx95) 3224-8005/9143 - Dr. Óscar Giorgi Ribeiro Batista
Rondônia – Porto Velho
(69) 3218-4000 / (69) 3218-4009
Dr. João Paulo Gondim Picanço
Tocantins – Palmas
(0XX63) 3216-8600 - Dr. Pedro Paulo Raveli Chiavini

☑ **Centro-Oeste**

Distrito Federal – Brasília 1
(61) 3105-7300 - Dr. Eduardo José Teixeira de Oliveira
Distrito Federal – Brasília 2
(61) 3347-7767 - Dr. Ricardo Emílio Pereira Salviano
Distrito Federal – Brasília Especial
(61) 3214-1700 / 3214-1701 - Dr. Gustavo Zortéa da Silva
Goiás – Goiânia
(62) 3214 1499 - Dr. Adriano Cristian Souza Carneiro
Mato Grosso – Cuiabá
(65) 3611-7400 - Dr. Gabriel Faria Oliveira
Mato Grosso – Cáceres
(65) 3211-2300 - Dr. Jhonathan de Oliveira Estevam
Mato Grosso do Sul – Campo Grande
(67) 3324-1305 / 3325-4639 / 3383-4043
Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg
Mato Grosso do Sul – Dourados
(67) 3324-1305 / 3324-130 / 3325-4639 / 3383-4043
Dr. Bruno Carlos dos Rios

☑ **Sul**

Paraná – Curitiba
(0xx41) 3232-9797 - Dr. Roberto Venâncio Júnior
Paraná – Umuarama
(0xx44) 3624-8489 - Dr. Valter Sarro de Lima
Paraná – Cascavel
(0xx41) 3232-9797 - Dr. Célio Alexandre John
Paraná – Londrina
(0xx41) 3232-9797 - Dr. Clayton de Siqueira Gomes
Paraná – Foz do Iguaçu
(0xx45) 3523-2848 (ramal 298) - Dr. Shamyl Cipriano
Rio Grande do Sul – Porto Alegre
(0xx51) 3216-6946 - Dra. Fernanda Hahn
Rio Grande do Sul – Bagé
(0xx53) 3241-2122 - Dr. Robson de Souza
Rio Grande do Sul – Pelotas
(0xx53) 3284-9450 - Dr. Daniel Mourgues Cogoy
Rio Grande do Sul – Santa Maria
(55) 3217-9110 / 8436-1449 / 3218-1714
Dra. Josianne Zanoto
Rio Grande do Sul – Rio Grande
(0xx51) 3216-6946 - Dra. Andrea Bulcão Terroso
Santa Catarina – Florianópolis
(48) 3221-9400 - Dr. André Dias Pereira
Santa Catarina – Joinville
(47) 3422-0590 (ramal 212) - Dr. João Vicente Panitz

☑ **Nordeste**

Alagoas – Maceió
(0xx82) 3194-2300 - Dr. Waltenberg Lima de Sá
Bahia – Salvador
(0xx71) 3114-1850 / 3114-1877 - Dr. César de Faria Júnior
Bahia – Feira de Santana
(75) 8848-9196 - Dra. Karine de Carvalho Guimarães
Bahia – Vitória da Conquista
(0xx71) 3114-1850 / 3114-1877
Dra. Leila de Alencar Costa Carinhanha
Bahia – Juazeiro
(87) 3038-2014 - Dr. Diego de Amorim Vitório
Ceará – Fortaleza
(0xx85) 3474-8750 - Dr. Sérgio Luis da Silveira Marques
Maranhão – São Luis
(0xx98) 3221-5101 - Dra. Gizzélia Alves da Costa
Paraíba – João Pessoa
(0xx83) 3224-3032
Dr. Frederico Rodrigues viana de Lima
Paraíba – Campina Grande
3341-4077 (ramal 28) - Dra. Ana Emilia Rodrigues Aires
Pernambuco – Recife
(0xx81) 3194-1200 - Dra. Lilian dos Santos Lins
Pernambuco – Caruaru
(0xx81) 3194-1200
Dra. Isabelle Carvalho de Oliveira Lima
Pernambuco – Petrolina
(87) 3038-2014 - Dr. Diego de Amorim Vitório
Piauí – Teresina
(0xx86) 3194-8800 / 3194-8801
Dr. José Rômulo Plácido Sales
Rio Grande do Norte – Natal
(84) 3216-2200 - Dr. Vinícius Freire Vinhas
Rio Grande do Norte – Mossoró
(84) 3216-2200
Dr. Filippe Augusto dos Santos Nascimento
Sergipe – Aracaju
(79) 3712 7300 - Dr. Ricardo Luiz Wanderley da Fonseca

Missão Copa do Mundo Rio de Janeiro

Por Orlando Santos Junior

A Relatoria de Cidade publicou o relatório sobre os impactos da realização da Copa e das Olimpíadas a partir das intervenções urbanas em comunidades empobrecidas, especialmente os casos de despejos e remoções forçadas. A missão de investigação aconteceu de 18 a 20 de maio no Rio de Janeiro. Durante a missão, o Relator Nacional Orlando Santos Junior e o assessor da relatoria, Cristiano Muller, estiveram em várias comunidades e coletaram denúncias sobre o impacto dos eventos esportivos.

A missão investigou as seguintes comunidades: Comunidade do Campinho/ Vila Autódromo/ Vila Harmonia/ Restinga/ Recreio II/ Estradinha/ Ocupações na Rua do Livramento e na Rua Machado de Assis/ Comunidade do Morro da Providência/ Comunidade do Metrô Mangueira.

Leia o relatório completo na internet no site da Plataforma Dhesca Brasil - uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia.

Link para o relatório:

http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=463:leia-o-relatorio-sobre-impactos-da-copa&catid=129:relatorios&Itemid=152

Jogos e poder: como se produz uma Cidade Olímpica

Nelma Gusmão de Oliveira[1]

[1] Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

A conquista do direito de sediar os dois megaeventos esportivos mais poderosos da contemporaneidade, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, confere ao Brasil e, mais especificamente, à cidade do Rio de Janeiro uma posição central no circuito mundial de produção do espetáculo esportivo. Nesse contexto, concretiza-se um projeto hegemônico que, construído dentro dos moldes neoliberais durante quase duas décadas (Oliveira, 2010), finalmente se mostra capaz de promover uma intensa mobilização de capitais econômicos, políticos e simbólicos por todo o país.

Adotando como palco principal a cidade do Rio de Janeiro, tal projeto envolve articulações em diversos níveis escalares e sua concretização tem produzido profundas rupturas e realinhamentos nos marcos regulatórios e institucionais em diferentes esferas de poder.

O novo quadro jurídico desafia a ordem institucional estabelecida, proporcionando condições excepcionais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Este é o caso do Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009), das Medidas tributárias para a Copa do Mundo de 2014 e Copa das Confederações 2013 (Lei nº 12.350/2010), do Regime Diferenciado de Licitação (Lei 12.462/2011), da Lei que autoriza os Municípios a endividar-se acima da Renda Líquida Real em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para os eventos (Lei nº 12.348/2010), do projeto ainda em discussão da Lei Geral da Copa (PL 2330,) e de tantas outras produzidas também na escala local da cidade do Rio de Janeiro, como o Plano de Estruturação Urbana das Vargens (Lei Complementar 33/2009), o conjunto de leis do Projeto Porto Maravilha (Lei Complementar 101/2009, Lei Complementar 102/2009 e Lei Ordinária 5128/2009) e do Pacote Olímpico (Leis Complementares nº 44/2010, 716/2010 e 715/2010)[1].

A imposição de regras excepcionais para a realização de megaeventos esportivos não pode ser entendida como exclusividade da experiência brasileira. Justificada em exigências impostas pelo COI ou pela FIFA, a produção de regras de conteúdo similar tem sido constante em países que sediam eventos por eles promovidos.

O quadro institucional resultante desses processos, estabelecido à revelia do conjunto da sociedade, determina uma forma de produção do espaço urbano que prioriza o interesse das diversas coalizões sustentadoras do projeto e evidenciam a capacidade de ingerência de duas instituições privadas internacionais, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), sobre a ordem jurídica de um país.

Com base na teoria já defendida pelo jurista e filósofo italiano Georgio Agamben (2004) de que o Estado de Exceção tem se tornado um paradigma de governo na contemporaneidade, mesmo nos governos ditos democráticos, já temos afirmado e buscado comprovar que a realização de megaeventos esportivos produz um ambiente favorável para que o autoritarismo "consensual", inerente ao modelo de planejamento neoliberal, se realize em sua forma mais radical (Oliveira, 2011). Como resultado desse processo, são produzidas verdadeiras "cidades de exceção" (termo cunhado pelo professor Carlos Vainer por analogia ao estado de exceção produzido por governos ditatoriais)[2].

O argumento apresentado neste trabalho, na busca de contribuir ao debate, é que, se a produção dos megaeventos esportivos cria o ambiente propício para a condição de exceção, isso não ocorre exclusivamente devido à urgência produzida pelo seu rígido cronograma, como tem sido recorrentemente alegado. A hipótese aqui apresentada é que tal condição só se viabiliza graças à crescente autonomia econômica, política e jurídica gradualmente conquistada pelo campo de produção do espetáculo esportivo, em uma delicada costura que atravessa mais de um século e assume como principais protagonistas a FIFA, o COI e os interesses por eles representados.

A autonomia do Campo esportivo e a valorização da "Marca Olímpica".

Incialmente construída com bases no discurso do amadorismo e de uma suposta existência do esporte como prática despolitizada, centrada no interesse exclusivo do cumprimento das próprias regras e desprovida de interesse econômico ou comercial, a autonomia do campo esportivo transformou-se quase em soberania quando, durante a década de 80 e por iniciativa do COI, foi criada a Corte Suprema Arbitral (CAS). A CAS, que atua exclusivamente com base nas regras estabelecidas pelas duas instituições

[1] Para ver discussão mais detalhada de todas essas leis e os principais interesses envolvidos na produção de cada uma delas ver Oliveira (2011).

[2] A este respeito ver Vainer (2011).

ou, em última instância, na legislação suíça, é a única corte reconhecida, em todos os documentos oficiais, como capaz de resolver qualquer diferença ou disputa relacionada aos eventos por elas coordenados.

Na contemporaneidade, os princípios e regras expressos na Carta Olímpica do COI (COI, 2011a) e nos Estatutos da FIFA (FIFA, 2011), complementados por um emaranhado de recomendações, códigos, garantias e contratos, vêm consolidar esta autonomia. Em nome da "conquista" do direito de sediar o evento, especialmente no caso dos Jogos Olímpicos, a maioria dos compromissos são selados ainda durante o período de candidatura.

Este sofisticado sistema, contudo, não se constituiu num passe de mágica. De fato, nas primeiras regras publicadas pelo COI, em seu "Annuaire" de 1908 (CIO, 1908), a pretensão de autonomia política já começava a ser esboçada quando, ao tratar do recrutamento de seus membros, lhes delegava a função primordial de representar os interesses do Comitê Internacional junto aos seus países. Ao vetar toda possibilidade de representação na direção inversa, a mesma regra impedida esses membros de receber qualquer mandato do seu país que comprometesse a independência de seu voto perante o COI.

A partir daí, no decorrer da primeira metade do século XX, ao lado de regras e símbolos destinados a reforçar os ideais universalistas do olimpismo[3], a publicação de normas que afirmavam e fortaleciam o poder soberano do COI na resolução de conflitos de ordem não técnica, viria consolidar o crescimento da autonomia política e possibilitar sua extrapolação para o campo jurídico.

A despeito do discurso de desinteresse econômico, a comercialização dos Jogos Olímpicos, através de anúncios publicitários, já se fazia presente durante a realização de sua primeira edição em 1896 na cidade de Athenas (IOC, 2011b). O controle dos contratos, entretanto, ainda permanecia nas mãos dos Comitês Organizadores dos Jogos embora as receitas geradas fossem administradas pelo COI.

Os anos 1950 viriam trazer, juntamente com as primeiras receitas de contrato de transmissão televisiva e de patrocínio internacional, as primeiras medidas de controle e exigências de responsabilidades para as cidades sedes, através da publicação em 1955, do primeiro documento com informações para as cidades com intenção de receber os Jogos Olímpicos (COI, 1955). Tais exigências começaram a crescer em velocidade exponencial a partir de então, especialmente no que tange às condições de infraestruturas a serem oferecidas à mídia e aos transmissores de televisão.

Assim como o próprio sistema capitalista da época, ainda sob a égide do *welfare state,* o campo de produção do espetáculo esportivo, através de suas principais instituições, negava enfaticamente a predominância do mercado na definição de seus procedimentos mais importantes. Durante a primeira metade da década de 1970, entretanto, quando surgiam as primeiras manifestações da crise capitalista que permanece e se aprofunda até os dias atuais, começava um gradual processo profissionalização do esporte, explícito sucessivamente nas regras do COI do período, até que as palavras amador, amadorismo ou qualquer outra que invoque o seu conteúdo desaparecessem completamente do vocabulário empregado. Ao mesmo tempo, cresciam também os mecanismos de proteção para a marca olímpica.

Se a autonomia do campo de produção do espetáculo esportivo foi lentamente construída desde o início do século XX dentro do COI, foi a partir dos anos 1980, com a conquista definitiva da autonomia econômica, através da implantação de um novo programa de marketing, que seus mecanismos de controle se tornaram muito mais sofisticados. Após a dívida deixada à cidade de Montréal como herança da celebração das Olimpíadas em 1976 e o boicote de 66 nações aos Jogos Olímpicos de 1980 em Moscou, o início dos anos 1980 e a política econômica capitalista neoliberal iriam encontrar o COI em uma profunda crise que chegou a ameaçar a sua própria existência. Foi a partir daí que teve início a "virada olímpica" (Payne, 2006).

Embora de modo muito menos institucionalizado, com regras igualmente menos claras e com uma menor preocupação em manter imaculados os valores da marca de sua propriedade, a FIFA também chegaria a resultados semelhantes, com a implementação de um também revolucionário programa de marketing a partir de meados da década de 1970.

[3] Nesse período foram criados os principais elementos simbólicos do COI, como instrumento de exaltação dos "ideais universalistas" que tanto valorizam a marca olímpica na contemporaneidade: os anéis olímpicos entrelaçados, que simbolizam a união dos 5 continentes, o lema *"citius, altius e fortius"* – rápido, alto e forte – *e* a bandeira branca com os anéis centro, contendo as cores das bandeiras de todos os países do mundo. Foi também aí que se estabeleceram e fortaleceram as regras que estabeleciam o vínculo entre os Jogos e o amadorismo, o *fair play* e os valores morais.

Pode parecer estranho que duas instituições com história, organização e até modo de ação, tão distintos, possam ter um sistema de funcionamento tão similar. Na comparação de documentos oficiais ou mesmo de leis produzidas em função deles, inúmeros pontos em comum podem ser percebidos.

Não é apenas o amor pelo esporte que une a FIFA e o COI. À frente dos programas de marketing das duas instituições se encontravam dois homens fortes e autoritários. Na FIFA, encontrava-se João Havelange, o amigo íntimo dos generais da ditadura militar no Brasil, que foi eleito presidente da Associação em 1975 onde permaneceu até 1998. No COI, estava Juan Antonio Samaranch, presidente da instituição entre 1980 e 2001 e que tem como parte integrante do seu currículo uma longa participação no governo fascista do General Franco na Espanha.

Por trás desses dois homens, um único homem, Host Dassler. Na busca de assinar contratos para que federações esportivas utilizassem roupas e assessórios da marca Adidas, empresa herdada da família e sob sua direção, Dassler acabou por estabelecer estreitos laços de troca com todos os principais dirigentes de organizações esportivas do planeta, tornando-se o homem mais poderoso do universo dos esportes desde o início dos anos 1970 até a sua morte em 1987. Durante este período, não houve eleição para qualquer cargo esportivo importante no mundo em que Dassler não tenha exercido uma influência fundamental – sem excluir as eleições de Havelange na FIFA e Samaranch no COI, ou mesmo algumas de cidade para sediar os eventos. Esta afirmativa é consensual entre todos os autores que tratam da questão, inclusive em textos de pessoas de dentro do próprio COI, como Michael Payne e Dick Pound.

Foi Dassler o grande idealizador dos programas de marketing das duas instituições. Na base desse programa não se encontra a venda de espaços publicitários. O que é vendido é, por um lado, o direito exclusivo de associar uma determinada marca em cada categoria de produto aos valores da marca dos jogos e, por outro, o direito de exclusividade na transmissão de TV em cada território do mundo. Na verdade o que se vende, e muito caro, é exatamente a ideia de valores não comerciais associadas ao olimpismo. Daí a importância primordial que conferem à proteção da marca e ao controle dos espaços publicitários fora dos locais de competição, uma vez que, dentro desses locais, o que se quer vender é a imagem de não comercialização.

Desse modo, para se manterem de pé – com um faturamento por quadriênio de mais de US$ 5 bilhões, no caso do COI, e que chega perto dos US$ 4 bilhões, no caso da FIFA –, estas instituições se apoiam no funcionamento de uma engrenagem movida basicamente por três rodas dentadas: a venda da exclusividade de direitos de transmissão, a venda de "parcerias" exclusivas por categoria de produto e as cidades em disputa para sediar os eventos.

Para manter a marca valorizada (seja a Olímpica ou a da FIFA), e consequentemente o faturamento das instituições proprietária, esta engrenagem precisa se manter girando num ritmo equilibrado. Quanto mais valorizada a marca, maior a disputa entre cidades por se associar a ela e se manter no centro da mídia mundial. Consequentemente, maior será também o poder de barganha e a capacidade de exigência da instituição respectiva em relação a estas cidades e mais espetacular se tornará a produção evento (ainda que a custos, econômicos, sociais e políticos muito altos). Quanto mais espetacular a produção do evento, mais eficiente no atendimento às expectativas dos "parceiros", maior a disputa pela exclusividade da transmissão, maior o número de expectadores atingidos, o que retroalimenta a valorização da marca e assim sucessivamente. Caso uma dessas rodas emperre, as outras também tendem a emperrar e a engrenagem se vê ameaçada de entrar em colapso.

Considerações finais

É para manter o funcionamento dessa engrenagem que um conjunto de mudanças institucionais é imposto a cidades e países, tendo em vista o exclusivo objetivo de proteger interesses dessas instituições e outros por elas representados. Desse modo, condições especiais são criadas para a proteção da marca esportiva em questão, a soberania internacional de países é ferida na flexibilização das regras para entrada de estrangeiros, comportamentos são ditados em espaços públicos e até mesmo privados por regras de proteção contra o "marketing de emboscada", impostos são dispensados numa clara transferência de recursos públicos à iniciativa privada, condições especiais são criadas para endividamento das cidades envolvidas, além de todos os direitos individuais que são violados em nome da produção de Jogos cada vez mais espetaculares e de uma imagem de cidade que se enquadre dentro de padrões estéticos cada vez mais controlados pelo capital.

Não podemos esquecer, entretanto, que, dentro da escala do país e da cidade, outras engrenagens se movimentam na articulação de outros interesses. As exigências impostas pelas instituições internacionais, especial-

mente aquelas em relação aos prazos e grandiosidade das instalações e obras de infraestruturas, se encaixam aí perfeitamente na legitimação de outras leis de exceção que se destinam especialmente para viabilizar os grupos de interesses que atuam localmente e, desse modo, manter em movimento a roda das cidades em disputa.

Vale notar, entretanto, que respondendo a exigências semelhantes, algumas peculiaridades, na redação de cada lei, deixam claro até onde vão os limites da soberania nacional e o poder das instituições internacionais respectivas (FIFA ou COI). No caso do equivalente ao Ato Olímpico de Londres, citando um exemplo, existe um artigo redigido apenas para tratar dos limites do direito de propriedade à marca olímpica. Em alguns momentos, a redação do texto desta lei, passa a impressão que dedica maior espaço às restrições e limites de sua própria aplicação que às garantias concedidas ao COI.

Dois fatores principais podem ser determinantes na definição desses limites a capacidade política em defender a própria soberania e o grau de comprometimento interno do poder público com os interesses da maioria de seus habitantes e com setores capitalistas que agem localmente. Essa afirmativa nos leva a concluir que, só o intenso e permanente exercício do controle social, poderá amenizar as consequências perversas de uma estratégia de desenvolvimento que carrega em si e como única possibilidade de garantia da própria existência o pressuposto primordial de preservação dos interesses do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Georgio. **O Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

COMITÉ OLYMPIQUE INTERNATIONAL – CIO. **ANNUAIRE.** Lausanne Comité Olympique International, 1908. Disponível em http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1 . Acesso 18 de junho de 2010.

Fédération Internationale de Football Association - FIFA –**FIFA Statutes** : August de 2011 Edition. Zurich : FIFA, 2008. Disponível em http://www.fifa.com/mm/document/affederation/generic/01/48/60/05/fifastatuten2011_e.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2011.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE – IOC. **Information for cities which desire to stage the Olympic Games.** Lausanne Comité Olympique International, 1955. Disponível em http://www.olympic.org/olympic-charters?tab=1 . Acesso 18 de junho de 2010.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE – IOC. **Olympic Charter:** in force as from 8 july 2011. Lausanne: International Olympic Comitee, 2011a. Disponível em http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_122.pdf . Acesso em 20 de outubro de 2011.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMITEE – IOC. **Olympic Marketing Fact file:** 2011 Edition. Lausanne: Internacional Olympic Comitee, 2011b**.** Disponível em http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/OLYMPIC_MARKETING_FACT_FILE_2011.pdf. Acesso 20 de outubro de 2011.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de**. La ville de Rio de Janeiro à la conquête du rêve olympique : une trajectoire trans-échelle. 2010**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Métropoles, Inégalités et Planification Démocratique (MIPD)", Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Força de Lei:* Força-*de*-lei*:* rupturas *e realinhamentos institucionais na busca do. "sonho olímpico" carioca*. In: **Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR),** Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos. *Cidade de Exceção*: reflexões a partir do Rio de Janeiro . In: **Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR),** Rio de Janeiro, 2011.

17º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 19

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Direito à comunicação no III PNDH: Quem ameaça a liberdade de expressão?[1]

Por Venício A. de Lima

Universidade de Brasília, UnB

[1] Diferentes versões deste texto foram publicadas na revista Direitos Humanos, nº 5, abril de 2010; pp. 41-44 e no livro Regulação das Comunicações - História, Poder e Direitos (Paulus, 2011; capítulo 11).

A necessidade de construção e positivação de um *direito à comunicação* foi identificada há mais de 40 anos. O francês Jean D'Arcy, quando diretor de serviços audiovisuais e de rádio do Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas, em 1969, escreveu:

> V*irá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez 21 anos atrás no Artigo 19. Trata-se do direito do homem de se comunicar* (Fischer, p. 26).

A proposta de D'Arcy, na verdade, assume e consagra uma perspectiva "dialógica" da comunicação que já havia sido elaborada, do ponto de vista conceitual, pelo educador brasileiro Paulo Freire, exilado no Chile após o golpe de 1964 e consultor das Nações Unidas em projetos de reforma agrária e extensão rural.

Em seu ensaio *Extensão ou comunicação?*, escrito originalmente em 1968 e publicado no Brasil em 1971, Freire recorre à raiz semântica da palavra comunicação e nela inclui a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação. Para ele, comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda "relação de poder" fica excluída. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. A comunicação passa a ser, portanto, por definição, *dialógica*, vale dizer, de "mão dupla", contemplando, ao mesmo tempo, o direito de ser informado e o direito de acesso aos meios necessários à plena liberdade de expressão.

Por outro lado, do ponto de vista dos direitos do cidadão, T. H. Marshall, em seu clássico *Cidadania e classe social* (original 1949, publicado no Brasil em 1967), divide a cidadania em três dimensões, cada uma fundada em um princípio e numa base institucional distintos que permanecem aplicáveis às circunstâncias do mundo contemporâneo. O direito à comunicação perpassa essas três dimensões, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil – liberdade individual de expressão; em direito político – através do direito à informação; e em direito social – através do direito a uma política pública garantidora do acesso do cidadão aos diferentes meios de comunicação.

Na verdade, desde a Conferência de Viena de 1993, com a adoção pela Organização das Nações Unidas dos postulados da universalidade, indivisibilidade e interdependência, o conjunto dos direitos humanos tem sido tratado como uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada.

Como era de se prever, todavia, ao longo das últimas décadas, a efetivação do direito à comunicação tem enfrentado forte resistência de interesses poderosos, organizados e atuantes em nível mundial.

Um pouco de história

A partir do final da década de 1960, travou-se em organismos multilaterais, sobretudo na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), uma longa disputa em torno do direito à comunicação e dos fluxos internacionais de informação. Sua expressão mais conhecida é a proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

O debate sobre "*a comunicação em sentido único*", que caracterizava – e ainda caracteriza – as relações Norte–Sul, teve como principal referência a criação, em 1977, de uma comissão internacional composta por 16 membros (inclusive dois latino-americanos, Gabriel Garcia Márquez e Juan Somavia), que divulgou suas conclusões em 1980, no conhecido Relatório McBride – *Um mundo e muitas vozes* –, publicado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, em 1983.

O Relatório McBride foi o primeiro documento oficial de um organismo multilateral que reconhecia a existência de um grave desequilíbrio no fluxo mundial de informação, apresentava possíveis estratégias para reverter a situação e reconhecia o *direito à comunicação*. Diz o Relatório:

> Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia de diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas das idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos. O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do pro-

gresso constante em direção à liberdade e à democracia (pp. 287-291).

Em consequência, uma série de conferências regionais sobre políticas culturais e políticas nacionais de comunicação, sob o patrocínio da Unesco, foi realizada em várias partes do mundo, inclusive na América Latina.

O Relatório e a Unesco enfrentaram fortíssima oposição dos países hegemônicos e dos conglomerados globais de mídia. No auge da onda neoliberal, em clima de "Guerra Fria" e sob a liderança de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, foi lançada uma ofensiva mundial a favor do "livre fluxo da informação", que, ao lado da chamada "liberdade de imprensa", constitui a eterna bandeira excludente utilizada pelos grupos dominantes de mídia.

A batalha foi "vencida" quando tanto os Estados Unidos (1984) como a Inglaterra (1985), alegando a politização do debate, desligaram-se da Unesco (a Inglaterra voltou a fazer parte da Unesco em 1997 e os EUA, em 2003). A partir daí, o apoio da própria Unesco à NOMIC foi minguando progressivamente e a discussão institucionalizada do desequilíbrio no fluxo de informações Norte–Sul foi sendo oficialmente deslocada para o âmbito do GATT (Tratado Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), mais tarde transformado em OMC (Organização Mundial do Comércio).

Apesar disso, o debate iniciado na Unesco foi uma das razões que levaram à realização, em duas etapas, da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), realizada em Genebra (2003) e em Túnis (2005). Apesar da CMSI, aparentemente, não ter resultado em compromissos concretos dos Estados participantes, a sociedade civil organizada se fez presente e manteve acesa a chama da luta pelo reconhecimento e implantação do direito à comunicação.

Esse debate foi também um dos fatores que levou ao reconhecimento da natureza particular de bens e serviços culturais – especialmente o cinema e o audiovisual.

Esta natureza particular foi reconhecia em disputa entre os EUA e a França – ganha pelos gauleses – e iniciada na Rodada do Uruguai do GATT, em 1994, quando se adotou o conceito de "exceção cultural". O mesmo princípio foi incluído, por exigência do Canadá, no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), também em 1994.

O tema foi levado de volta à Unesco e lá, depois de mais de dez anos, surgiu a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005 e subscrita pelo Brasil através do Decreto Legislativo 485/2006. A Convenção substituiu o conceito de "exceção cultural" pelo de "diversidade cultural".

Na introdução do documento destaca-se:

> *Convencida de que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial;*
>
> *Constatando que os processos de globalização, facilitados pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres*.

O reconhecimento de que bens e serviços culturais – especialmente o cinema e o audiovisual – possuem uma "dupla" natureza, é que fundamenta a existência de políticas públicas culturais de proteção e estímulo às culturas locais, regionais e nacionais. Isso pode significar, como já ocorre em vários países, a existência de cotas de difusão para cinema, televisão e rádio, além de políticas de subsídio financeiro à produção e distribuição de produtos culturais nacionais.

O direito à comunicação e o III PNDH

É dentro deste amplo contexto conceitual, histórico e político, que deve ser entendida a reação dos grupos dominantes de mídia às propostas relativas ao direito à comunicação contidas na primeira versão do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009. Além de reagirem, eles também agendam e massificam a reação conservadora ao conjunto do Programa, como se fosse um sentimento coletivo da sociedade brasileira. A reação revelou, ademais, a imensa capacidade de manipulação da linguagem e dos fatos que a grande mídia ainda detém, escamoteando interesses corporativos e/ou privados que são, na verdade, o oposto daquilo que simulam ser.

A veemente condenação pública das entidades

representativas dos principais grupos de mídia – ANJ (Associação Nacional de Jornais), ANER (Associação Nacional dos Editores de Revistas), ABERT (Associação Brasileira das Emissoras de Radio e Televisão) – às diretrizes contidas no III PNDH referentes ao direito à comunicação, aparece formalmente em Nota à Imprensa publicada no dia 8 de janeiro de 2010 (cf. <http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/noticias/nota-a-imprensa-1>). Diz a Nota:

> *As associações representativas dos meios de comunicação brasileiros manifestam sua perplexidade diante das ameaças à liberdade de expressão contidas no Decreto nº 7.037*[...].
>
> Quais são essas ameaças? Segundo a Nota,
>
> *a criação de uma comissão governamental que fará o acompanhamento da produção editorial das empresas de comunicação e estabelecerá um ranking dessas empresas, no que se refere ao tema dos direitos humanos* [e]
>
> *[a previsão de punições] – e até mesmo cassação de outorga, no caso dos veículos de radiodifusão – para as empresas de comunicação que não sigam as diretrizes oficiais em relação aos direitos humanos*.

E a Nota afirma ainda que: "*não é democrática e sim flagrantemente inconstitucional a ideia de instâncias e mecanismos de controle da informação*".

O que exatamente o III PNDH está propondo na área de comunicação que incomoda tanto aos grupos dominantes de mídia?

Em todo o III PNDH constam uma única Diretriz (a 22) e dois objetivos estratégicos relativos à comunicação (cf., em anexo, o texto integral da Diretriz 22). A Nota condena, em particular, as propostas de ação programáticas contidas nas letras *a* e *d* do Objetivo 1, e uma das Recomendações. O que dizem elas?

> *Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.*
>
> *Objetivo Estratégico I:*
> *Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.*
>
> *Ações Programáticas:*
>
> *a) Propor a criação de marco legal regulamentando o art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.*
>
> *[...]*
>
> *d) Elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar um ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.*
>
> *Recomendação: Recomenda-se aos estados, Distrito Federal e municípios fomentar a criação e acessibilidade de Observatórios Sociais destinados a acompanhar a cobertura da mídia em Direitos Humanos.*

Constituem essas propostas uma ameaça a liberdade de expressão? Seriam elas, de fato, "flagrantemente inconstitucionais", como afirma a Nota dos empresários de mídia?

Em primeiro lugar, registre-se que para se concretizar, qualquer das propostas do III PNDH teria que, seguindo os procedimentos democráticos, ser transformada em Projeto de Lei, tramitar e ser aprovada no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que o inciso II, do § 3º do Artigo 220 da Constituição prescreve uma lei federal, vale dizer, um marco regulatório, que "*garanta à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Artigo 221"*. Está escrito:

> *Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.*

[...]

§ 3º - Compete à lei federal:

[...]

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

[...]

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Não é, portanto, absolutamente inconstitucional propor-se a criação de marco legal regulamentando o Artigo 221 que estabeleça condições previstas na Constituição para a concessão dos serviços públicos de radiodifusão e preveja penalidades administrativas no caso de violações.

Em terceiro lugar, não se propõe "*a criação de uma comissão governamental que fará o acompanhamento da produção editorial das empresas de comunicação e estabelecerá um ranking dessas empresas",* como equivocadamente afirma a Nota, mas sim a "[*elaboração de] critérios de acompanhamento editorial a fim de criar um ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.*

Em quarto lugar, registre-se que propostas de "*mapeamento dos programas radiofônicos e televisivos*" já se encontram nos dois PNDH anteriores (de 1996, item 57, e de 2002, item 100). Curiosamente, eles não receberam qualquer contestação dos grupos dominantes de mídia.

Em quinto lugar, um *ranking* da programação televisiva já é elaborado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que instituiu, em 2002, a campanha *"*Quem financia a baixaria é contra a cidadania" (<www.eticanatv.org.br/index.php>), a partir de deliberação da VII Conferencia Nacional dos Direitos Humanos. Esse *ranking* tem sido construído com a participação popular e seus resultados apresentados às emissoras de televisão.

Em sexto lugar, a Recomendação relativa à criação de observatórios sociais, referenda e estimula atividade que já vem sendo desenvolvida, a duras penas, por uma rede de observatórios, a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoi), da qual o *Observatório da Imprensa* é pioneiro, e por entidades como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Observatório do Direito à Comunicação e o Observatório Brasileiro de Mídia.

Registre-se que esta observação social da mídia tem dado importantes frutos e originou, inclusive, uma ação judicial bem-sucedida por iniciativa do Ministério Público de São Paulo em relação ao antigo programa de João Kleber, "*Tardes Quentes*", na Rede TV!, em 2005.

E, finalmente, quanto à "*cassação de outorga, no caso dos veículos de radiodifusão – para as empresas de comunicação que não sigam as diretrizes oficiais em relação aos direitos humanos*", hipótese mencionada na Nota das entidades empresariais, é preciso lembrar que as concessionárias de radiodifusão gozam de privilégios únicos em relação a todos os outros concessionários de serviços públicos no Brasil.

A Constituição garante a elas condições excepcionais tanto para a *não-renovação* como para o *cancelamento* de suas concessões. Veja o que dizem os §§ 2º e 4º do Artigo 223:

> *Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*
>
> *[...]*

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

[...]

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

Quem ameaça quem?

É de se perguntar, portanto, quem ameaça quem? É o III PNDH que ameaça a liberdade de expressão e os grupos dominantes de mídia ou são eles que consideram alguns dispositivos da Constituição e o direito à comunicação uma ameaça a seus interesses e atacam, como vem acontecendo nos últimos anos, qualquer tentativa de regulamentação?

O direito à comunicação significa hoje, além do direito à informação, garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade, isto é, a universalidade da liberdade de expressão individual. Essa garantia tem que ser buscada tanto "externamente" – através da regulação do mercado (sem propriedade cruzada e sem oligopólios; priorizando a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal) – quanto "internamente" à mídia – através do cumprimento dos Manuais de Redação que prometem (mas não praticam) a imparcialidade e a objetividade jornalística. E tem também que ser buscada na garantia do direito de resposta como interesse difuso, no direito de antena e no acesso universal à internet, explorando suas imensas possibilidades de quebra da unidirecionalidade da mídia tradicional pela interatividade da comunicação dialógica.

É apenas isso que a Diretriz 22 estava propondo na primeira versão do III PNDH[1].

ANEXO

DECRETO nº 7.037,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.

Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências [disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm]

[...]

Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Objetivo Estratégico I:
Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.

Ações Programáticas:

a) Propor a criação de marco legal regulamentando o art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura.

b) Promover diálogo com o Ministério Público para proposição de ações objetivando a suspensão de programação e publicidade atentatórias aos Direitos Humanos.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

c) Suspender patrocínio e publicidade oficial em meios que veiculam programações atentatórias aos Direitos Humanos.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça.

d) Elaborar critérios de acompanhamento edi-

[1] O Decreto nº. 7.177 de 12 de maio de 2010 altera o III PNDH. No que se refere especificamente ao direito à comunicação, o novo Decreto mantém a ação programática (letra a) da Diretriz 22 que propõe "a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados", mas exclui as eventuais penalidades previstas no caso de desrespeito às regras definidas. Foi também excluída a letra d, que propunha a elaboração de "critérios de acompanhamento editorial" para a criação de um ranking nacional de veículos de comunicação.

torial a fim de criar *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça.

e) Desenvolver programas de formação nos meios de comunicação públicos como instrumento de informação e transparência das políticas públicas, de inclusão digital e de acessibilidade.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça.

f) Avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça.

g) Promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso de pessoas com deficiência sensorial à programação em todos os meios de comunicação e informação, em conformidade com o Decreto nº 5.296/2004, bem como acesso a novos sistemas e tecnologias, incluindo internet.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça.

Objetivo Estratégico II:
Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação.

Ações Programáticas:

a) Promover parcerias com entidades associativas de mídia, profissionais de comunicação, entidades sindicais e populares para a produção e divulgação de materiais sobre Direitos Humanos.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações.

b) Incentivar pesquisas regulares que possam identificar formas, circunstâncias e características de violações dos Direitos Humanos na mídia.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

c) Incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência.

Responsáveis: Ministério das Comunicações; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça.

REFERÊNCIAS

FISHER, Desmond. (1984). *O direito de comunicar*. São Paulo: Brasiliense.

FREIRE, Paulo (1971). *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1ª. edição.

LIMA, Venício A. de (2011). *Comunicação e cultura: As ideias de Paulo Freire*. Brasília/São Paulo: Editora UnB/ Editora Fundação Perseu Abramo; 2ª edição revista, com nova introdução e prefácio de Nita Freire.

_____. (2004). "A atualidade do conceito de comunicação em Paulo Freire". In: Idem. *Mídia: Teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 1ª reimpressão.

MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

MATTELART, Armand (2008). "Passado e presente da 'sociedade da informação'". In: ROLIM, Renata (org.). *Rádio, movimentos sociais e direito à comunicação*. Recife: Oito de Março Gráfica e Editora.

UNESCO. *Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época* (Relatório McBride). Rio de Janeiro: EFGV; 1983

O'SIOCHRU, Sean e ALEGRE, Alan (2005). "Direitos da comunicação". In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel (coords.) (2005). *Desafios de palavras: Enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação*. Paris: C & F. Éditions.

As relações ambíguas do governo com a mídia

Por Gilberto Maringoni[1]

[1] Gilberto Maringoni é jornalista, doutor em História pela FFLCH-USP e professor da Fundação Casper Líbero. É autor, entre outros, de Ângelo Agostini – A imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910 (Devir Livraria, 2011)

Enquanto seus apoiadores acusam a mídia de ser golpista, governo prestigia e destina farta publicidade aos grandes meios de comunicação. Uma única edição de Veja teria recebido cerca de R$ 1,5 milhão em anúncios oficiais. É preciso regular e democratizar as comunicações. Mas também é necessário deixar mais claro os interesses de cada setor nessa disputa

Há algumas semanas, a revista *Veja* fez mais uma denúncia de corrupção contra um Ministro de Estado. Em duas semanas, Orlando Silva, titular do Esporte, estava fora da Esplanada. A reportagem valeu-se apenas do depoimento de uma testemunha, que em entrevista à *Folha de S. Paulo*, dias depois, afirmou não ter prova de nada. Mesmo assim, a matéria pautou os principais veículos de comunicação, com destaque para o *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

O caso é nebuloso. Nada indica que o Ministro tenha recebido dinheiro em uma garagem, como acusou a principal fonte de *Veja*. De outra parte, a relação promíscua do Estado com ONGs e "entidades sem fins lucrativos", que apresenta sérios indícios de irregularidades, precisa sempre ser examinada com lupa potente. É um dos legados da privatização esperta dos anos 1990, feita através de terceirizações de serviços que deveriam ser públicos.

Aliados do governo tentaram desqualificar não apenas a denúncia, mas os veiculo que a difundiram. Volta o debate de que estaríamos diante de uma mídia golpista, que não se conforma com a mudança de rumos operada no país desde 2003, que quer inviabilizar o governo etc. etc. A grande imprensa, por sua vez viciou-se em acusar todos os que discordam de seus métodos de clamarem pela volta da censura. Há muita fumaça e pouco fogo nisso tudo, mas faz parte do show. Disputa política é assim mesmo.

Maniqueísmo

É preciso colocar racionalidade no debate sobre os meios de comunicação no país, para que não deslizemos para maniqueísmos estéreis. Vamos antes enunciar um pressuposto.

A grande imprensa brasileira está concentrada em poucas mãos. Oito empresas – Globo, Bandeirantes, Record, SBT, Abril, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Rede Brasil Sul (RBS) – produzem e distribuem a maior parte da informação consumida no Brasil. O espectro vai se abrir um pouco nos próximos anos, para que as gigantes da telefonia mundial se incorporem ao time, através da produção de conteúdos para a TV a cabo. Mas o conjunto seguirá como um dos clubes mais fechados do mundo.

As corporações existentes há cinco décadas - Globo, Estado, Folha e Abril - apoiaram abertamente o golpe de 1964. Até hoje não explicaram à sociedade brasileira como realizam a proeza de falar em democracia tendo este feito em sua história.

Entre todos os meios, a revista *Veja* se sobressai como o produto mais truculento e parcial da imprensa brasileira.

Sobre golpismo, é bom ser claro. As classes dominantes brasileiras não se pautam pelas boas maneiras na defesa de seus interesses. Sempre que precisaram, acabaram com o regime democrático. Usaram para isso, à farta, seus meios de comunicação.

A imprensa é golpista?

No entanto, até agora não se sabe ao certo porque esta mídia daria um golpe nos dias que correm. O sistema financeiro colhe aqui lucros exorbitantes. A reforma agrária emperrou. Grandes empresários possuem assento em postos proeminentes do Estado - caso de Jorge Gerdau Johannpeter - ou têm seus interesses mantidos intocados.

Algumas peças não se encaixam na acusação de golpismo da mídia. Voltemos à revista *Veja*. Os apoiadores do governo precisam explicar porque a administração pública forra a publicação com vultosas verbas publicitárias, além de sempre prestigiarem suas iniciativas. Vamos conferir, pois está tudo na internet.

Veja tem uma tiragem de 1.198.884 exemplares (http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral), auditados pelo IVC. Alega ter um total de 8.669.000 leitores. Por conta disso, os preços de seus espaços publicitários são os mais altos entre a imprensa escrita. Veicular um reclame em uma página determinada sai por R$ 330.460. Já em uma página indeterminada, a dolorosa fica por R$ 242.200 (http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/precos).

Quem anuncia em *Veja*? Bancos, a indústria automobilística, gigantes da informática, monopó-

- Página 83 – Referências estão trocadas (os números)

lios do varejo e... o governo federal. Peguemos um exemplar recente para verificar isso.

Na edição de 12 de outubro – que noticiou a morte de Steve Jobs – havia cinco inserções do governo federal. Os anúncios eram do Banco do Brasil (página dupla), do BNDES, do Ministério da Justiça, da Agência Nacional de Saúde e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Supondo-se que as propagandas não foram destinadas a páginas determinadas e que os preços de tabela foram efetivamente cobrados, teremos um total de R$ 1.525.200.

Exato: em uma semana apenas, o governo federal destinou R$ 1,5 milhão ao semanário dos Civita, a quem seus aliados chamam de "golpista".

Prestígio político

Há também o prestígio político que o governo confere ao informativo. Prova disso foi o comparecimento maciço de ministros de Estado e parlamentares governistas à festa de quarenta anos de *Veja*, em setembro de 2008. Nas comemorações, estiveram presentes o então vice-presidente da República, José Alencar, o ex-presidente do BC, Henrique Meirelles, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o ex-ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, o ministro da Educação, Fernando Haddad e a senadora Marta Suplicy (confiram em http://veja.abril.com.br/veja_40anos/40anos.html).

E entre julho de 2010 e julho de 2011, nada menos que seis integrantes dos altos escalões governamentais concederam entrevista às páginas amarelas da revista. São eles: Dilma Rousseff, Aldo Rebelo, Cândido Vaccarezza, Antonio Patriota, General Enzo Petri e Luciano Coutinho.

Nenhum demonstrou o desprendimento e a sensatez do assessor especial da presidência, Marco Aurélio Garcia (então presidente interino do PT). Ao ser convidado para conceder uma entrevista a Diogo Mainardi, em novembro de 2006, deu a seguinte resposta: "Sr. Diogo Mainardi, há alguns anos - da data não me lembro - o senhor dedicou-me uma coluna com fortes críticas. Minha resposta não foi publicada pela *Veja*, mas sim, a sua resposta à minha resposta, que, aliás, foi republicada em um de seus livros. Desde então decidi não falar com a sua revista. Seu sintomático compromisso em não cortar minhas declarações não é confiável. Meu infinito apreço pela liberdade de imprensa não vai ao ponto de conceder-lhe uma entrevista".

RBS, Olívio e Lula

As relações ambíguas do governo e dos partidos da chamada base aliada com a grande mídia não se restringem à *Veja*.

Entraram para a história a campanha de denúncias e desgaste sistemático que os veículos da RBS moveram contra o governo de Olívio Dutra (1999-2003), do PT, no Rio Grande do Sul. Ataques sem provas, calúnias, mentiras e todo tipo de baixaria foi utilizada para inviabilizar uma gestão que buscou inverter prioridades administrativas. No auge dos ataques, em 2000, o jornal *Zero Hora*, do grupo, fez um ousado lance de *marketing*. Convidou Luís Inácio Lula da Silva para ser colunista regular. Até a campanha de 2002, o futuro presidente da República escreveu semanalmente no jornal, como se não tivesse relação com as ocorrências locais. Quando abriu mão da colaboração, Lula afirmou que o jornal prejudicava seu companheiro gaúcho (http://noticias.terra.com.br/imprime/0,85198,OI38721-EI342,00.html). O jornal ganhou muito mais que o ex-metalúrgico nessa parceria. Ficou com a imagem de um veículo plural e tolerante.

No mesmo ano, o ex-Ministro José Dirceu foi entrevistado pelo *Pasquim 21*, jornal lançado pelo cartunista Ziraldo. Naqueles tempos, as empresas de mídia enfrentavam aguda crise, por terem se endividado em dólares nos anos 1990. Com a quebra do real no final da década, os débitos ficaram impagáveis. Lá pelas tantas, Dirceu afirmou que salvar a Globo seria uma "questão de segurança nacional".

Comemorando juntos

As boas relações com a grande mídia se mantiveram ainda nas comemorações dos 90 anos da *Folha de S. Paulo*, em janeiro deste ano. Estiveram presentes à festa (http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/879061-politicos-e-personalidades-defendem-a-liberdade-de-imprensa.shtml) a presidente Dilma Rousseff - convidada de honra, que proferiu discurso recheado de elogios ao jornal - a senadora Marta Suplicy, colunista do mesmo, Candido Vaccarezza, líder do governo na Câmara, os ex-Ministros José Dirceu e Marcio Thomaz Bastos e o prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho. A *Folha* também recebe farta publicidade governamental, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Caixa Econômica federal, entre outras.

Nos momentos de dificuldade, dirigentes do governo procuram sempre a grande imprensa para exporem suas idéias. Foi o caso de Antonio Pallocci, em 3 de junho último. Acossado por denúncias de enriquecimento ilícito, o ex-Chefe da Casa

Civil convocou o *Jornal Nacional*, para dar suas explicações ao público (http://www.youtube.com/watch?v=Y5m_wyahXjY).

O mesmo Antonio Palocci – colunista da *Folha de S. Paulo* entre 2009 e 2010 - dividiu mesas com Roberto Civita, Reinaldo Azevedo, Demetrio Magnoli, Arnaldo Jabor, Otavio Frias Filho e outros, em palestra no afamado Instituto Millenium, em março de 2010 (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16432). A entidade congrega empresários do ramo e seus funcionários e se opõe a qualquer tipo de regulação em suas atividades.

Os casos de proximidade do governo e seus partidos com a imprensa são extensos. Uma das balizas dessas relações é o bolo da publicidade oficial. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicidade/midia/acoes-programadas-em-r/copy3_of_total-geral-administracao-direta-todos-os-orgaos-indireta-todas-as-empresas), a receita publicitária oficial em 2010 foi de R$ 1.628.920.472,60. Incluem-se aí os custos de produção e veiculação de campanhas, tanto da administração direta quanto indireta. Ressalte-se aqui um ponto: é legítimo o governo federal valer-se da publicidade para se comunicar com a população. A maior parte do bolo vai para os grandes grupos do setor.

No caso das compras de livros didáticos feitos pelo MEC, para as escolas públicas, o grande beneficiário é o Grupo Abril, que edita *Veja* (http://www.horadopovo.com.br/2010/dezembro/2921-08-12-2010/P4/pag4a.htm).

Reclamação e democratização

Apesar do PT, partido do governo, ter feito uma moção sobre a democratização das comunicações em seu último Congresso e do ex-ministro José Dirceu ter sido injustamente atacado recentemente pela *Veja*, é difícil saber exatamente que tipo de relação governo e partidos aliados desejam manter com os meios de comunicação. De um lado, como se vê, acusam a mídia de ser golpista. De outro, lhe dão todo o apoio.

Pode ser que tenham medo da imprensa. Mas o que não se pode é ter um duplo comportamento no caso. Diante da opinião pública falam uma coisa, enquanto agem de forma distinta na prática.

O ex-presidente Lula reclamou muito da imprensa em seu último ano de mandato. No entanto, "Não houve qualquer alteração fundamental no quadro de concentração da propriedade da mídia no Brasil entre 2003 e 2010. Essa constatação é feita pelo professor Venício Lima em brilhante artigo, publicado no final de 2010 (http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4902).

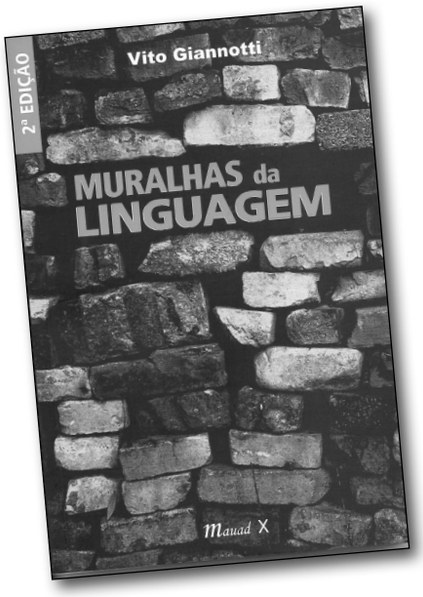
As resoluções da Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, mofam em algum escaninho do Ministério das Comunicações. O Plano Nacional de Banda Larga, que deveria fazer frente ao monopólio das operadoras privadas, acabou incorporando todas as demandas empresariais. O projeto de regulação da mídia elaborado pelo ex-ministro Franklin Martins desapareceu da agenda.

Como se pode ver, o governo e seus partidos de sustentação convivem muito bem com a mídia como ela é. Têm muita proximidade e pontos de contato, apesar de existirem vozes isoladas dentro deles, que não compactuam com a visão majoritária.

Nenhum dos lados tem moral para reclamar do outro...

Hegemonia, linguagem e contra-hegemonia[1]

Por Vito Giannotti[2]



---

[1] Vito Giannotti é coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação

[2] Este texto é o sexto capítulo do livro Muralhas da Linguagem, de Vito Giannotti, publicado pela editora Mauad.

Qual o sentido de tanta insistência com a linguagem, seja do ponto de vista do vocabulário, seja do ponto de vista da construção das frases? Isso não advém de uma preocupação lingüística ou artística. Ao contrário é essencialmente funcional, prática. Se as camadas populares querem afirmar e firmar sua política, seu projeto de outra sociedade, é necessário que estas o difundam. O divulguem e o espalhem entre milhares e milhões. Sem isso o sonho de um "outro mundo possível" não passa de uma veleidade. E para que esta mensagem seja assimilada e transformada em ação, é necessário que seja, antes de mais nada, transmitida de forma a ser entendida, compreendida. Desta simples premissa provém a conseqüência da necessidade de falar e escrever de maneira a que tal compreensão se torne possível.

Mas só esta precaução não é suficiente para garantir que a mensagem de "outro mundo possível" possa se espalhar que nem um rastilho de pólvora. São necessárias várias outras condições, como a freqüência da veiculação da mensagem, a sua apresentação de forma atrativa e muitas, muitas outras condições.

Porém, tudo isso não surtirá efeito se não se tiver uma clara compreensão da disputa que está em jogo. Uma comunicação popular pretende estar a serviço de uma classe, justamente a representada pelas camadas populares. Aquelas que, no nosso país, são descendentes direta ou indiretamente da nossa famosa Senzala. E estar a serviço da Senzala significa se colocar contra a Casa Grande, aquela que, de 1500 até hoje, sempre deteve o controle total da sociedade brasileira. Sempre foi a força hegemônica. E, sobretudo, não está absolutamente disposta a perder este controle.

Ou seja, pensar em comunicação popular é se dispor a fazer uma disputa contra-hegemônica. É querer afirmar, construir e consolidar uma nova hegemonia.

A necessidade de uma linguagem que comunique é essencial para construir esta nova hegemonia.

Por isso é preciso ter a noção exata do que significa esta disputa. Saber como os que hoje detêm esta hegemonia agem e estarão dispostos a agir, caso esta venha a ser ameaçada.

Por isso daremos uma olhada panorâmica na noção de hegemonia e em algumas manifestações históricas desta disputa.

A discussão da linguagem mais adequada para falar para milhões se insere nesta discussão política da disputa de hegemonia.

O sentido originário da palavra hegemonia está intimamente ligado à ação. Hegemonia significa bem mais do que ter a adesão intelectual de um punhado de colegas. Hegemonia significa uma visão que conquistou o coração e as mentes de muitos, que está fortemente implantada e que influencia as ações de uma grande parcela da sociedade. Hegemonia política implica dois elementos que se complementam e se garantem mutuamente. Hegemonia é uma visão de mundo feita de valores culturais, morais e políticos e, simultaneamente, uma força social que assegure e expanda esta visão. Podemos dizer que hegemonia é um forte consenso que se traduz em ação. Ação política. Assim, ter a hegemonia é ser capaz de dar a direção. Dar a direção político-ideológica à sociedade. Dar esta direção e implementar uma força político-social capaz de levar milhares e milhões nesta direção.

O sentido original da palavra remonta aos gregos. Com suas batalhas para espalhar seu domínio nas terras da antiga península da Anatólia e nos ricos vales dos rios Tigre e Eufrates, rumo à Índia. Para chegar a firmar este império, era necessário que Alexandre o Grande garantisse sua hegemonia. Garantisse a direção do exército. Ele dava a direção, a voz de comando, o rumo a seguir. Este é o sentido original da palavra hegemonia, na arte da guerra grega.

Então, deter a hegemonia não era a mesma coisa que ter a concordância de um clube de filósofos discutindo a famosa caverna de Platão. Hegemonia, para os gregos, era concordância com um objetivo e a obediência organizada, visando a uma ação prática comum. Hegemonia, no sentido original grego, não é contemplação, é ação mesmo: a guerra bruta dos invasores, que acabam sempre se autoproclamando conquistadores, quando não libertadores.

Vejamos como a palavra grega hegemonia foi introduzida na linguagem política dos teóricos e construtores de uma sociedade socialista, no começo do século XX.

Analisaremos o conceito de hegemonia em Lênin e em Gramsci e sua relação com a comunicação, e conseqüentemente, para nós, após o que vimos nestas páginas, com a linguagem.

Hegemonia e comunicação em Lênin

Dois milênios depois dos gregos, Lênin retomou

o conceito de hegemonia e o aplicou à guerra entre as classes da Rússia do começo do Século XX. Ele atribuiu um sentido claro ao novo conceito político: hegemonia como direção política. Direção a ser dada pelo partido, com o objetivo de implantar uma nova ordem social. Uma nova visão, uma nova teoria do mundo e uma nova ordenação: uma sociedade socialista. De novo hegemonia se liga diretamente à ação: construção de uma nova Rússia, uma Rússia que gradativamente seria definida como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Uma Rússia com "pão, paz e terra" para todos. O contrário da velha Rússia, com caviar e brioches para uns poucos e miséria de sobra para todos os outros.

Esta tarefa de destruir a velha sociedade e construir uma nova necessitaria do convencimento de milhares, no começo, até chegar a milhões no final. Convencimento da necessidade da revolução. E ação para concretizar esta revolução. Assim se estabeleceria a nova hegemonia e nasceria um novo país.

Para esta tarefa havia duas funções que se entrelaçavam, com a mesma relação do côncavo e do convexo nas culturas orientais. Numa relação dialética, como repetia Lênin: o convencimento e a organização da ação. Ou seja, a propaganda e a construção da organização partidária. Estas as tarefas principais a serem cumpridas para se preparar a revolução. Para chegar a ter a hegemonia. Uma era condição e, ao mesmo tempo, resultado da outra. Estávamos em 1902, 1903, 1904. Ainda demoraria uns 15 anos para a tomada do Palácio de Inverno. Lênin, em várias ocasiões, escreveu e falou sobre estas duas tarefas. Nos escritos de Lênin, há verdadeiros hinos à construção do partido. É o tema que mais aparece nos seus inúmeros textos, nestes anos.

Outro grande tema, presente a toda hora e que se interpenetra com o primeiro, é o da comunicação. Comunicação para a difusão da idéia da revolução, da sua necessidade. Como convencer os operários, os camponeses e os soldados da necessidade de se derrubar aquele regime de opressão e exploração? Como convencer milhões de operários, camponeses e soldados que a tarefa de todos era lutar por "pão, paz e terra"?

Lênin não tem dúvida: a tarefa central do partido é convencer milhões de russos de que o regime do czar precisava ser substituído por outro. Por um regime de justiça, o regime socialista. E o partido irá cumprir sua missão com uma ferramenta central à mão: um jornal. As passagens em que é reafirmada a necessidade inadiável de "um jornal para toda a Rússia", são repetidas quase com as mesmas palavras em vários escritos.

Em 1901, escreveu uma pequena brochura com o título mais claro do mundo: "Por onde começar". A pergunta não era retórica. Era claríssima e direta. Por onde começar para chegar à revolução? A respostas é imediata:

"Segundo pensamos, o ponto de partida para a atividade, o primeiro passo prático para a criação da organização que desejamos e, finalmente, o elo fundamental que nos permitirá desenvolver, alargar e aumentar incessantemente essa organização deve ser a criação de um jornal político para toda a Rússia. Antes do mais, precisamos dum jornal; sem ele não será possível realizar de maneira sistemática um trabalho de propaganda e de agitação múltipla, baseado em sólidos princípios, que em geral, constitui a tarefa principal e permanente da social-democracia". (Lênin – Por onde começar – 1901)

Já dois anos antes, num artigo num jornal operário, tinha afirmado a centralidade do jornal e sua função de formação política. Uma função pedagógica.

"Só um órgão central do partido, conseqüentemente na difusão dos princípios da luta política e que mantenha bem alto a bandeira da democracia, será capaz de atrair todos os elementos combativos da democracia e aproveitar todas as forças progressistas da Rússia na luta pela liberdade política. Só então o ódio surdo dos operários à polícia e às autoridades poderá ser transformado num ódio consciente ao governo autocrático e na resolução de lutar decididamente pelos direitos da classe operária e de todo o povo russo!" (Lênin – O problema essencial – em Robotchaia Gazeta, 1899)

Num dos seus textos mais famosos, O que fazer, de 1902, Lênin mostra a ligação íntima entre a comunicação e a ação:

"E se unirmos as nossas forças na publicação e difusão dum jornal comum, esse trabalho contribuirá para a preparação e promoção não só dos propagandistas mais hábeis, mas também dos organizadores mais capazes, dos dirigentes políticos do partido que tenham mais talento, que saibam, no momento oportuno, dar o sinal para o combate decisivo e dirigi-lo." (Lênin, O que fazer, 1902)

Assim, nos escritos e na prática do principal líder

da Revolução Russa, a necessidade da comunicação, para convencer e organizar as massas, teve um papel central. A nova hegemonia, de operários, soldados e camponeses, só seria possível com um partido que organizasse a luta revolucionária. E, para isso, a ferramenta para começar era um jornal. "Um jornal para toda a Rússia." Essa receita era dada num período de forte repressão a qualquer idéia e a qualquer organização que falasse de revolução. Repressão total a qualquer jornal, ou panfleto que tentasse acordar o povo e levá-lo no rumo da revolução. E daí? Com repressão, ou sem repressão, a necessidade era esta: criar um jornal para toda a Rússia.

Os dados da história da Revolução Russa são altamente esclarecedores. Em julho de 1917, três meses antes da Revolução, o Partido Bolchevique tinha 41 jornais: 27 em russo e o restante em línguas de várias minorias. Assim, para alcançar o máximo de raio de influência possível, os revolucionários publicavam seus jornais em lituano, armênio, estoniano, polonês etc. A tiragem total diária era de 320 mil exemplares.

Lênin fala do jornal. Na verdade está falando do conjunto da comunicação. Comunicação vista como a divulgação de fatos, de produtos culturais e materiais, assim como de idéias, planos, programas. Naqueles distantes anos da primeira década do século XX, falar em comunicação era falar em jornal. No começo do século XX, associado ao jornal, precariamente estava começando a ser usado o telégrafo. O telefone era ainda de uso muito restrito. Comunicação de massas só podia acontecer pela voz dos oradores como o próprio Lênin ou de célebres oradoras, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Ou, principalmente, pelo jornal. Não havia o mar de instrumentos de comunicação de hoje. O rádio iria ser difundido uns vinte anos depois. O cinema, que tanto impressionou Lênin, como instrumento para a construção da hegemonia, estava dando seus primeiros passos tímidos. Cinema era coisa da América. Na Rússia, estava apenas começando. Precisou esperar os anos do pós-guerra e a derrubada do poder do Czar, para o cinema chegar às terras da nova União Soviética. Lênin ficou tão impressionado com o potencial de comunicação deste novo meio que chegou a exclamar que "o instrumento mais importante para a revolução é o cinema". Porém, Lênin não teve tempo de ampliar sua idéia de comunicação além do jornal.

Para o criador do Estado Soviético a construção e a consolidação da hegemonia estavam intimamente ligadas à difusão, no meio das massas, da necessidade do programa, do ideal da revolução. Para isto era necessário um partido sólido que difundisse suas idéias e seus ideais, de manhã, de tarde e de noite. Um partido que, junto com a difusão de idéias, organizasse a força da nova classe detentora do poder. Poder com seus aparelhos de convencimento e de coação: sua vida cultural, sua nova arte, sua nova pedagogia nas escolas e seu Exército Vermelho como garantidor final do poder. Um partido que fosse um grande educador do povo. Que comunicasse por meio de discursos, comícios, jornais e até cinema a nova ordem implantada e seus novos valores, garantidos pelo Estado Soviético, com seu Exército Vermelho.

Hegemonia em Gramsci: consenso e força

Depois de Lênin, a idéia de hegemonia, no campo comunista, foi retomada pelo filósofo e ativista político italiano, Antonio Gramsci. No início, nos seu escritos dos primeiros anos da década de 20, ele emprega o termo no mesmo sentido de Lênin, como direção política da sociedade. Mas onde a palavra hegemonia será mais usada por ele é nos seus Cadernos do cárcere, já na década de 30. É aqui que a idéia de hegemonia será aprofundada e assumirá um sentido mais amplo que em Lênin. O ponto de partida é o sentido em que era usado pelo fundador do Estado Soviético e até pelos moderados ou indecisos mencheviques. Rapidamente, Gramsci dará ênfase à concepção de hegemonia como criação de um novo consenso. Hegemonia, para Gramsci, passa a ser vista como a "direção cultural e moral da sociedade." Uma direção com um forte acento na visão de mundo e de valores sociais e como conseqüência uma nova ordenação política.

Para criar este novo consenso, é necessário um grande trabalho de convencimento. Na sociedade que Gramsci analisa, a hegemonia é exercida pela classe dominante: a burguesia italiana, com todas as suas variantes. Para chegar a implantar uma outra hegemonia, a hegemonia da nova classe, da classe operária é necessária uma forte atividade contra-hegemônica. É necessário destruir a velha hegemonia e construir a nova. Para isto será necessário construir inúmeros "aparelhos privados de hegemonia". A dominação burguesa se apóia nestes aparelhos privados de hegemonia, que, na verdade se mesclam ao Estado, ou por via direta, ou por de eleições. A contra-hegemonia tem de se defrontar com esse aparato estatal e com o conjunto dos aparelhos privados, ou semiprivados, produzidos pela sociedade civil.

Gramsci associa o convencimento à consolidação simultânea do poder. Consenso e força estão intima-

mente ligados. A expressão gramsciana é consenso e coerção. Convencimento e fixação do avanço das mudanças culturais e morais em eleições e em conseqüentes leis. Ou porde novos instrumentos de força e novos organismos de fixação da nova hegemonia.

O conceito de hegemonia, em Gramsci, torna-se central na construção do seu pensamento. As interpretações dadas, pelos seguidores políticos do pensador e ativista italiano, à sua idéia central de hegemonia foram as mais diversas. Vão desde as mais conservadoras, ou reformistas, às mais revolucionárias.

Nos textos fragmentários dos Cadernos, fica marcada a repetição da necessidade de combinar a nova "direção cultural e moral" com a força de dominação exercida pela classe que vai exercer a nova hegemonia.

Este é o sentido do que Gramsci chama de contra-hegemonia. Uma luta contra toda uma visão de mundo que justificava a sociedade existente como se não fosse possível fazer diferente. A luta pela contra-hegemonia é pelo fim da dominação de classes, instalando a maioria e seus interesses no lugar da minoria. Esta dominação é o conjunto da estruturação e construção do novo poder, por meio de estruturas da sociedade política, que vão das leis às forças para fazê-las cumprir. Para Gramsci está claro que uma classe pode ter a força para impor sua vontade, mas nem por isso ela terá automaticamente a hegemonia. Esta implica persuasão, convencimento de um grande contingente social, da nova visão e da nova prática que esta implica. É neste sentido que o conceito de hegemonia, em Gramsci, se amplia ao campo das artes, da cultura, dos valores morais, no sentido de valores socioculturais. Hegemonia, para Gramsci, exige: "Unidade ideológica de todo um bloco social que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia." (A.Gramsci. Concepção dialética da história)

Este amplo consenso é resultado de um grande trabalho de persuasão, de demonstração de força organizada e da capacidade de provocar novas realidades. O processo educativo é fruto da discussão, da comunicação a mais pedagógica possível. Mas é, ao mesmo tempo a criação de formas de organização sociais capazes de substituir o velho poder.

Nesta construção de uma contra-hegemonia, é essencial tanto um programa de rádio, ou a criação de um novo jornal, como uma ocupação de fábricas, terras, ou prédios urbanos. Exemplificando, num quadro atual, é importante a publicação de um livro, como uma ação de protesto, com exigências de mudanças, a partir da queima de dezenas de ônibus. O convencimento e a força como forma de pressão, instrumento de educação e espaço organizativo da classe que está querendo destruir a velha hegemonia e construir uma nova.

Num exemplo atual de construção de hegemonia, os trabalhadores sem-terra têm um amplo leque de atuação. Para chegar à Reforma Agrária, numa sociedade que acha naturalíssimo perpetuar a Casa Grande e a Senzala, é necessário criar um amplo consenso de sua necessidade a partir de mil instrumentos. Instrumentos de convencimento e de ação. Simultaneamente organizar ações e difundir idéias. Assim, na visão do filósofo italiano, é necessário um movimento cultural que vá de músicas à exposição de fotos de um Sebastião Salgado e esteja alicerçado na ocupação constante de terras e na experiência da vida coletiva e solidária. Movimento que vá da apresentação de projetos de legislação via parlamento, à resistência organizada em ocupações e assentamentos. Da publicação de livros e revistas que propagandeiem a necessidade de mudar a estrutura secular de exclusão da sociedade brasileira, à produção exemplar de produtos agrícolas, pelo MST.

Para Gramsci está claro que hegemonia não é alcançada, e menos ainda consolidada, somente pela comunicação, e pela ação pedagógica. Não há ilusões de que a comunicação sozinha garanta o convencimento e, em decorrência, o consenso. É necessário consenso e força. Enquanto para as classes dominantes se trata da força da repressão, para os dominados o que está em jogo é a força da organização. Força da socialização do conhecimento, da criação e difusão de uma cultura ligada, de fato, às aspirações populares.

Força da criação de outras estruturas sociais, mesmo que parciais e provisórias. Força pela fixação em leis e garantias, graças à organizada nos vários setores sociais. Gramsci defende uma simbiose constante entre convencimento e força. Mas o passo inicial é o convencimento, em círculos concêntricos, até se chegar à organização em partido, capaz de levar para a luta revolucionária milhares e milhões.

O convencimento de milhões só será alcançado com uma comunicação que convença e arraste as massas atrás de um objetivo, de uma meta. Um programa de partido, ou de um movimento.

A questão que se coloca, ao ver a ênfase dada

pelos clássicos da revolução socialista à necessidade da comunicação é: Como comunicar? Como convencer? Como ser entendido?

Se a comunicação dos que querem disputar a hegemonia com os que já a detêm não for capaz de atingir seus destinatários, não há luta contra-hegemônica. Não há vitória possível.

O primeiro passo para uma comunicação que comunique é que esta seja falada, ou escrita, na língua daqueles que pretendemos convencer. Uma linguagem compreensível por quem a ouve, ou lê. Sem esse ponto de partida, todas as lições de Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci e todos os outros revolucionários ficarão escondidas. Incomunicáveis.

É claro que não estamos no clássico dilema de quem vem primeiro, se o ovo ou a galinha. Se é mais importante um programa revolucionário, ou uma boa comunicação do mesmo. É evidente que o primeiro, o essencial, o principal é o programa, o conteúdo. Mas, sua comunicação é o que vem em segundo lugar É a condição sem a qual este programa não será conhecido, divulgado e, possivelmente, abraçado. A forma, de maneira nenhuma passa à frente do conteúdo. Ela é secundária. Mas, sem uma verdadeira pedagogia que começa por uma linguagem que comunique, não há troca de conhecimentos. Não há comunicação. Há um discurso para si mesmo. Olhando para si mesmo num espelho.

Com esta comunicação-que-comunique estará garantida a possibilidade de se difundir uma política capaz de apontar outra sociedade futura. Falamos em possibilidade, não em resultado automático.

Mas a comunicação é apenas uma das duas pernas da hegemonia, em Gramsci. Um dos componentes essenciais do binômio da hegemonia: o consenso, o convencimento. Para conquistar esta hegemonia será necessário, ao mesmo tempo, construir a força para garantir e firmar o novo poder. Mas este outro componente não será analisado nestas páginas. É um componente que merece rios de tinta para ser devidamente aprofundado e, sobretudo, exige ação prática de milhões de atores sociais para ser pensado, na prática e implementado.

O que é radiojornalismo comunitário?

Por Dioclécio Luz[1]

[1] Este artigo é uma adaptação do Capítulo VII da minha dissertação de Mestrado sobre o tema "Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas", aprovada pela Universidade de Brasília em fevereiro de 2011.

Existe um jornalismo que seja típico das rádios comunitárias (RCs)? Em caso positivo, como ele se apresentaria?

Nossa pesquisa conclui que esse jornalismo não existe. Ainda...

Há indícios da sua existência em algumas práticas de rádios comunitárias, mas estaria em processo de formação.

Eis, a seguir, uma lista com alguns elementos (conceitos e práticas) que caracterizariam o radiojornalismo das rádios comunitárias. Em outras palavras: o jornalismo nas rádios comunitárias seria desse jeito:

1 - A notícia como "um processo"

A notícia não se esgota com a difusão da notícia. O acontecimento continua sendo notícia enquanto for de interesse da comunidade. Cabe a equipe de jornalismo da rádio estabelecer o prazo de validade do acontecimento, em acordo com a comunidade.

Não basta identificar o que é notícia para a rádio, mas do jornalismo ter sensibilidade para perceber quando o tema deve prosseguir na pauta ou quando ele já se esgotou.

2 - O ouvinte faz a notícia

Não se trata aqui da simples "interação" estabelecida entre a emissora e o ouvinte, como acontece com outras emissoras de rádio (e também nas televisões). Não é apenas o ouvinte ligando e pedindo para tocar determinada música ou reclamando do posto de saúde. Na rádio comunitária o ouvinte é parte da rádio e tem o direito de informar pelo telefone, deixar o recado para o locutor, ou usar o microfone da rádio para relatar o acontecimento.

3 - Linguagem informal

A linguagem de rádio é uma linguagem informal. Ou uma linguagem que busca a informalidade. Ao buscar a informalidade ele cria uma linguagem própria, que não é exatamente a coloquial, mas uma versão "falsa" de coloquialidade para o rádio. É "falsa" na medida em que a conversa se dá em moldes diferentes de uma conversa com o ouvinte, o interlocutor, mas, ao mesmo tempo, é uma conversa porque o locutor fala para "uma pessoa", esse "ouvinte", no singular, que lhe escuta e com quem conversa por telefone. Jornalista, radialista e escritor[1], Milton Jung explica:

> Nunca somos naturais diante do microfone. Jamais agimos da mesma maneira que na vida privada. Nem devemos. Para falar ao público, cumpre-se um ritual que dá sentido ao discurso, torna a comunicação eficaz e procura seduzir. Se alguém parece ser natural, isso é obra do exercício diário da profissão. Assim como um ator que ensaia muito antes de subir ao palco, o jornalista de rádio também usa recursos artificiais para representar um personagem que, às vezes, se parece muito com ele. Aliás, quanto mais parecido for melhor será o resultado. (JUNG, 2009, p. 71).

Walter Sampaio diz que:

> Linguagem coloquial no radiojornalismo nada mais é do que a linguagem do cotidiano, isto é, a linguagem oral em oposição à escrita. Sendo essencialmente oral, ela estabelece um certo diálogo mental entre emissor e receptor. Mas para que esse fluxo comunicativo se realize há certas regras que não podem ser desprezadas porque, caso contrário, o diálogo vira solilóquio, do emissor para ele mesmo, sem a ponte dialogal. Essas regras são simplicidade, correção e seriedade. (SAMPAIO, 2008, p. 42)

Mas é preciso observar que o tom coloquial é uma característica do veículo rádio, e não somente da RC.

> Uma das características do rádio é a proximidade com o ouvinte, a conversa direta com o cidadão. A expressão "falar ao pé do rádio" transformou-se em lugar comum, mas reproduz bem a sensação de quem está à frente do microfone contando histórias do cotidiano. (JUNG, 2009, p. 39).

A informalidade tem como vantagem facilitar a aproximação do locutor com o ouvinte. A informalidade é a linguagem da conversa horizontal, do igual para igual. Ela funciona para fazer a aproximação porque seduz mais esse ouvinte do que aquele locutor engravatado que fala "de cima para baixo".

A informalidade está associada ao bom humor. Mas isto não existe somente nas rádios comunitárias. O bom humor é uma característica da linguagem do

[1] Atualmente Milton Jung comanda o noticiário da manhã da Rede nacional da CBN.

veículo rádio. Diz Milton Jung:

> Ser simples, claro e objetivo é usar linguagem coloquial, sem vulgaridade. É falar e escrever de forma que o ouvinte entenda de imediato. Exemplos: dizer causa da morte em lugar de causa mortis; trocar genitora por mãe; lograr êxito por ter êxito, vítima fatal por morto; e anuência por aprovação. Mesmo expressões usadas com freqüência podem ser simplificadas. É o caso de reforma tributária que pode ser traduzida por mudanças nos impostos. (JUNG, 2009, p. 62)

Para Milton Jung, o rádio, um veículo que ensina e educa, "pode cumprir essas funções com bom humor sem perder sua importância ou influência". E acrescenta:

> Durante a apresentação de um programa, sorrir no momento certo dá significado ao texto. Tem a força de um editorial, se feito com ironia. Ajuda o interlocutor a perceber melhor a informação. [...] Comentários bem humorados tendem a ser lembrados com mais freqüência pelo público. É comum a pessoa se referir a uma brincadeira feita durante o programa em vez de comentar a notícia em destaque. O cidadão sente-se mais próximo do apresentador ou do repórter ao encontrar nele alguém capaz de sorrir, sem medo de dividir um instante de alegria. (JUNG, 2009, p. 133).

Enfatizamos o humor no rádio:

> Alegria, alegria!
>
> Seja bem-humorado. Não seja fúnebre nem formal. O bom comunicador consegue tratar dos mais diversos temas mantendo a alegria. Rádio é no pé do ouvido, e aí o tom tem que ser alegre.
>
> A alegria muitas vezes se disfarça como energia. Um locutor vibrante, aquele que sente na pele o que está acontecendo, em qualquer situação é capaz de tratar de qualquer assunto – alegre ou triste - sem incomodar ao ouvinte. Pelo contrário, não importa o tema, ele sempre tem uma abordagem que lhe dá credibilidade junto ao público. (LUZ, D., 2004, p. 57).

4 - Prioriza o lugar

Informar sobre a comunidade é prioritário no jornalismo de RC. O que acontece na comunidade é a principal notícia da rádio comunitária – é o que ocupa mais espaço no jornalismo, é o que lhe dá mais audiência, é o que mais cria laços com a comunidade.

A professora Cicilia Peruzzo[2] observa que o jornalismo de RC deve partir do local, privilegiando assuntos que tratam das pessoas dessa comunidade, ou que compartilham "outras afinidades ou modos de vida[3]". Jerry Oliveira, de Campinas, São Paulo, tem opinião parecida: "um jornalismo que não convive com a realidade local não é jornalismo[4]", diz ele.

Edisvânio Nascimento, fundador e diretor da rádio comunitária Santa Luz FM (sertão da Bahia), diz que: "notícia é focar nas causas do município, da nossa cidade, da nossa comunidade[5]".

5 - Compromisso com a comunidade

A emissora estabeleceu um contrato com a comunidade: a sua missão é fazer a defesa da comunidade. Foi um compromisso assumido de origem e expresso em Lei (artigos 3º e 4º da Lei 9.612/98).

Edisvânio diz que não basta noticiar; se há um problema na comunidade a rádio precisa estar lá.

> Porque se não vai (ao local) o **compromisso** com a comunidade você não tem. Além de noticiar tem a questão do compromisso, um compromisso que você tem de brigar por ela (a comunidade). E aí nós vamos até o final ver se resolve o problema. Para não ser taxado de que não resolve o problema deles[6]. (grifo nosso).

Ele advoga a constituição de uma relação visce-

---

[2] Cicilia Peruzzo é professora da Faculdade de comunicação da Universidade Metodista (SP) e tem vários textos publicados sobre comunicação comunitária.

[3] Depoimento ao autor em 19/05/2010.

[4] Jerry coordena uma rede de jornalismo de rádios comunitárias na região de Campinas (SP). Entrevista por telefone em 02/06/2010.

[5] Depoimento ao autor em 24/09/2009.

[6] Idem.

ral entre rádio e comunidade:

> **Ela é da Comunidade,** neste sentido a emissora é formada e tem que ser pela comunidade, pelos diversos segmentos que nela estão incluídos;
>
> **Para a Comunidade,** neste segundo, a Rádio é sim feita pela comunidade para desenvolver um trabalho social, educacional e cultural observando a realidade a que pertence;
>
> **Com a comunidade,** neste último costumo dizer que a Rádio que se diz Comunitária, mas que não ouve a comunidade, por si só, perde a sua essência e deixa de ser Comunitária. Pois a Rádio Comunitária é feita para ser apartidária, não ter em sua grade de programação, tendência política, ideológica ou religiosa, não devendo haver nenhum tipo de exclusão ou discriminação. (NASCIMENTO, 2009, grifo do autor)

Denise Viola[7] diz:

> O compromisso de uma rádio comunitária, assim como o compromisso de uma rádio cidadã, é com quem está do outro lado do radinho, é com o ouvinte, é com o público daquela rádio[8].

Claudinha, da comunidade de Heliópolis, considerou que a RC deve: "defender os interesses da comunidade; informar sobre os seus direitos e deveres; defender os moradores[9]".

6 - A notícia é serviço social

A notícia faz parte de um contexto social. Principalmente as notícias que partem do local.

A professora Cicilia Peruzzo fala em "jornalismo serviço[10]". Cléber Silva, da Rádio Valente, no sertão da Bahia, diz que deve se "tratar a notícia com uma visão mais social que comercial"; "notícia é tudo que tem interesse social". Notícia inclui "prestação de serviço, recados de namoro[11]".

Edisvânio, da Santa Luz FM, reforça esse papel da notícia:

> A gente entende que todo momento é momento para se divulgar o social; teve, a gente está lá. O problema aí é se informam a gente, se informou tem missa, batizado, assembléia, pastoral, reunião de associações, sindicato, grupos de jovens. Às vezes tem pequenos grupos que fazem reuniões de bairros, grupos de teatros, fanfarra...[12]

A notícia numa RC é mais que informação. Ela é o elemento agregador ou desagregador do coletivo. Em comunidades carentes as notícias mais que informam, elas dão o contexto social, relatam a ausência do Estado, ou seus abusos, as conquistas e derrotas da comunidade, manifestam seus sonhos e pesadelos.

A notícia na rádio comunitária necessariamente faz a crônica do cotidiano das pessoas do lugar. Notícias sobre casamentos, batizados, reuniões religiosas, formaturas; ou notícias sobre o caos no setor de Saúde, sobre a precariedade das escolas, oferta de empregos, cumprem um papel importantíssimo para a comunidade. Elas revelam, constroem e sustentam a identidade da comunidade. A notícia não expressa apenas o acontecimento, ela diz como são as pessoas, como elas interagem, o que pensam, o que projetam; a notícia diz como é a comunidade.

A notícia também se confunde com a rádio. Não há RC sem essa busca do social. Isto é, sem a procura dessa identidade da comunidade; uma identidade que se constrói do indivíduo para o coletivo e vice-versa.

7 - Credibilidade

A credibilidade é fundamental para as RCs. É um valor e uma medida da relação entre os envolvidos – a rádio e a comunidade. A credibilidade é também um processo. Significa a construção e manutenção de

---

[7] Denise milita na área há muito tempo. Ela integra a rede de mulheres da Amarc-Brasil.

[8] Depoimento ao autor em 13/04/2010.

[9] Jornalista, na época dessa entrevista Claudia Neves, a Claudinha, era diretora de jornalismo da Rádio Heliópolis (SP). Depoimento ao autor em 08/02/2010.

[10] Depoimento ao autor em 19/05/2010.

[11] Cléber foi fundador e atualmente dirige o jornalismo da Rádio Valente. Depoimento ao autor em 27/09/2009.

[12] Depoimento ao autor em 24/09/2009.

uma relação de confiança da rádio comunitária com a comunidade. A credibilidade se sustenta quando a comunidade percebe que pode contar com a rádio: ela está presente nos momentos mais importantes, nos debates mais polêmicos, nas situações em que é preciso um porta-voz firme, nas denúncias que faz contra os abusos do poder, ao difundir o que é de interesse da comunidade; também está presente nas suas conquistas, nas celebrações, nas festas e reuniões.

Perder a credibilidade significa perder a audiência, o que já é um transtorno para operação da emissora. Mas o pior da perda da credibilidade é a perda da confiança: a rádio comunitária não é mais uma aliada da comunidade. Este é um prejuízo de grandes proporções - não há como imaginar uma RC sem esse contrato de parceria com os integrantes da comunidade.

8 - Liberdade do radiojornalismo

O radiojornalismo da RC deve ter autonomia e liberdade para trabalhar. Ele não pode se submeter aos poderes locais ou a grupos de interesse.

Conforme José Cleves, a liberdade do jornalismo atua para evitar erros:

> Qualquer erro da imprensa pode perpetuar a impunidade ou a injustiça, motivo pelo qual nunca se deve abdicar da independência jornalística, sob pena de se distanciar da verdade. (CLEVES, 2009, p. 166).

Este é um dos grandes desafios do radiojornalismo comunitário. As emissoras comerciais e educativas têm mais condições econômicas, políticas e até legais para se sustentar, as comunitárias, porém, estão fragilizadas pela lei, pela limitação de recursos financeiros e humanos, pelas ações discricionárias do Estado.

Conquistar essa liberdade é conquistar o direito de fazer um jornalismo isento, o que vai lhe permitir cumprir sua missão junto à comunidade. Liberdade pressupõe autonomia para abordar os mais diversos temas e para fazer a crítica aos poderes instituídos.

A autonomia é fundamental para o radiojornalismo e para a emissora. A rádio pode perder a confiança da população se esta perceber que o radiojornalismo da emissora não tem autonomia e independência. Os ouvintes podem notar que o noticiário faz a defesa sistemática dos poderes constituídos, ou se omite na abordagem de temas que estão na comunidade para não ferir interesses de grupos ou pessoas; ou manipula informações; ou mente,... Em resumo: a rádio comunitária perde a credibilidade junto à comunidade quando deixa de fazer jornalismo. A liberdade do jornalismo é fundamental.

> É preciso deixar claro para o mercado a total independência do departamento de jornalismo, não apenas quanto ao assédio comercial, mas também às pressões políticas. (JUNG, 2009, p. 89)

Quanto ao papel do jornalista:

> Ao jornalista cabe a isenção ao executar seu trabalho. Palavra que nos dicionários é usada como sinônimo de imparcialidade mas que, na cobertura jornalística vem a ser o exercício intelectual da busca da verdade por meio da apresentação do contraditório e da abertura de espaço para os diferentes pontos de vista. É a caminho da isenção que se afasta o risco de os meios de comunicação se transformarem em veículos panfletários, instrumentos de grupos econômicos, políticos e religiosos. (JUNG, 2009, p. 109)

O conceito de liberdade no jornalismo não se restringe às rádios comunitárias. O jornalismo, em qualquer circunstância, deve ter isenção e autonomia – é o que prevê, junto conosco, autores como Meditsch, Jung, Traquina, entre outros. Traquina enfatiza: "o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia" (TRAQUINA, 2005, p. 23) – não é jornalismo.

Quando uma emissora comunitária, mesmo fragilizada por diversas limitações, consegue fazer um radiojornalismo com qualidade, ela adquire características próprias que a diferenciam de quem não faz isso. Mas se se dobra aos interesses comerciais, políticos ou religiosos, deixa de fazer jornalismo, engana o ouvinte - não deve ser considerada RC.

Sim, a RC é um espaço de disputa política intra e extramuros. É grande o assédio dos poderes locais, em especial dos políticos e das religiões, que querem espaço, querem fazer proselitismo. Não é fácil garantir as fronteiras para um jornalismo livre.

> Se uma rádio se casa com um partido político, já não faz comunicação, mas propaganda. Se o pensamento e a opção política dos dirigentes excluem a quem pensa diferente estamos diante de um simples aparelho de persuasão para captar eleitores e votos. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 84, tradução nossa).

Para José López Vigil[13] é fundamental que a RC garanta a sua independência informativa. O que significa isso? Ele sintetiza em seis pontos:

> 1) TRANSPARÊNCIA: Os fatos não serão manipulados em favor de ideologias, partidos políticos, religiões ou interesses distantes da verdade e da noticia.
>
> 2) NÃO SE CALAR: Não se intimidar por ameaças ou chantagens, venham de onde vier, destinadas a amordaçar quem informa.
>
> 3) NÃO SE DEIXAR COMPRAR: Recusar dinheiro, viagens, doações ou privilégios, de origem pública ou privada, destinados a interferir no trabalho informativo.
>
> 4) NÃO SE VENDER: Atitudes servis ante os chefes ou anunciantes para assegurar o emprego ou não perder publicidade é também uma forma de corrupção.
>
> 5) TER AGENDA PRÓPRIA: Não ser repetidores de grandes cadeias (de comunicação) que, por sua vez, são vozes de interesses econômicos, políticos ou militares.
>
> 6) COMPROMISSO COM A CIDADANIA: A primeira lealdade, antes de ser com a instituição com a qual trabalha, é com a comunidade. Os comunicadores e comunicadoras devem ao povo. (LÓPEZ VIGIL, 2008, p. 286, tradução nossa).

9 – Valor-notícia focado na comunidade

É função do jornalista selecionar, entre tantos acontecimentos, o que é notícia. É preciso ter critérios para fazer essa seleção, saber identificar os valores-notícia ou "critérios de noticiabilidade". Mas o que é isso?

> Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de ser notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo "valor-notícia" (*newsworthiness*). (TRAQUINA, 2005, p. 63).

O foco da notícia na RC é a comunidade. João Moreno, da Líder FM, no Distrito Federal, fala disso: "qual o problema que existe dentro da comunidade? O que falta para a comunidade ser bem atendida no âmbito geral?"[14].

Definir o que é notícia para o radiojornalismo comunitário requer o desenvolvimento de uma "sensibilidade" com relação ao veículo e, principalmente, um olhar diferenciado sobre a comunidade. É o olhar do repórter-parceiro da comunidade. É o repórter que vê o que poucos vêem, e decide: "isto é notícia"; é o olhar do morador que percebe e avisa: "a RC precisa denunciar isso"; "a rádio precisa fazer alguma coisa em relação a isso". Estas decisões nem sempre são objetivas. Na dúvida apela-se para a regra geral: tal fato é notícia porque é importante para comunidade.

Em nossa opinião (LUZ, D., 2004, p. 87), é notícia para o radiojornalismo comunitário aquilo que:

1. Aconteceu na comunidade
2. É de interesse da maioria
3. Tem a ver com o cotidiano da comunidade
4. É uma ação do povo organizado
5. É uma ação do homem comum
6. Promove a educação
7. Promove a arte e cultura local
8. Promove a integração da comunidade
9. Aconteceu no Brasil e diz respeito a todos
10. Estimula a criatividade, a cultura e a beleza.

Andrés Geerts, da *Associación Latinoamericana de Educación Radiofónica* (ALER), diz que na rádio "queremos escutar":

> ✓ o que se passa em nossos campos e nossos bairros,
> ✓ o que sofremos e também o que gozamos,
> ✓ o que nos fazem e também o que fazemos,
> ✓ nossa vida, nossa cultura, nossas organizações,
> ✓ nosso ponto de vista sobre o que é nosso e o alheio,
> ✓ e como quiséramos que fosse este mundo ingrato. (GEERTS, 1993, p. 9, tradução nossa).

Para José López Vigil (1997, p. 239) são cinco

[13] Lopez Vigil tem vários livros publicados sobre o tema.

[14] Depoimento ao autor em 31/03/2010.

os valores-notícia de uma rádio comunitária:

a) A proximidade da notícia com a audiência.
b) O raro, o insólito, o extraordinário.
c) O trágico, o desastroso, o catastrófico.
d) O interesse humano.
e) Sangue e sêmen (*o amor e o ódio, ou Eros e Tanatos, que se traduz como sexo e violência).*

De um modo geral, o valor-notícia no jornalismo, não importando o veículo, obedece a critérios básicos de noticiabilidade. Há quase um consenso com relação a estes critérios: o insólito, o extraordinário, a proximidade, o interesse humano, a guerra, a morte, relevância, notoriedade, calamidades, etc.

Se os responsáveis pelo jornalismo na rádio comunitária sabem o que é importante para a comunidade podem não apenas identificar o que é notícia a partir de um ponto de vista mais geral (saiu na grande imprensa, por exemplo), como relatar fatos da comunidade que, aos olhos de uma pessoa de fora, pareceriam desnecessários ou distantes do que se entende por jornalismo. É o caso das "notas sociais"[15]. Podemos ter o caso do ouvinte que liga, ou vai à rádio informar que está muito feliz porque sua filha vai se casar. Ou anuncia que vai fazer uma viagem para suas origens. A rádio pode se limitar a esse informe ou ampliar e contextualizar a migração, o porquê da migração, as condições de vida dos migrantes na cidade grande. Como também, infelizmente, pode apelar como fazem alguns programas e explorar a miséria.

Noticiar sobre questões familiares ou pessoais é o que Jerry de Oliveira tratou como "pessoalidade[16]". A nota ou o comentário sobre determinada pessoa será importante para todos.

As "notas sociais" da comunidade são um contraponto saudável às tradicionais "colunas sociais", presente na maioria dos jornais, grandes ou pequenos. As "colunas sociais" divulgam as atividades dos ricos e das celebridades, das elites locais e nacionais. Em contrapartida, as "notas sociais" da comunidade promovem a integração e a solidariedade entre os da comunidade, revelando, muitas vezes, detalhes da intimidade dos moradores que criam laços com os demais. Quando tornadas públicas pela rádio, "pequenas conquistas" individuais (formaturas, casamentos, aprovação em concurso) podem aproximar os da comunidade.

10 - Prestação de serviço

Uma das principais missões da RC é prestar serviços à comunidade e o radiojornalismo da emissora tem um grande papel nisso. A prestação de serviços acontece mesmo quando não há um jornalismo mais presente; mesmo quando a rádio não tem programa específico de jornalismo há pessoas (locutores) fazendo isso. Existe uma demanda natural da comunidade em ser informada sobre quem está oferecendo empregos; há desempregados em busca de empregos; há pessoas tentando localizar documentos perdidos; a comunidade está interessada nas campanhas de Saúde, em matrículas nas escolas; há uma demanda por roupas e agasalhos, comida, utensílios domésticos, próteses e cadeiras de rodas, material de construção.

11 - Formato de radiojornalismo para RC

De um modo geral, o tratamento dado à notícia numa rádio comunitária é diferenciado, singular. Para Cléber, da Valente FM, isso acontece desde a seleção da pauta até sua veiculação na rádio. Batista[17], dirigente da rádio comunitária Utopia FM, também fala num "tratamento" especial para informação[18]. Cicilia Peruzzo observa que o tradicional lead não conta para as RCs: elas teriam mais debates, entrevistas e notas, do que reportagens[19].

Haveria, portanto, um formato de radiojornalismo próprio das rádios comunitárias.

Mas qual seria este formato singular? Não há uma resposta conclusiva. Sabemos, porém, que ele se aproxima do conjunto dos "detalhes" aqui apresentados e que não é um modelo que se aplique a todas as RCs, principalmente se considerarmos que as comunidades são diferentes e requerem manifestações diferentes.

12 - As fontes de notícia estão na comunidade

A rádio comunitária deve adotar a comunidade como principal fonte do seu jornalismo. É na

[15] Consideraremos "notas sociais" os informes sobre as relações sociais e as conquistas pessoais e familiares dos que constituem a comunidade.

[16] Entrevista por telefone em 02/06/2010.

[17] João Batista de Oliveira Filho.

[18] Depoimento ao autor em 29/03/2010.

[19] Depoimento ao autor em 19/05/2010.

comunidade que acontecem os fatos mais importantes para a comunidade. São as pessoas do lugar, as lideranças, as instituições públicas ou privadas, sindicatos patronais ou dos trabalhadores, que mais frequentemente têm as informações necessárias para suprir o noticiário da RC.

A professora Cicilia Peruzzo diz que as principais fontes do radiojornalismo comunitário devem ser as pessoas comuns[20]. Mirim, dirigente da rádio comunitária Novos Rumos (Município de Queimados-RJ), acredita que a notícia vem "através da denúncia dos ouvintes ou até mesmo de elogios; a gente sai de dentro da rádio e vai procurar a notícia na rua[21]". Denise Viola, da Rede de Mulheres no Rádio afirmou: "quem decide o que é notícia é o ouvinte da rádio[22]". Nesta mesma linha, Edisvânio, da Santa Luz FM, coloca que "notícia, sobretudo, é focar nas causas do município, da nossa cidade, da nossa comunidade[23]". O jornalismo da emissora de Santa Luz FM começa com o levantamento das notícias junto a sindicatos e associações, hospitais e Polícia.

Se a comunidade deve participar da RC, ao atuar como fonte ela fornece os principais elementos do jornalismo. Ao fazer isso ela é mais que uma fonte de informações: a comunidade dá e recebe as informações; provoca e é provocada. Quando isso acontece, a comunicação se orienta para a sua forma mais horizontalizada – quando todos são fontes e são locutores, informantes, e também ouvintes. "O ouvinte participa fazendo a notícia[24]", resume Cléber da Valente FM.

A questão das fontes é um problema do jornalismo de um modo geral.

Recortar a notícia dos jornais e agências na internet e depois fazer a leitura no microfone da rádio não é uma prática exclusiva das comunitárias. Diz Jung:

> Oito décadas depois (do surgimento do rádio), ainda é possível encontrar jornalistas de rádio que têm como "inspiração" jornais impressos. Notícias do dia anterior, que já não chamam a atenção nem dos leitores são reproduzidas em um veículo que tem compromisso com a agilidade. Erro provocado pela falta de pessoas, de tempo, de criatividade e de vergonha na cara. (JUNG, 2009, p.19).

Para o jornalista Francisco Sant'anna "a exemplo do verificado na *webimprensa* brasileira, grande parcela do radiojornalismo se limita a um ato de *piratagem jornalística* ou *chupagem*, segundo o jargão profissional (autorizada ou não), onde prevalece o *copiar colar*" (2008, p. 88).

> No rádio brasileiro, a maior parte do conteúdo [...] não é produzida por meio de um trabalho de apuração e checagem de informações em que o repórter "vai para a rua" antes de escrever a reportagem. O que acontece, na maioria dos casos, é a cópia de material de outros veículos. *(*ADGHIRNI apud SANT'ANNA, 2008, p. 88).

A cartilha elaborada pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), "Para fazer uma rádio comunitária com 'C' maiúsculo", orienta o sobre as possíveis fontes de uma RC e de como o leitor fazer uso delas:

> **Jornais, revistas, outras rádios, telejornais e agências de notícias**: tome cuidado para não reproduzir simplesmente o que é veiculado pela mídia em geral. Muitas vezes, tais informações são carregadas com uma postura tendenciosa, vinculada a interesses em desacordo com a proposta das comunitárias;
>
> **Documentos e bibliotecas**: enciclopédias renomadas e documentos emitidos por instituição com credibilidade são ótimas fontes. No caso dos livros, procure informar-se sobre os autores para compreender melhor suas idéias e intenções;
>
> **Correspondentes**: jornalistas que trabalham para a emissora ou o programa que têm como tarefa recolher periodicamente os fatos da sua área para enviar com a sua própria voz;
>
> **Internet**: a rede mundial de computadores

[20] Depoimento ao autor em 19/05/2010.

[21] Depoimento ao autor em 13/04/2010.

[22] Depoimento ao autor em 13/04/2010.

[23] Depoimento ao autor em 24/09/2009.

[24] Depoimento ao autor em 27/09/09.

> oferece de tudo, o que presta e aquilo que não é confiável. Dentro da mídia descentralizada, existem dezenas de blogs, portais, páginas e fontes de informação populares muito interessantes. Dentre estas, estão dezenas de páginas com arquivos de conteúdos de áudio e que podem ser baixados gratuitamente. A pesquisa permanente é a melhor maneira de se informar e buscar os bons conteúdos da internet. Mas aqui, as fontes são sempre suspeitas. Priorize pesquisas fatuais, com dados brutos e legalmente respaldados, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Controladoria-Geral da União (CGU), etc. Além de portais renomados de movimentos populares, jornalismo de investigação e instituições de ensino. Eles darão mais credibilidade às informações veiculadas. (GIRARDI; JACOBUS, 209, p. 56).

Para José Cleves, as fontes de informação se dividem em dois campos: **oficial** e **alternativa** (2009, p. 179):

> ✓ **Fonte oficial** é a autoridade pública ou alguém que fale por ela.
>
> ✓ **Fontes alternativas** são as "oficiosas" (pessoas não autorizadas a falar pela autoridade, mas ligadas ao poder) e as "independentes" (informantes e testemunhas "sem ligação jurídica com o caso"). Segundo José Cleves, para o jornalismo investigativo as fontes independentes são as mais confiáveis.

13 - Propaganda não é jornalismo

A publicidade nas rádios comunitárias deve obedecer a critérios específicos, diferentes dos que são adotados para as emissoras comerciais. O que for colocado como fala publicitária na RC deve ter o aval da comunidade. A comunidade pode não ficar satisfeita se a "sua" rádio comunitária promover o comércio de agrotóxicos ou de produtos suspeitos. E tudo fica mais complicado ainda se a propaganda for mascarada e veiculada como jornalismo, ocultando os reais interesses do enunciado, enganando a audiência[25].

Sobre o assunto, disse Jung:

> Deve-se ter muito claro que o fato de que notícia não é propaganda, não tem preço e não se resolve com dinheiro – pelo menos em um cenário socialmente responsável. [...] É preciso deixar claro para o mercado a total independência do departamento de jornalismo, não apenas quanto ao assédio comercial, mas também às pressões políticas. (2009, p. 88)

As pressões políticas numa cidade do interior podem se converter em negócios, e, depois em jornalismo comprometido com os políticos. Não é jornalismo, mas propaganda, "vendida" aos ouvintes como notícia. Uma entrevista com o prefeito ou deputado, a inauguração de uma obra, a crítica a determinados políticos e o elogio a outros, podem ocultar à comunidade a existência de contratos de publicidade estabelecidos entre a rádio comunitária e alguns políticos.

14 - O tempo do jornalismo é dado pela notícia.

O jornalismo de uma rádio comunitária não se limita ao tempo da programação. Existe a liberdade para o noticiário avançar sobre a grade de programação, indo além do estabelecido. Trata-se de valores. O que é mais importante para a rádio comunitária: noticiar um fato importante para comunidade e avançar nesta notícia ou obedecer à grade de programação?

Quando a emissora está preocupada em oferecer serviços, integração, cultura e educação da comunidade, como estabelece os fundamentos da emissora, é difícil imaginá-la prisioneira de uma grade que corta o noticiário para colocar um programa de menos importância. A comunidade sairia perdendo caso a rádio deixasse de noticiar ou debater com a necessária profundidade temas que lhe dizem respeito.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEVES, José. **A justiça dos lobos:** porque a imprensa tomou o meu lugar no banco dos réus. Belo Horizonte: Biográfica, 2009.

GEERTS, Andrés. **Guia para El trabajo com corresponsales populares**. Série: como hacer rádio popular nº 1. Quito (Equador): Associación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 1993.

GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo (Org.). **Para fazer rádio comunitária com "C" maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009. Disponível em: <http://www.editorarevolucaodeideias.com.br/ebooks/RADIO%20COMUNITARIA.pdf> Acesso em: 9 nov. 2010.

[25] Deve-se observar que tanto o Código de ética dos jornalistas, aprovado em assembléia da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), quanto o Código de ética da propaganda, aprovado pelo Conselho nacional de Auto-regulamentação (CONAR), estabelecem como princípio que todos veículos deve deixar claro ao leitor, ouvinte, telespectador, o que é jornalismo e o que é publicidade – os dois não podem se confundir.

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Contexto, 2009.

LÓPEZ VIGIL, José Ignacio. **Ciudadana radio:** el poder del periodismo de intermediación. Venezuela: Ministério de Comunicación e Informacíon, 2008. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--8/tp--27/libros_folletos.html>. Acesso em: 15 nov. 2010.

LUZ, Dioclécio. **Trilha apaixonada e bem humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo.** 2 ed. Brasília: [s.n.], 2004.

SAMPAIO, Walter. Teoria e prática do jornalismo no rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCOLOTO, Valci (Orgs.). **Teorias do rádio:** Textos e contextos, vol. II. Florianópolis-SC: Insular, 2008. p. 37-55.

SANT'ANNA, Francisco. **Radiojornalismo no Brasil, um jornalismo sem jornalistas**. Líbero - Ano XI - nº 22 – Dez. 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ensinodareportagem/artigos/Radiojornalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo - Porque as notícias são como são.** Vol. I, Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.

Programa da oficina de Dioclécio Luz

Radiojornalismo comunitário

UM – A rádio comunutária
A democratização dos meios de comunicação.
O papel da rádio comunitária.

Práticas: redação de reportagem / dicção / Impostação / Sotaque / Português correto / Voz de locutor / Estilos de locução

DOIS – A notícia
Valor-notícia
Pra que serve a informação
A notícia e sua versão
Como lidar com as autoridades
Onde está a notícia
Os temas

TRÊS – A forma
O conteúdo
A forma
Agenda
Ao vivo
Palavras estrangeiras
Tipos de noticiário
Conteúdo de um jornal
Efeitos e defeitos
A edição
Os comentários

Mídia avança sobre *A Voz do Brasil*

COMUNICAÇÕES

Abert pretende flexibilizar a única regulamentação informativa existente sobre as rádios. Especialistas e sindicatos temem pela extinção do programa

Vinicius Mansur
de Brasília (DF)

O PROJETO DE LEI nº 595, de 2003, que estabelece a flexibilização da transmissão do histórico programa radiofônico *A Voz do Brasil* (VB) encontra-se à beira da aprovação pelo Congresso Nacional. Após um silencioso trâmite (*ver matéria abaixo*), a versão atual do projeto, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), permite que a VB seja veiculada entre as 19 e 22 horas – e não mais somente às 19 horas – pelas rádios privadas. As emissoras de órgãos públicos seguem com a antiga obrigação, com exceção aberta às transmissões ao vivo do plenário das casas legislativas.

"A VB foi importante no momento em que a rádio era o único meio de comunicação. Mas, com a internet, com a notícia em tempo real, não faz mais sentido impor ao cidadão o que ouvir. Quem está no trânsito às 19 horas quer notícias do momento. E 19 horas em Brasília não são19 horas em qualquer lugar do Brasil. Às vezes são 16 horas no Acre", afirma a deputada acreana, que diz não ser contra a VB e vê em seu projeto um incentivo para o programa se renovar. A parlamentar utiliza uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), de 2008, para afirmar que a audiência das rádios cai de 19,42 para 2,44% quando a VB entra no ar.

Interesse comercial

Interessada em explorar comercialmente o horário que atualmente é ocupado pela VB, a Abert joga todas as suas fichas para combater o que considera autoritarismo. A entidade gravou uma declaração da deputada Almeida que será veiculada em mais de 400 rádios para dar prosseguimento a sua campanha em defesa da mudança. Para a deputada, não há contradição nesta aliança com os donos dos grandes meios de comunicação. "Acho que a gente não tem que ter medo das alianças desde que elas sejam para democratizar a informação", salientou.

Entretanto, há diversas críticas que apontam que o projeto só reforça a histórica predominância do interesse comercial, em detrimento do interesse público, na área da comunicação brasileira.

"Quem tem feito um *lobby* forte são os donos dos meios de comunicação, com uma predominância da região sudeste, que querem que a audiência se adeque aos interesses de sua programação. Eles não se submetem a nenhuma fiscalização e tudo é pretexto para dizer que se atenta contra a liberdade de expressão, da qual eles nunca foram defensores, a não ser a liberdade deles. Mas esse é um serviço público e não pode depender do mercado. É um dos programas de caráter mais democrático e universal desse país. Eu sou do nordeste e sei bem", rebate a deputada e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão, Luisa Erundina (PSB-SP).

> "A *Voz do Brasil* já foi importante, mas, com a internet, com a notícia em tempo real, não faz mais sentido impor ao cidadão o que ouvir"

De acordo com a pesquisa *Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira II*, disponível no *site* da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), realizada em dezembro de 2010, 75,9% da população afirma ser ouvinte de rádio, dos quais 56,3% consideram importante ou muito importante a veiculação da VB e 22,7% (mais de 31 milhões de pessoas) costumam acompanhar o programa.

Quanto à obrigatoriedade de sua transmissão, a maioria, 47,4%, discorda. Entretanto, há uma grande discrepância entre as regiões do país. No Norte, 60,1% concordam com a obrigatoriedade, no Nordeste 49,8%, no Centro-Oeste 50,8%, no Sul 36,1% e no Sudeste 31,4%. Ou seja, quanto mais rica a região, menor o interesse, como sugeriu Erundina.

O deputado Valmir Assunção (PT-BA), oriundo das lutas do campo, vai na mesma linha: "Para quem vive no interior, no meio rural, nos assentamentos da reforma agrária, esse programa, exatamente no horário veiculado, é praticamente a única forma de ter notícias de Brasília, do poder público. As concessões de rádio e TV são públicas e a sociedade tem o direito de manter esse instrumento no horário que lhe é pertinente."

O pesquisador associado do Núcleo de Mídia e Política da UnB, Chico Sant'Anna, alerta que é falso pensar que a alteração do horário da VB só nas cidades resolveria a questão. "São as grandes rádios transmitidas de São Paulo que são ouvidas de Porto Alegre a Manaus. As rádios nos pequenos municípios não têm potência. E se passar um programa às 21 ou 22 horas no interior já é tarde", explica.

"Interessada em explorar comercialmente o horário que atualmente é ocupado pela VB, a Abert joga todas as suas fichas para combater o que considera autoritarismo"

Serviço público

O jornalista e presidente da TV Comunitária Cidade Livre, do Distrito Federal, Beto Almeida, destaca o papel que só a VB cumpre hoje: "Você sabe que os seringueiros sabem o preço da borracha pela VB? Assim como o prefeito, os Conselhos de Educação Municipais ficam sabendo da liberação da verba do FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], assim como os pescadores ficam sabendo dos recursos para os períodos de defeso. É serviço público, um instrumento de transparência, que pode ser aperfeiçoado. Já a imprensa comercial transmite informações contra os poderes públicos, contra os programas de saúde, contra projetos sociais".

Apesar de afetar diretamente os interesses do governo, a Secom – procurada diversas pela reportagem – não enviou qualquer posicionamento sobre o projeto.

Beto Almeida lembra ainda a importância do programa para a diversidade de informação no país: "Durante todo o período da ditadura militar o único veículo que não foi submetido a censura prévia no Brasil foi a VB. Ali as oposições podiam falar aquilo que a imprensa tradicional não falava, porque ou estava censurada ou pactuava com o poder. Ao contrário do que dizem seus críticos, a VB tem muito mais pluralidade do que o noticiário do Jornal Nacional."

Risco de extinção

Um manifesto lançado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Rádio e TV (Fitert) alerta que a flexibilização da VB pode ser o primeiro passo para sua extinção, "considerando a inexistência de qualquer capacidade fiscalizadora dos órgãos competentes".

"Para quem vive no meio rural, esse programa, exatamente no horário veiculado, é praticamente a única forma de ter notícias de Brasília, do poder público"

Para Sant'Anna, a Abert pretende diminuir a audiência do programa, preparando o terreno para pedir sua extinção no futuro, se eximindo da última das três obrigações contratuais - contrapartidas da concessão pública - que as emissoras de rádio tinham que cumprir no Brasil. "A primeira foi o Projeto Minerva, um programa de 30 minutos de educação à distância, transmitido depois da VB. A Abert conseguiu trocar uma obrigação legal por *spots* de TV para fazer a campanha institucional do MEC. A outra contrapartida abolida foi a veiculação de campanhas de caráter social, que todas as emissoras de rádio e TV tinham que fazer durante 20 minutos por dia. Hoje, para fazer uma campanha de vacinação do sarampo, por exemplo, o governo é obrigado a gastar milhões. Assim, as emissoras foram pouco a pouco deixando de cumprir seu papel social", concluiu.

BRASIL DE FATO
de 27 de outubro a 2 de novembro de 2011

17º CURSO ANUAL DO NPC

DIA 20

COMUNICAÇÃO: CINEMA, MEMÓRIA E HISTÓRIA

A urbanização do império

Por Mike Davis

Texto indicado por Reginaldo Moares

A urbanização do império

Mike Davis – *Apologia dos Bárbaros*, ed. Boitempo.

Já que [os bárbaros] foram privados pelos ministros do imperador dos beneficios comuns da natureza e do justo intercurso da vida social, eles descontaram as injustiças nos súditos do império.
Edward Gibbon

Os grandes impérios coloniais do século XIX e do início do século XX eram máquinas brutais de extrair rendas, safras e minérios dos trópicos. Cidades coloniais e entrepostos, embora em geral fossem vastos, dinâmicos e crescentes, eram demograficamente muito insignificantes. As populações urbanas dos impérios britânico, francês, belga e holandês, em seu auge eduardiano, provavelmente não excediam 3% a 5% do mundo colonizado. Essas mesmas taxas provavelmente também valiam para os decadentes impérios espanhol e português, assim como para as últimas conquistas de países *nouveaux riches*, como Alemanha, Itália,Japão e Estados Unidos.Ainda que houvesse algumas exceções importantes — por exemplo, Irlanda, Cuba, Argélia, Palestina e Africa do Sul (após 1910) —, até mesmo nesses casos os citadinos raramente formavam mais de um sexto da população.

As cidades coloniais também não foram os focos principais da resistência nativa. Poder-se-ia esperar que os portos e os centros administrativos, com suas desigualdades extremas, suas concentrações de intelectuais nativos e seus movimentos trabalhistas em germe, fossem os principais incubadores do nacionalismo revolucionário. Em muitos casos, de fato, o *milieu* urbano foi o progenitor decisivo de políticas nacionalistas e anticoloniais, mas a cidade colonial foi apenas episodicamente, e em geral de forma muito breve, palco de revoltas violentas.

Na verdade, é surpreendente que tão poucos recursos repressivos, especialmente tropas européias, tenham sido necessários para controlar cidades como Cairo, Havana, Bombaim, Manila e Dublin. Em parte, isso era reflexo da influência conservadora de comerciantes de classe média, cujo nacionalismo, quando existia, usualmente tomava feições cautelosas, reformistas e não violentas. Contudo, muitos dos citadinos miseráveis — como soldados, criados, prostitutas e mascates — também se integravam na ecologia parasitária da metrópole colonial. Em Dublin, em 1916, por exemplo, os pobres que residiam em cortiços (cujos filhos de muitos lutavam pela Coroa na Frente Ocidental) vaiaram os sobreviventes da revolta da Páscoa enquanto estes eram conduzidos às prisões britânicas.

As zonas sustentáveis de resistência anticolonial se localizavam no interior, em particular onde a agricultura de exportação conflitava mais agudamente com a sobrevivência dos pequenos fazendeiros e das províncias rurais tradicionais. Em sua impressionante análise comparativa de protestos rurais mundo afora,Jeffery Paige assinalou que tanto as parcerias como os assentamentos produziram sistemas agrícolas que levaram à violência crônica e a levantes episódicos.

> Desenvolveram-se conflitos entre os proprietários estrangeiros das novas organizações agrícolas e seus trabalhadores assalariados, entre as novas classes altas agrárias e os velhos senhores de terra pré-industriais a quem substituíram, como também entre senhores convertidos em comerciantes e seus antigos arrendatários, agora presos entre si por laços salariais e aluguéis.A força do controle politico colonial e imperial evitou por muitos anos a expressão política desses conflitos, mas, com o declínio do poder colonial no período pós-guerra, os setores de exportação comercial do mundo subdesenvolvido tornaram-se centros de movimentos sociais revolucionários.[1]

Além disso, o padrão recorrente dos movimentos de libertação nacional modernos — que remetem às revoluções norte-americanas e irlandesas do final do século XVIII — é a fuga das vanguardas revolucionárias urbanas para redutos rurais com uma longa tradição de revolta. Assim, os nacionalistas cubanos, tanto na década de 1860 quanto na de 1950, trocaram as cidades pelas *sierras* rebeldes do leste de Cuba; os nacionalistas árabes

[1] Jeffery Paige, *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Undeveloped World* (Nova York, Free Press, 1975).

encontraram refúgio no Rif ou nos vilarejos do Alto Egito; o Sinn Fein*[2] escapou de Dublin e Cork e foi para Wicklow e para os montes de Galty; Gandhi voltou-se para o generoso interior indiano; Emilio Aguinaldo recuou de Manila em direção às rudes montanhas de Luzón; e os jovens partidos comunistas da China,Vietnã e Indonésia seguiram em longas marchas das cidades para as remotas fortalezas rurais.

Para os impérios anteriores a 1940, portanto, o controle imperial era um problema de contra-insurgência rural. Obviamente, a clássica resposta vitoriana era a expedição punitiva, que buscava não apenas reduzir as rebeliões nas zonas interioranas, mas também devastar sua base de subsistência: dessa forma, vimos a 7[5] Cavalaria exterminar os bisões das planícies, tropas alemãs dizimar os rebanhos dos *herreros*, fuzileiros franceses destruir os estoques de arroz de Tonquim, e assim por diante. Porém, em geral, a ação dos exércitos imperiais era falha, porque deixava para trás brasas de insurgência que poderiam ser insufladas numa nova rebelião.

Durante a segunda guerra cubana de libertação, na década de 1890, o general espanhol Valeriano Weyler ofereceu uma solução mais radical. Weyler era o maior perito da Espanha em contra-insurgência rural: ele combateu os insurgentes de Santo Domingo e de Cuba, na década de 1860, e os carlistas de Navarra, na década de 1870. Mais uma vez diante de um ambiente rural intransigentemente anti-espanhol, ele tentou separar os *insurrectos* de sua base social, encerrando os camponeses e os trabalhadores rurais em fétidos campos de "reconcentração". O interior "vazio" tornou-se, então, um campo de matança indiscriminada. Concomitantemente, os *reconcentrados* começaram a morrer em grande número (quase 20 mil) em razão de doenças e da falta de saneamento.[3]

A estratégia de \Ieyler foi denunciada como "barbarismo" pela imprensa norte-americana e logo se tornaria um dos pretextos formais para que o presidente McKinley declarasse guerra à Espanha, em 1898. Mas, pouco depois, o exército norte-americano instituía seus próprios campos de concentração letais e zonas de tiro livre contra nacionalistas filipinos no sul de Luzón e emVisaya, enquanto os britânicos faziam o mesmo no Transvaal e os alemães, no sudoeste da África. Os impiedosos princípios subjacentes à guerra colonial eduardiana foram sistematizados pelo coronel C. E. Callwell, veterano das Guerras dos Bôeres e do Afeganistão, na edição de 1904 de seu *Small Wars: Their Principles and Practice* [Pequenas guerras: seus princípios e sua prática] — um texto que atualmente goza de uma revivescência *cult* entre os oficiais norte-americanos no Iraque e no Afeganistão.

No entanto, como ficou demonstrado na Guerra dos Bôeres, concentração da população e expedições punitivas ainda constituíam uma estratégia falha para conter zonas rurais hostis e rebeldes. O passo seguinte foi o bombardeio aéreo dos insurgentes camponeses e nômades. Os primeiros experimentos foram realizados pelos italianos durante a tomada da Líbia, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, mas os mestres dos bombardeios coloniais foram os britânicos. Em 1919-1920, confrontado com os altos custos da ocupação mesopotâmica, o ministro do Ar (e, em breve, ministro das Colônias),Winston Churchill, converteu-se em apóstolo do uso do poderio aéreo "barato" — somado a colunas rápidas de blindados — contra os focos de revolta. Como vimos na discussão anterior a respeito do "vulcão ingrato" iraquiano, a doutrina de controle aéreo desenvolvida por Churchill tratava muito mais de criar terror que de atingir alvos específicos. Na década seguinte, a RAF bombardearia e metralharia insurgentes rurais na Mesopotâmia, na Somália, no Afeganistão e em Aden, assim como manifestantes urbanos no Egito.[4]

A guerra norte-americana na Indochina foi o clímax histórico e a maior retomada dessas estratégias canônicas de expedição punitiva (ou "missões de busca e destruição"), concentração de população (agora com o nome de "vilas estratégicas") e zonas restritas de tiro livre (agora aplicadas a áreas de mais de 1 milhão de habitantes) . Primeiramente, o terror aéreo foi lançado com uma ferocidade sem precedentes, chegando a consumir mais do que o total de bombas usado em todas as guerras anteriores, com o objetivo ou resultado de destruir ecossistemas rurais, estruturas sociais e populações inteiras.

---

[2] Mnvimento politico irlandês criado em 1905 com o objetivo de conquistar a independência da Irlanda

[3] Gabriel Cardona e Juan Carlos Losada, *Weyler, nuestro hombre en La Habana* (Barcelona, Planeta, 1998).

[4] David Omissi, *British Air Power and Colonial Control in Iraq: 1920-1923* (Manchester, Manchester Univerty Press, 1990).

O proletariado informal

O novo imperialismo do início do século XXI, qualquer que seja a definição adotada, ainda compreende zonas de conflito nos padrões clássicos.A 10a Divisão de Montanha, com base no sul do Afeganistão, segue inadvertidamente as pegadas dos comandos russos e dos Lanceiros de Bengala, enquanto em Mindanao um grande contingente de Forças Especiais norte-americanas combate os bisnetos dos mesmos rebeldes que emboscaram as patrulhas de "Black jack" Pershing um século atrás.Já a participação dos Estados Unidos na guerra suja da Colômbia, seja de modo clandestino ou oficial, é parte de uma história contínua de intervenção que remete à Nicarágua e ao Haiti da década de 1920.

Mas o Terceiro Mundo — a principal arena do discurso neo-imperial sobre "Estados fracassados" e os fardos do homem branco pós-moderno — é cada vez mais um universo de moradias urbanas carentes e favelas periféricas. O paradigmático campo de Mao não mais circunda as cidades, antes implode seu interior. Muito mais rápido do que previsto pelo famoso relatório do Clube de Roma no começo da década de 1970, a humanidade ultrapassou o limiar de uma época: hoje, os habitantes de 50 mil cidades superam o número de habitantes de mais de 2 milhões de vilarejos.

De acordo com demógrafos da ONU, a população rural mundial alcançou um nível máximo de 3 bilhões de pessoas e não crescerá mais de forma significativa. Por outro lado, as cidades crescem a taxas de 60 milhões de pessoas por ano, sendo que 90% do aumento populacional mundial na próxima geração se abrigará nas áreas urbanas das regiões menos desenvolvidas. Em outras palavras, 2 bilhões a mais de pessoas lutarão para sobreviver nas cidades até 2030, especialmente nos grandes centros metropolitanos da Africa e da Asia.

Como apontaram os pesquisadores da ONU, em 2003, no relatório *The Challenge of Slums* [O desafio das favelas], que se tornou um divisor de águas, a explosão da população urbana estará quase que totalmente desligada ou "desintegrada" do crescimento industrial e da oferta de empregos formais[5]. Embora estudos sobre a dita economia informal urbana tenham mostrado uma diversidade de ligações ocultas com sistemas multinacionais de produção carentes de recursos, o fato é que centenas de milhões de novos habitantes da urbe precisarão subdividir ainda mais os nichos periféricos de serviços a pessoas, trabalho temporário, venda de rua, coleta de lixo reciclável, mendicância e crime.

Esse proletariado excluído — talvez 1,5 bilhão de pessoas hoje e 2,5 bilhões em 2030 — é a mais nova classe social do planeta e a que cresce mais rápido. De modo geral, a classe trabalhadora informal urbana não é um exército de mão-de-obra de reserva no mesmo sentido do que se via no século XIX: um amontoado de não-grevistas durante as fases de crescimento, que era posto na rua em tempos de carestia e reabsorvido na expansão seguinte. Ao contrário, essa é uma massa de seres humanos estrutural e biologicamente supérflua para a acumulação global e para a matriz empresarial.

Essa massa é ontologicamente semelhante e dessemelhante ao ator histórico descrito no *Manifesto Comunista*. Como as classes trabalhadoras industriais tradicionais, ela possui "correntes radicais", no sentido de que há pouco interesse próprio na reprodução da propriedade privada. Mas não se trata de urna coletividade de trabalho socializada, pois carece de poder significativo para perturbar ou tomar o controle dos meios de produção ou para reorganizar a vida industrial moderna com base em sua própria cultura de classe. Entretanto, ela tem poderes — ainda não mensurados — para subverter a ordem urbana e interferir em fluxos globais vitais de pessoas e de informação.

As fileiras do proletariado informal engrossam sem parar, e a crise urbana se aprofunda por causa da regulação econômica internacional, enfatizam os autores de *The Challenge of Slums*. Regimes de débito esgotam as finanças públicas dos países em desenvolvimento e estrangulam novos investimentos em moradia e infra-estrutura. Programas de ajuste estrutural impostos de fora dizimam o funcionalismo público, destroem indústrias capazes de substituir as importações e deslocam dezenas de milhões de produtores rurais que não conseguem competir com o agrocapitalismo maciçamente subsidiado dos países ricos. Até mesmo o milagre de mercado da China produziu uma população urbana flutuante de 100 milhões de migrantes rurais desprovidos de direitos, desprezados e superexplorados.

A privatização dos serviços públicos e da propriedade social, por sua vez, são apenas eufemismos para o

[5] United Nations Human Settlements Program, *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003* (Londres, Earthscan Publications, 2003).

saque e a pirataria em uma escala nunca vista desde a conquista nazista da Europa. Conforme aponta a ONU, criou-se uma casta de bilionários nos antigos blocos do Comecom[6] à custa do crescimento da pobreza extrema, que passou de menos de 3 milhões de pessoas em 1988 para quase 170 milhões nos dias de hoje. Seria tentador caracterizar esse "triunfo da democracia de mercado" como o maior retrocesso social em tempos de paz da história, se o título já não pertencesse à África subsaariana do período pós-libertação. A exploração da enorme riqueza petrolífera da Nigéria, por exemplo, veio de mãos dadas com um aumento quase exponencial da pobreza, de 28% em 1980 para 66% em 1996. Prevê-se que o corredor urbano que vai de Abidjan a Ibadan se torne o maior cinturão de favelas da Terra, com mais de 50 milhões de habitantes pobres.

O relatório da ONU fornece lições sombrias, porém francas:

> O colapso do emprego urbano formal no mundo em desenvolvimento e a ascensão do setor informal são vistos como funções diretas da liberalização [...]. A miséria urbana tem aumentado na maioria dos países sujeitos a programas de ajustes estruturais, muitos dos quais são antiurbanos por natureza.[7]

Da perspectiva da ONU-Habitat, a capacidade do Estado de criar empregos formais e moradia foi sacrificada em louvor ao bezerro dourado da estabilidade monetária. Sob o atual regime neoliberal de globalização — na verdade, sob quase qualquer forma imaginável de capitalismo pós-keynesiano —, os novos pobres urbanos não podem ser incorporados: *há um excedente de seres humanos*.

Obviamente, o corolário dessa urbanização da pobreza mundial é a extraordinária proliferação de favelas nos arredores das cidades do Terceiro Mundo. Pelas definições conservadoras da ONU, a população global das favelas é hoje quase o equivalente à população mundial em 1844, quando o jovem Friedrich Engels se aventurou pela primeira vez nas perigosas ruas de Manchester. Até 2030, o mundo parecerá *grosso modo* com o que segue:

Dos 8 bilhões de pessoas, 5 bilhões residirão em cidades;

1 bilhão de residentes de cidades — proprietários, gerentes, técnicos e trabalhadores qualificados do setor da informação — exercerão a principal demanda da produção industrial internacional;

1,5 a 2 bilhões de trabalhadores — de auxiliares de enfermagem mexicano-americanos em Los Angeles a adolescentes que trabalham em fábricas ilegais em Ho Chi Minh — produzirão a força de trabalho metropolitana para a economia global, incluindo a demanda crescente por serviços geriátricos em sociedades ricas que envelhecem rapidamente;

2 a 3 bilhões de trabalhadores informais — dos quais pelo menos 2 bilhões residirão em favelas ou cortiços — viverão de algum modo à margem das relações formais de produção, em estado de miséria dickensiana ou, pior, infectados por doenças emergentes e sujeitos às diversas grandes catástrofes que ocorrerão com o advento do aquecimento global e com o fim das reservas urbanas de água. A marginalidade social corresponderá cada vez mais à idade, assim como à raça, e os novos "desgraçados da terra" constituirão as mais jovens coortes da humanidade.

A batalha do crepúsculo

A nova pobreza urbana, no entanto, não entrará gentilmente nessa noite escura. Na verdade, sua resistência será a principal condição para a sobrevivência da união da raça humana contra a triagem implícita à nova ordem global. Mas é uma resistência cujas expressões ideológicas e políticas ainda não têm uma unidade global ou um norte histórico: nada remotamente equivalente, vale dizer, à Internacional Comunista ou ao movimento Tricontinental. As classes trabalhadores informais urbanas, embora compartilhem os mesmos grilhões de negligência e de marginalização, constituem um alarmante espectro de identidades, crenças e ativismo diversos.

Em primeiro lugar, os mais pobres entre os pobres tendem a ser minorias lingüísticas, étnicas ou religiosas. Dessa forma, Dharavi, a maior favela do mundo, localizada em Mumbai, é um enclave do dialeto tâmil num oceano onde se fala predominantemente marata e hindi. Em segundo lugar, a classe trabalhadora informal, sem nenhum vínculo com coletividades trabalhadoras de grande escala, carece tanto de um movimento organizacional centralizador como de um poder social estratégico. Em terceiro lugar, as

[6] Conselho Econômico deAssistência Mútua. Criado pela União Soviética em 1949,pretendia conduzir a politica econômica européia para superar a crise do pós-Segunda Guerra Mundial. (N. T.)

[7] Idem.

populações das favelas tendem a ser sociologicamente anômicas, em razão do impacto atomizante do vício e da violência: Los Angeles, Medellín e Soweto são graves exemplos disso. (No entanto, as redes de criminalidade podem vir a gerar paragovernos de pobres surpreendentemente organizados, como no caso da Camorra, em Nápoles, ou mais recentemente das favelas no Rio de Janeiro.)

Mesmo as comunidades mais carentes, porém, podem preservar e transmitir antigas solidariedades rurais e urbanas, inclusive culturas já extintas oriundas do trabalho fabril ou da mineração. Assim, vemos as *colonias populares*[8]

s da Cidade do México, como Carlos Monsivais tão brilhantemente mostrou em um livro magnífico, que desafiam qualquer correlação linear entre pobreza e informalidade, de um lado, e sociedade civil em colapso, de outro. Diante de grandes catástrofes — um terremoto ou a explosão de um oleoduto, por exemplo —, as *colonias* demonstraram uma enorme capacidade de auto-organização, comparada com as ineficientes e corruptas intervenções do Estado[9]. De maneira similar, o movimento chavista nos precários assentamentos montanheses de Caracas mobiliza ricas tradições históricas, assim como os movimentos de El Alto, a irmã menosprezada de La Paz, onde a cultura revolucionária dos antigos mineiros foi transformada em resistência urbana.

Contudo, os mais altos quocientes de organização civil entre os contingentes da nova pobreza urbana são encontrados provavelmente no mundo muçulmano. As complexas redes educacionais e filantrópicas da sociedade civil islâmica fornecem uma regulação moral da vida nas favelas que não tem equivalente real em outras culturas. Um dos resultados disso é a drástica redução dos níveis de criminalidade ou violência espontânea: Cairo é um exemplo paradigmático. Além disso, essas mesmas instituições podem opor entraves imensamente difíceis e contumazes a ocupações que, de outro modo, seriam esmagadoras.

Assim, onda após onda, a repressão tecnologicamente superior dos israelenses parece rebentar em vão no rochedo de Gaza (sem mencionar o Hezbollah no sul do Líbano), enquanto no Iraque o que a ocupação norte-americana mais teme é a erupção do vulcão xiita a leste de Bagdá, em Sadr. Por toda parte, as favelas muçulmanas são reservatórios de desespero altamente disciplinado. Não surpreende que os recentes homens-bombas na Turquia tenham vindo da imensa favela de Bagcilar, em Istambul, assim como da sinistra cidade de Bingol, onde 60% da população está desempregada. Carros-bombas, minas terrestres e outros "dispositivos explosivos improvisados" (IEDs, em "pentagonês") — especialmente quando os agressores estão dispostos a se sacrificar para garantir que o alvo será atingido — têm provado que são extremamente difíceis de derrotar, tanto por exércitos treinados nas formas clássicas de guerra pesada como na contrainsurgência rural da época doVietnã, em densos cenários urbanos contra os quais o poderio aéreo é muitas vezes impotente e a concentração populacional atua em benefício dos próprios insurgentes.

Mas, em última instância — e este é meu argumento principal —, essa não é uma "guerra de civilizações" e sim um choque indireto entre o *imperium* norte-americano e a força de trabalho que foi eliminada da economia formal mundial. Os contornos futuros dessa nova "batalha do crepúsculo" (como um dia se chamou a Guerra Fria) são difíceis de prever. Tendências podem persistir ou desenvolvimentos completamente novos, incluindo híbridos ideológicos inesperados, podem emergir.

Quem, por exemplo, poderia ter previsto em 1900 que em apenas 25 anos haveria uma convergência entre o marxismo urbano e a rebelião rural na Ásia? As atuais vogas de pentecostalismo e de islamismo nas novas favelas da América Latina, da África e da Ásia podem vir a ser hegemonias permanentes ou, então, versões dos movimentos camponeses milenaristas ou de outro tipo qualquer, como as Danças dos Fantasmas anticoloniais dos anos 1890, derivadas da pobreza urbana. O que está claro é que a megafavela contemporânea traz problemas únicos para a ordem imperial e para o controle social, cujo registro mal começou a ser feito pela geopolítica convencional. Se o objetivo da guerra contra o terrorismo é perseguir o inimigo em seu labirinto cultural e sociológico, então as periferias pobres das cidades em desenvolvimento serão campos de batalha permanentes do século XXI.

2004 — Social Text, *n. 81*

---

[8] Bairros periféricos das regiões metropolitanas do México. (N. T.)

[9] Carlos Monsivais, *Entrada libre: crónicas de la sociedad que se organiza* (México, Era, 1987).

Realização

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação

Rua Alcindo Guanabara, nº 17 - sala 912
CEP: 20031-130 - Cinelândia - Rio de Janeiro - RJ
Site: www.piratininga.org.br / E-mail: npiratininga@piratininga.org.br
NPC no Twitter: http://twitter.com/NPC_
Blog: http://blogdonpc.wordpress.com/
Fones: (21) 2220-5618 e 9973-3249 / Fax: (21) 2220-4895